

Demonstrações Financeiras 2014



Ações com Tag Along TTAG
Diferenciado

Indice de Ações com Governança IGC Corporativa Diferenciada



BM&FBOVESPA

:::abrasca

Senhores Acionistas,

A Administração da Eternit S.A. ("Eternit" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da ETERNIT S.A., acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

Em decorrência de a Companhia exercer o controle em conjunto da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (CSC) com a Companhia Colombiana de Cerâmica S.A. - empresa do Grupo Corona (multinacional colombiana), o resultado da CSC é considerado nas informações contábeis consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

1. PERFIL CORPORATIVO

A Eternit, fundada em 1940, é a maior e mais diversificada indústria de coberturas do País, com atuação nos segmentos de telhas de fibrocimento, concreto e metálica, mineração do crisotila, louças e metais sanitários, soluções construtivas, entre outros produtos.

A Companhia, com mais de 3.000 colaboradores diretos e indiretos, opera em todo o Brasil, com sede administrativa e showroom em São Paulo e 4 fábricas instaladas nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Também conta com suas filiais de venda e três empresas controladas: SAMA S.A. Minerações Associadas, terceira maior mineradora de crisotila do mundo; Precon Goiás Industrial Ltda., que produz telhas de fibrocimento, com uma fábrica no Centro-Oeste; e Tégula Soluções para Telhados Ltda., empresa líder no segmento de telhas de concreto com seis fábricas localizadas nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste; além da joint-venture Companhia Sulamericana de Cerâmica, localizada na cidade de Caucaia (CE), que produz louças sanitárias. Com a localização estratégica de suas fábricas, a eficiência logística e um amplo canal de distribuição, os produtos da Eternit estão disponíveis em mais de 16 mil pontos de revenda espalhados por todo o Brasil, de grandes revendedores e home centers a lojas de pequeno porte, o que a torna presente nos principais polos consumidores do País.

Companhia de capital aberto, com registro em Bolsa desde 1948, está listada no Novo Mercado desde 2006, nível máximo de governança corporativa da BM&FBOVESPA e, desde 2010, tem um programa de American Depositary Receipts (ADR) nível 1, permitindo a negociação das ações no mercado secundário ou de balcão nos Estados Unidos.

2. O ANO DE 2014

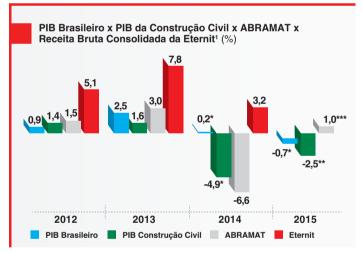
CONJUNTURA E MERCADO

A atividade econômica brasileira no ano de 2014 foi marcada pelo fraco desempenho da economia, desaceleração dos investimentos, do mercado de crédito e do Em 2014, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 978,2 milhões, 2,2% superior consumo, entre outros fatores. De acordo com este cenário, as projeções sobre o desempenho da economia foram periodicamente revisadas e, no que se refere à projeção do PIB, em comparação com o ano de 2013, o mesmo deverá fechar em 2014 em 0,15% e o PIB da construção civil em -4,9%, segundo relatório FOCUS do início de janeiro de 2015 e relatório de Inflação de dezembro de 2014 do Banco Central (BACEN), respectivamente.

Em 2014, as vendas de materiais de construção no mercado doméstico, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT), apresentaram queda de 6,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, muito abaixo da previsão no início de 2014 de crescimento de 4,5%. O mercado foi muito afetado pelo pessimismo com relação à economia, redução de dias úteis em função do evento da Copa do Mundo e feriados, além do aumento nas importações.

Importante destacar também que, no segmento de varejo, o qual representa cerca de 50% das vendas de materiais de construção no País, de acordo com a ABRAMAT, variáveis como emprego, renda e crédito impactam o setor. No ano de 2014, o setor de varejo encontrou dificuldade em obter empréstimos junto aos bancos, além do aumento da taxa de juros, ocasionados por um período de incertezas sobre o futuro da economia que gera certa insegurança ao consumidor.

Comparativamente, o crescimento da receita bruta consolidada da Eternit¹ de 3,2%, em 2014, foi bem superior ao do seu setor. A Companhia operou em capacidade máxima na mineração do crisotila e na linha de produtos acabados, a produção de fibrocimento e telhas de concreto acompanhou a demanda do mercado durante o ano de 2014.



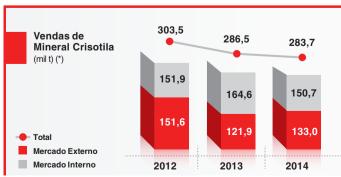
- BACEN projeção do PIB brasileiro para 2014 e 2015; e da construção Fonte: ' civil para 2014.
 - BACEN projeção do PIB da construção civil até o terceiro trimestre de
 - construção no ano de 2015.
 - ETERNIT o crescimento da receita bruta consolidada da Eternit é comparando o período acumulado de janeiro a dezembro de 2014 Fibrocimento: acréscimo de 9% devido ao aumento no preço das matérias-primas versus o mesmo período acumulado de 2013, já deflacionado pelo

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mineral Crisotila

Em 2014 as vendas totalizaram 283,7 mil toneladas, praticamente estável (menor em 1,0%) frente ao ano de 2013. No mesmo período comparativo, o destaque fica para o mercado externo com crescimento de 9,1% decorrente da retomada gradual do mercado asiático que compensaram, parcialmente, a retração de 8,5%, ocorrida no mercado interno, em função de menor consumo do mineral, principalmente na região Sul.

Com uma capacidade anual de 300 mil toneladas, a SAMA manteve sua participação como a terceira maior mineradora no mercado mundial de produção do crisotila, no ano de 2014.



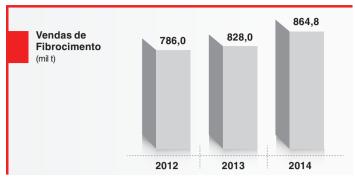
(*) O volume apresentado do mineral crisotila contempla as vendas intercompany. que representaram 41,8% do volume vendido para o mercado interno no ano de 2014.

Fibrocimento

No acumulado do ano de 2014, as vendas de fibrocimento, incluindo soluções construtivas, atingiram 864,8 mil toneladas, 4,4% superior ao mesmo período do ano anterior, em função, principalmente, do reposicionamento dos estoques do varejo de material de construção decorrente de demanda reprimida após o alto número de feriados no primeiro semestre, além de ser sazonalmente um período de maiores demandas para a Companhia.

Com uma capacidade anual teórica de um milhão de toneladas, a Eternit manteve a liderança no mercado brasileiro de fibrocimento em 2014 com participação de 32%, aumento de um ponto percentual em relação ao ano anterior.

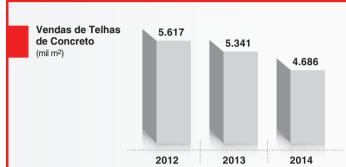
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2014



Telhas de Concreto

No ano de 2014 o volume vendido foi de 4.686 mil metros quadrados (equivalente I a 41.477 mil peças), 12,3% menor em relação a 2013, decorrente de menores demandas no segmento de coberturas de alto padrão, principalmente, no segmento B2C (business-to-customer).

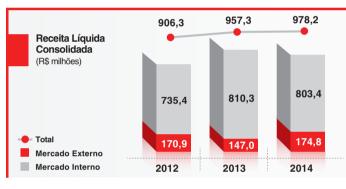
Com uma capacidade anual de 10 milhões de metros quadrados (equivalente a O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado proporcional e atingiu 31%, mantendo sua liderança no mercado brasileiro de telhas de concreto em 2014

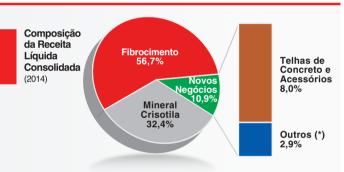


3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

em relação ao mesmo período de 2013. Este desempenho é resultado de maiores volumes vendidos de crisotila no mercado externo, além da valorização de 9,1% do dólar frente ao real (comparação entre PTAX médio do período). As vendas internas totalizaram R\$ 803,4 milhões, praticamente estáveis (redução de 0,9%) frente a 2013, em função de menores volumes de venda do mineral crisotila e telhas de concreto, neutralizado, parcialmente, pelo aumento no volume do fibrocimento.





soluções construtivas, dentre outros,

Custos de Mineração, Produção e dos Produtos Vendidos

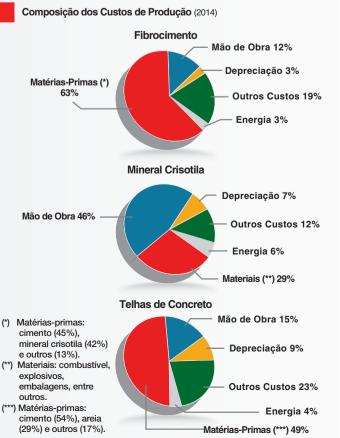
No ano de 2014, o custo dos produtos vendidos consolidado totalizou R\$ 593,9 milhões, 3,1% superior ao valor registrado em 2013, decorrente da elevação nos custos de mineração e produção. Como consequência do aumento do custo dos produtos vendidos consolidados ser maior do que o aumento na receita líquida consolidada em 2014, a margem bruta retraiu 1 p.p., em relação ao mesmo período do ano anterior, encerrando em 39%

As principais variações dos custos de mineração e produção são apresentadas

ABRAMAT - previsão das vendas internas deflacionadas de materiais de Mineração do crisotila: aumento de 10% em função de maiores custos com mão de obra e serviços de terceiros relacionados a maiores movimentações de rochas (relação estéril minério)

(principalmente, mineral crisotila e celulose) e ao reajuste da energia elétrica.

Telhas de concreto: aumento de 5% decorrente da elevação no preco das matériasprimas (principalmente, cimento cinza e branco), do reajuste no preço da energia elétrica e ao maior consumo de combustível e embalagens.



DESPESAS OPERACIONAIS

No ano de 2014, as despesas operacionais totalizaram R\$ 242,8 milhões, 4,7% superior em relação a 2013, devido ao acréscimo das despesas administrativas, principalmente, em função de maiores gastos com despesas de implantação da unidade de pesquisa e desenvolvimento na cidade de Manaus (AM) e com a defesa da atividade do mineral crisotila, e na linha outras (despesas) receitas operacionais, a variação foi decorrente de créditos previdenciários e créditos extemporâneos de PIS e COFINS em exercícios anteriores

Em R\$ mil	2012	2013	2014	Variação % 2014 x 2013
Despesas com vendas	(113.263)	(116.734)	(116.528)	(0,2)
Despesas gerais e administrativas	(119.144)	(113.349)	(122.465)	8,0
Outras (despesas)	(0.000)	(4.074)	(0.040)	100.0
receitas operacionais	(8.223)	(1.871)	(3.810)	103,6
Total das despesas operacionais	(240.630)	(231.954)	(242.803)	4,7
Percentual da Receita Líquida	27%	24%	25%	1 p.p.

RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

105.000 mil peças), a Tégula aumentou em um ponto percentual sua participação da fábrica de louças sanitárias no Estado do Ceará, joint-venture Companhia Sulamericana de Cerâmica. Em 2014 atingiu um valor negativo de R\$ 13,7 milhões contra um resultado negativo de R\$ 6,2 milhões apresentado em 2013, por se tratar

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Em 2014, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 2,3 milhões contra um resultado negativo de R\$ 1,0 milhão de 2013, decorrente, principalmente, dos efeitos de variação cambial das operações financeiras do Grupo Eternit.

				Variação %
Em R\$ mil	2012	2013	2014	2014 x 2013
Despesas financeiras	(36.757)	(48.553)	(52.674)	8,5
Receitas financeiras	39.006	47.535	54.962	15,6
Resultado financeiro				
líquido	2.249	(1.018)	2.288	-

EBITDA AJUSTADO

Em 2014, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 179.2 milhões, redução de 2.8% com margem de 18%, retração de 1 ponto percentual em relação a 2013, decorrente, principalmente, do aumento do custo dos produtos vendidos e das despesas operacionais, conforme mencionado mais acima.



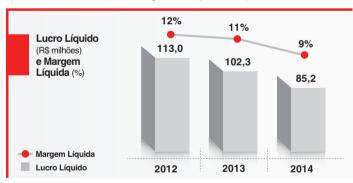
•			
Reconciliação do EBITDA			
Consolidado (R\$ mil)	2012	2013	2014
Lucro líquido	113.004	102.256	85.160
Contribuição social e imposto			
de renda	44.798	39.973	44.924
Resultado líquido financeiro	(2.249)	1.018	(2.288)
Depreciação e amortização	28.773	34.789	37.704
EBITDA ¹	184.326	178.036	165.500
Resultado da equivalência			
patrimonial	531	6.223	13.676
EBITDA ajustado sobre			
equivalência patrimonial ²	184.857	184.259	179.176

O cálculo do EBITDA¹ está em linha com a instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527 de 04 de outubro de 2012. Com o início das operações da CSC, o EBITDA consolidado contempla o seu resultado de acordo com o método da equivalência patrimonial

O EBITDA aiustado² é um indicador utilizado pela Administração da Companhia para analisar o desempenho econômico operacional da Companhia, o qual é calculado como sendo o lucro líquido do exercício, imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, e equivalência patrimonial e, devido a Companhia Sulamericana de Cerâmica ser uma joint-venture, os seus dados não são consolidados

LUCRO LÍQUIDO

(*) Outros: metais sanitários, telhas metálicas, caixas d'água de polietileno e A Eternit registrou lucro líquido de R\$ 85,2 milhões em 2014, 16,7% menor em relação a 2013. A margem líquida retraiu 2 pontos percentuais e encerrou o período em 9%, devido ao aumento do custo dos produtos vendidos e das despesas operacionais, além do resultado negativo de equivalência patrimonial.

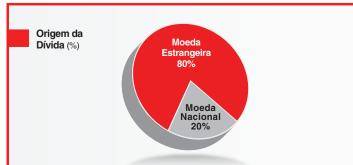


ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou 2014 com uma dívida líquida de R\$ 79,5 milhões. Em 2014, a dívida bruta da Eternit e de suas controladas somava R\$ 127,9 milhões, principalmente, em função (i) das Antecipações dos Contratos de Exportações (ACE) para capital de giro; e (ii) de financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos.

O caixa e equivalentes de caixa mais aplicações financeiras de curto prazo totalizavam R\$ 48,4 milhões, sendo que as aplicações financeiras são remuneradas com taxas médias de 102% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

medias de 102 /6 da variação do CD	i (Certilicado de D	eposito interban	cario).
Endividamento (R\$ mil)	2012	2013	2014
Dívida Bruta - Curto prazo	55.839	56.881	88.946
Dívida Bruta - Longo prazo	24.107	25.799	38.978
Caixa e equivalentes de caixa	(16.656)	(13.295)	(13.367)
Aplicações financeiras de curto			
prazo	(78.930)	(35.661)	(35.023)
Dívida Líquida	(15.640)	33.724	79.534
EBITDA	184.326	178.036	165.500
Dívida Líquida/EBITDA x	(80,0)	0,19	0,48
EBITDA ajustado sobre			
equivalência patrimonial	184.857	184.259	179.176
Dívida Líquida/EBITDA			
ajustado x	(0,08)	0,18	0,44
Dívida Líquida/PL	-	6,7%	15,4%

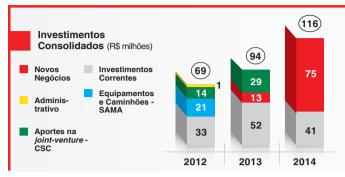


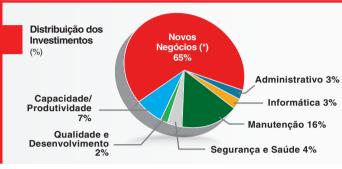
Fluxo de 13,5 11,4 9,6 4.4 2015 2016 2017 2018 2019

Faz-se necessário ressaltar que a Companhia não possui operações com derivativos de qualquer espécie que possam significar posições especulativas

INVESTIMENTOS

No ano de 2014, os investimentos somaram R\$ 116,2 milhões, aumento de 24,2% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, sendo (i) R\$ 75,2 milhões à instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção e (ii) R\$ 41,0 milhões à manutenção e atualização do parque industrial do Grupo





unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de

A previsão de investimentos para o ano de 2015 é cerca de R\$ 39,8 milhões, sendo R\$ 29,6 milhões para manutenção e atualização do parque industrial, R\$ 4,6 milhões para a instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção na cidade de Manaus e R\$ 5,6 milhões referentes a

VALOR ADICIONADO

O valor adicionado do ano totalizou R\$ 546,5 milhões, 2,8% maior em relação a 2013. Deste montante, foram destinados 35,0% aos colaboradores, 35,5% aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições. Para os acionistas foram destinados 15,6% do valor adicionado gerado e 13,9% para a remuneração de capital de terceiro.

	2012	2013	2014
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR			
(R\$ mil)	528.619	531.730	546.448
Pessoal	175.636	184.431	191.345
Impostos, taxas e contribuições	172.130	173.547	193.814
Remuneração de capitais de terceiros	67.849	71.498	76.130
Remuneração de capitais próprios	113.004	102.254	85.159
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	528.619	531.730	546.448

4. GESTÃO TRANSPARENTE

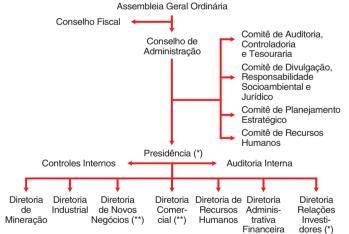
GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em busca constante pela transparência e equidade no relacionamento com todas as partes relacionadas (stakeholders), o modelo de governança corporativa adotado pela Eternit está baseado nas melhores práticas do mercado. O principal objetivo deste modelo é viabilizar a atuação da Companhia de maneira responsável e sustentável em todas as comunidades em que está inserida, de forma a gerar valor para acionistas, mercado de capitais e todos os demais públicos, com respeito integral à Legislação Societária Brasileira, com o cumprimento de todos os dispositivos constantes do Regulamento de Listagem no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Com o objetivo de aumentar sua transparência em linha com as melhores práticas de governança corporativa, a Eternit utiliza, desde 2010, a ferramenta Assembleia na Web (www.assembleianaweb.com.br), que facilita a participação e votação nas Assembleias de qualquer parte do Brasil ou do exterior.

A estrutura de governança corporativa da Eternit é composta pelo Conselho Fiscal, Conselho de Administração e seus Comitês, Diretoria e as áreas de Controles Internos e Auditoria Interna. A Eternit também conta com Auditoria Externa, realizada por auditoria independente, substituída no máximo a cada cinco anos, conforme determinação da Instrução CVM nº 308/99.

Veja abaixo o organograma da Administração da Companhia vigente em 31/12/2014.



(*) Acumula função (**) Acumula função

PRÁTICAS DE GESTÃO

A Eternit possui um Código de Ética estabelecido desde 2004, divulgado e fornecido a todos seus colaboradores, e disponibilizado para consulta no site da Companhia. Além disso, estabeleceu em 2006 o Programa de Excelência em Gestão (atual Política do Sistema Integrado), cuja política é baseada em diretrizes de gestão ambiental e saúde e segurança, buscando a sustentabilidade do negócio

Política do Sistema Integrado

A Política do Sistema Integrado (PSI) promove a sinergia entre as ferramentas de gestão da Eternit e sua controlada Precon Goiás, e orienta as atividades na busca por melhoria contínua nos âmbitos de saúde, segurança e meio ambiente. A SAMA mantém sistemas de gestão que atuam de forma integrada e abrangem qualidade, meio ambiente, segurança e saúde ocupacional, que têm como compromisso garantir o uso seguro do mineral crisotila.

Relacionamento com o mercado

Especialmente no âmbito do mercado de capitais, em cumprimento à Instrução CVM nº 358/02, a Eternit estabeleceu em junho de 2002 uma política de divulgação de informação e negociação de ações, consolidadas no "Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Eternit S.A.". O documento estabelece as melhores práticas relacionadas à divulgação e ao uso de informações privilegiadas e à negociação das ações da Companhia.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações ordinárias da Eternit são negociadas no Novo Mercado sob o código ETER3. A Companhia também possui um programa de ADR nível 1 (American Depositary Receipts), desde maio de 2010, permitindo a negociação das ações no mercado secundário ou de balcão nos Estados Unidos, sob o código ETNTY. Cada ADR da Eternit representa uma ação ordinária da Eternit, ou seja, uma relação de 1:1.

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a base acionária da Companhia manteve alta concentração de acionistas pessoas físicas, sendo composta, em 31/12/2014, por 65,1% de pessoas físicas, 10,4% investidores estrangeiros e 24,5% pessoas jurídicas, clubes, fundos de investimentos e fundações

Em 2014, apenas três acionistas detinham mais de 5% de participação, totalizando 35,4% do total de ações, e a Diretoria da Companhia detinha 1,2% das ações.

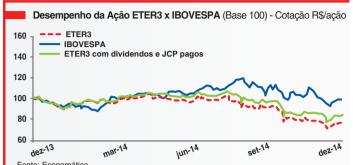
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2014

mesmo período o IBOVESPA fechou em 50.007 pontos, uma desvalorização de 2,9%. Em 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado da Eternit era de R\$ 581,8 milhões. Considerando o pagamento de dividendos e juros sobre capital, a desvalorização neste período foi de 17,8%.

Em 2014 o número de acionistas atingiu 9.357, aumento de aproximadamente 14,0% da base acionária, em comparação com o ano de 2013, apesar da desvalorização das ações da Companhia, conforme comentado mais acima

Mercado de Capitais

_	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14	
Cotação de Fechamento						
(R\$/ação) - Sem proventos (*)	4,37	4,18	4,25	3,94	3,25	
Volume Médio Diário						
(Quantidade)	129.846	105.502	119.013	122.972	139.600	
Volume Médio Diário (R\$)	598.194	437.625	516.649	513.042	492.597	
ETER3 - Variação trimestral (%)	-	(4,5)	1,7	(7,2)	(17,5)	
ETER3 - Variação nos						
últimos 12 meses (%)	-	(6,3)	(10,2)	(17,2)	(25,6)	
IBOVESPA - Variação						
trimestral (%)	-	(2,1)	5,5	1,8	(7,6)	
IBOVESPA - Variação nos						
últimos 12 meses (%)	-	(10,5)	12,0	3,4	(2,9)	
Valor de Mercado (R\$ milhões)	782,2	747,3	759,9	705,3	581,8	
(*) Cotações ajustadas anós o o	desdobrar	mento de a	cões anrov	ado em 24	/09/14	



DESDOBRAMENTO DE AÇÕES

Na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 24 de setembro de 2014, foi aprovada a proposta, do Conselho de Administração, de desdobramento das ações ordinárias, sem valor nominal, emitidas pela Companhia, para que cada (uma) ação atual passasse a ser representada por 2 (duas) ações da mesma espécie e sem modificação do capital social, o qual passou a ser representado por 179.000.000 (cento e setenta e nove milhões) ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os direitos das ações ordinárias provenientes do desdobramento, incluindo detentores de American Depositary Receipts, nível 1, de emissão da Companhia ("ADRs"), permaneceram inalterados em relação à posição acionária anterior. A paridade existente entre as ações emitidas e os ADRs de 1:1 foi mantida, ou seja, cada ADR continuou sendo representado por uma ação ordinária da Companhia.

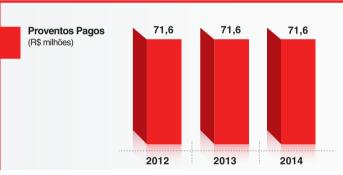
A posição acionária considerada para o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia teve como data base 25 de setembro de 2014. A partir de 26 de setembro de 2014, as ações passaram a ser negociadas sem direito ao desdobramento. O crédito das ações desdobradas foi realizado automaticamente pela instituição depositária, o Banco Itaú Unibanco S.A., na conta dos acionistas no dia 01 de outubro de 2014.

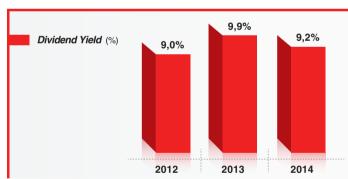
A proposta do desdobramento teve como objetivos ampliar o acesso de investidores às ações emitidas pela Companhia, diversificar a base acionária e aumentar a liquidez das ações.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Eternit continua sendo uma das empresas com maior índice de retorno aos seus acionistas, dentre as companhias de capital aberto no Brasil. Em 2014, o dividend yield foi 9,2% e os proventos pagos foram de R\$ 71,6 milhões

O pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, historicamente, ocorre de forma trimestral. Devido a esta prática, há uma grande participação de pess físicas na estrutura acionária da Eternit, conforme comentado anteriormente





RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Criada em 2004, a área de Relações com Investidores (RI) da Eternit tem como objetivo manter a transparência na prestação de contas e estabelecer um canal de diálogo entre a administração da Companhia, os acionistas e os demais agentes que atuam no mercado de capitais.

A Companhia realiza teleconferências com webcasting trimestrais, reuniões públicas, divulgação de releases e fact sheets, roadshows nacionais e encontros individuais. Em 2014, a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais de Minas Gerais (APIMEC-MG) reconheceu a reunião pública com analistas

5. GESTÃO SUSTENTÁVEL

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Com excelência, responsabilidade social e respeito ao meio ambiente, a Eternit, desde 1940, caminha lado a lado com o Brasil, oferecendo matérias-primas. produtos e soluções para a construção civil. A Eternit e suas controladas seguem rígidos padrões de segurança em suas unidades industriais e utilizam também equipamentos automáticos e enclausurados de alta tecnologia para a realização

Dentro das diretrizes de gestão, a Eternit trabalha fortemente no sentido de reduzir os impactos negativos e maximizar os positivos

As fábricas de fibrocimento e a mineradora são certificadas pela DNV Veritas da Noruega, com a ISO 9001 de gestão da qualidade, a ISO 14001 de gestão ambiental e a OHSAS 18001 de saúde e segurança no trabalho. A SAMA, inclusive, foi a primeira mineradora de crisotila no mundo a adequar-se às normas.

A Eternit é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) Para 2015, a Anamaco espera um cenário mais positivo que o do ano anterior, desde 2007 e, por isso, adota em suas práticas de negócios os dez princípios difundidos pela iniciativa. Além disso, a Companhia apoia as Metas do Milênio, também da ONU.

O Grupo preserva e mantém reservas ambientais nas unidades fabris de Colombo (PR), Simões Filho (BA) e Atibaia (SP), bem como na mineradora SAMA (GO). Utilizando como base as métricas adotadas pela FIFA (Federação Internacional de Futebol), o total de áreas verdes mantidas pela Eternit equivale a 4.469 campos de futebol.

Importante ressaltar também, entre outros, o projeto rejeito zero e de reutilização de água nas fábricas de fibrocimento e na mineradora, os quais visam a otimização do consumo de materiais por meio de diversas iniciativas alinhadas ao conceito dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e o reaproveitamento da água proveniente do processo produtivo, respectivamente

CAPITAL HUMANO

O capital humano é fundamental para a implementação das estratégias de negócio e essa relevância é reconhecida pela Eternit e suas controladas em diversas iniciativas de gestão de pessoas. Por essa razão, busca investir em seus colaboradores e valorizá-los. O esforço nesse âmbito é reconhecido pelo mercado, a Eternit e a SAMA foram listadas nos principais rankings de gestão de pessoas em 2014, como exemplo: a Eternit, pela terceira vez consecutiva, foi eleita uma das Melhores Empresas para se Trabalhar pelo Guia 2014 da Revista Você S/A e a SAMA Minerações Associadas (SAMA), controlada da Eternit, também foi reconhecida, pela sétima vez consecutiva, ao conquistar o 1º lugar do setor Indústrias Diversas e Destaque em Desenvolvimento de Pessoas

O respeito aos colaboradores é uma das diretrizes da Companhia para garantir sua sustentabilidade, o que pode ser traduzido como assegurar a perenidade de seu negócio com rentabilidade, competitividade e respeito ao meio ambiente e à responsabilidade social. Para garantir uma gestão efetiva e transparente, a Eternit adota diretrizes claras para a conduta de seus colaboradores nos negócios e no

A cotação de R\$ 3,25 das ações da Eternit (ETER3) em dezembro de 2014 resultou relacionamento com públicos de interesse, respeitando padrões profissionais, em uma desvalorização de 25.6% guando comparado a dezembro de 2013. No regulatórios e internos. Estas diretrizes estão expressas no Código de Ética da Companhia, divulgado e fornecido a todos os colaboradores, e disponibilizado para consulta no site da Companhia.

Ao final do exercício, a Companhia contava com mais de 3.000 colaboradores diretos e indiretos, incluindo estagiários e aprendizes. A Eternit prioriza a contratação de mão de obra local, tendo 67% do seu quadro gerencial, incluindo a Diretoria, formado por colaboradores provenientes das comunidades do entorno.

Todos os colaboradores da Eternit. Precon e SAMA passam por avaliações formais anuais de desempenho, que servem de base para o Plano de Carreira na Companhia. O Programa de Avaliação de Lideranças utiliza o Modelo 360º. Nestas empresas, o colaborador se auto avalia e é avaliado em conjunto com o gestor da área. Na Tégula, gerentes e supervisores recebem anualmente a análise de desempenho. Importante destacar também o Programa GoLíder, o qual promove o desenvolvimento das lideranças alinhado às competências necessárias ao negócio, neste participam todos os encarregados, coordenadores, supervisores, chefes e gerentes de todas as empresas do Grupo Eternit.

A saúde e a segurança no trabalho e o meio ambiente são temas vitais para a Companhia. Por esta razão, a Companhia investe fortemente em medidas que superem as normas e diretrizes exigidas por Lei e órgãos públicos e setoriais, incluindo as pertinentes à utilização do mineral crisotila. A fiscalização ou contribuição para o cumprimento de todas as normas de saúde e segurança cabe a comitês e grupos especiais. As unidades de fibrocimento e mineração contam com um acordo para uso seguro do crisotila, acordo este que é assinado por representantes da indústria de fibrocimento, da mineração, trabalhadores, entidades de classe e depositado no Ministério do Trabalho e Emprego.

COMUNIDADE

Inserida nas comunidades de suas áreas de atuação, o Grupo Eternit dá suporte ao desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades do entorno por meio do apoio a iniciativas sociais. Além de promover campanhas para doação de produtos, alimentos, brinquedos e contratar colaboradores locais, a Companhia destina, em alguns casos, recursos em espécie. Em 2014, os investimentos em prol da sociedade totalizaram R\$ 3,4 milhões, praticamente estável em relação ao ano anterior. São patrocinados integralmente pela Eternit e suas controladas o Programa Portas Abertas e projeto Sambaíba.

A Eternit e suas controladas, por meio de parcerias com outras organizações, apoiam diversas iniciativas sociais. Conheça a seguir alguns dos projetos apoiados: Bienal de São Paulo e Concertos Gols pela Vida, de exposição de arte e música instrumental, respectivamente.

O Sambaíba - Programa de Responsabilidade Socioambiental da SAMA S.A. Minerações Associadas foi criado em 2004, com diferentes frentes de atividades incluindo um projeto de artesanato, desenvolvido com o objetivo de incluir socialmente cidadãos de Minaçu (GO) e profissionalizar pessoas de baixa renda e deficientes, oriundos da comunidade

Em novembro de 2004, a Eternit lançou o Programa Portas Abertas, com o objetivo de contribuir para o melhor entendimento da sociedade a respeito da extração e beneficiamento do mineral crisotila, da fabricação dos produtos de fibrocimento de forma sustentável e das práticas de saúde e segurança. O programa consiste na realização de visitas às cinco unidades de fibrocimento do Grupo - Anápolis (GO), Colombo (PR), Goiânia (GO), Rio de Janeiro (RJ) e Simões Filho (BA) e também à mineradora SAMA, localizada em Minaçu, norte do Estado de Goiás. Desde sua implantação, o programa, considerado um dos majores do mercado, já recebeu mais de 67 mil visitantes. Para agendar uma visita, verifique a unidade mais próxima e envie uma mensagem aos endereços eletrônicos disponíveis no site da Eternit.

6. QUESTÃO JURÍDICA DO MINERAL CRISOTILA

Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibia a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal ederal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais Leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propuseram a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995. Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

Acões Civis Públicas

Em 2013 e 2014, duas ações civis públicas contra a Companhia foram ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) no Estado de São Paulo e Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional. Nos pedidos de cada ação, inclui o pleito ao pagamento de R\$ 1 bilhão a título de danos morais coletivos a ser depositado a entidades ou projetos a serem indicados pelo Ministério Público do Trabalho ou destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Paralelamente a estas ações a ABREA também ingressou com duas ações distribuídas por dependência perante a Vara do Trabalho de São Paulo e Vara do Trabalho do Rio de Janeiro por tratar dos mesmos fatos questionados nas ações acima. As defesas foram apresentadas e aguardam julgamento de mérito

A Companhia reforça sua crença na Justiça brasileira e espera que sejam nsideradas as evidências técnicas e científicas no julgamento destas ações.

7. RECONHECIMENTOS

As diversas premiações colecionadas nas últimas sete décadas, desde a sua fundação, mostram que a Companhia leva a sério o que faz por todos os seus stakeholders. Durante 2014, as empresas do Grupo Eternit conquistaram diversos prêmios importantes nas áreas de Governança Corporativa, Relações com Investidores, Recursos Humanos, Marketing e Produtos. Para conhecer os prêmios, acesse www.eternit.com.br, www.sama.com.br, www.eternit.com.br/ri.

8. PERSPECTIVAS

Para 2015, a estimativa do PIB é de -0,66% (relatório Focus 06/03/15), e incorpora a perspectiva de recuperação moderada da economia interna e ressalta que a intensificação deste processo depende, entre outros fatores, do fortalecimento da confianca de empresários e consumidores, assim como expansão moderada do mercado de crédito. Neste cenário, a projeção para o PIB da construção civil é de -2,5% (até o terceiro trimestre de 2015), segundo o BACEN.

O déficit habitacional no Brasil, estimado em 5,8 milhões de lares (resultados preliminares 2012 - Fundação João Pinheiro), é composto por famílias que são oneradas excessivamente com aluquel e pela coabitação familiar que representam mais de 70% do déficit, seguidos da habitação precária e adensamento excessivo e investidores da Eternit, em Belo Horizonte, como a melhor reunião de 2013 em domicílios alugados. Embora o programa "Minha Casa Minha Vida" tenha impulsionado a redução do déficit, segundo estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2014, a estimativa é que em 2024, com o crescimento da população, o País terá aproximadamente 16,4 milhões de novas famílias, sendo 10 milhões com renda familiar de até três salários mínimos. O estudo também destaca que a equalização do déficit habitacional demandará investimentos de aproximadamente R\$ 760 bilhões em habitação popular ao longo de dez anos.

A geração de emprego, a melhora na distribuição de renda, o aumento dos financiamentos, dos investimentos em infraestrutura e das unidades habitacionais a serem construídas para o "Minha Casa Minha Vida", contribuirão para minimizar o problema das moradias a qual impactará positivamente os negócios da Companhia, pois haverá aumento da demanda por produtos de nosso portfólio destinados, principalmente, à construção autogerida.

A ABRAMAT projeta um crescimento de 1,0% neste ano em relação a 2014, o que dependerá da manutenção dos atuais incentivos do Governo ao setor da construção civil, manutenção do emprego e renda, expansão dos investimentos no programa "Minha Casa Minha Vida", além de projetos de infraestrutura e da melhoria do nível de atividade das construtoras, dentre outros fatores.

apoiado no maior número de dias úteis, ajustes na economia sem que gere perda de emprego e renda, além da perspectiva do aumento de financiamentos ao consumidor de material de construção pelos bancos privados e dos financiamentos imobiliários.

A Administração considera importante levar em consideração o atual quadro da economia brasileira e os seguintes desafios para o País e setor na qual a Companhia está inserida: as condições de competitividade da indústria nacional frente aos gargalos de infraestrutura, aspectos tributários e valorização do câmbio, geração de empregos e distribuição de renda, políticas econômicas sustentáveis, além do aumento do nível de confiança dos empresários e consumidores

A Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC) iniciou, em 2014, produções experimentais para testar seus equipamentos, obtendo cadência mínima esperada para uma produção inicial. Para 2015, a Administração espera elevar os níveis de produção, em linha com a evolução do projeto greenfield. A instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção em Manaus está em linha com o cronograma e a perspectiva de início dos testes dos equipamentos está prevista para 2015.

O ano de 2015 será de consolidação dos investimentos já realizados durante os últimos anos, utilizando-se da força de sua marca e da capilaridade de sua rede de mais de 16 mil pontos de revenda. A Eternit está bem posicionada para atender a demanda de materiais de construção e, se mantida as condições de mercado, maximizará as oportunidades do setor, aumentando a capacidade de produção da linha de fibrocimento, em linha com a estratégia do crescimento orgânico.

A Eternit, independentemente dos desafios citados acima, acredita na retomada do crescimento da economia brasileira e, principalmente, do setor em que atua-

CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social, a Companhia informa que está vinculada na Câmara de Arbitragem do Mercado desde agosto de 2006.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2014

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES Ao longo do exercício de 2014, a Eternit utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. e da Sama S.A. para o exercício de 2014, e para as informações financeiras intermediárias referentes aos trimestres (ITR) de 30 de junho de 2014, 30 de setembro de 2014 e 31 de março de 2015 da Eternit S.A.

A Companhia contratou serviços de consultoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para o exercício de 2014 conforme descrito abaixo:

- (i) Natureza do serviço: revisão de créditos extemporâneos. Data de contratação:
- (ii) Natureza do serviço: revisão de cadastro para classificação dos produtos. Data da contratação: dezembro de 2013.
- (iii) Natureza do serviço: acompanhamento e apuração de informações referente aos processos necessários ao benefício da Lei do Bem. Data da contratação: janeiro de 2014.
- (iv) Natureza do serviço: análise das informações que impactam no e-social. Data da contratação: novembro de 2013.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Data da contratação: novembro referentes às mesmas.

O valor total dos serviços de consultoria foi de R\$ 953.069,58 (novecentos e INFORMAÇÕES ADICIONAIS cinquenta e três mil, sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) e equivale a Para informações adicionais sobre a Companhia e seu mercado de atuação, acesse 135% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

A Administração da Companhia informa que tem como política não contratar os auditores independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A Administração, assim como seus auditores independentes, entendem que os serviços mencionados não geram conflito de interesse, e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria da Eternit S.A. declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

(v) Natureza do serviço: revisão da evidenciação das divulgações das e com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes - demonstrações financeiras de acordo com a Orientação Técnica OCPC 07 do Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 10 de março de 2015,

o site de Relações com Investidores $\underline{\text{www.eternit.com.br/ri}}$ e/ou contate a equipe de RI ri@eternit.com.br.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, órgãos reguladores, parceiros e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2014; confiando no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

> São Paulo, 12 de março de 2015. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$)											
	Nota	Contro	ladora	Conso	lidado		Nota	Contro	ladora	Conso	lidado
ATIVOS	<u>explicativa</u>	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>explicativa</u>	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.711	9.516	13.367	13.295	Fornecedores	13	22.858	22.444	42.151	39.293
Aplicações financeiras	5	15.726	9.897	35.023	35.661	Partes relacionadas	10	7.672	7.243	-	-
Contas a receber	6	71.327	69.774	175.933	160.389	Empréstimos e financiamentos	14	3.066	8.944	88.946	56.881
Estoques	7	69.395	85.833	148.093	141.944	Obrigações com pessoal	15	12.738	12.980	28.657	28.009
Impostos a recuperar	8	6.035	16.542	10.373	19.648	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.e	17.897	17.881	17.897	17.881
Partes relacionadas	10	27.196	31.615	2.427	9.780	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	2.511	2.174	3.677	3.861
Outros ativos circulantes		4.971	4.734	9.682	9.226	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	11.866	12.226	29.181	34.015
		200.361	227.911	394.898	389.943	Outros passivos circulantes		3.060	4.934	10.743	13.142
Ativo mantido para a venda		553		553		Total do passivo circulante		81.668	88.826	221.252	193.082
		553		553		NÃO CIRCULANTE					
Total do ativo circulante		200.914	227.911	395.451	389.943	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	27.730	23.710	41.654	34.527
						Empréstimos e financiamentos	14	5.129	14.368	38.978	25.799
NÃO CIRCULANTE						Partes relacionadas	10	31.763	29.108	-	-
Depósitos judiciais		8.703	8.819	15.307	15.536	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	26.226	25.115	59.549	54.659
Impostos a recuperar	8	22.915	22.219	24.456	25.022	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	7.787	7.697	10.605	9.432
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	24.750	24.037	53.299	55.112	Provisão para remonte da mina	30	-	-	10.718	9.726
Partes relacionadas	10	29.297	9.723	726	2.018	Outros passivos não circulantes				300	278
Investimentos	9	256.080	247.729	34.338	36.032	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		98.635	99.998	161.804	134.421
Imobilizado	11	145.659	149.425	341.684	279.064	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível	12	6.437	4.584	30.622	28.676	Capital social	18.a	334.251	334.251	334.251	334.251
Outros ativos não circulantes		339	490	1.981	2.229	Reserva de capital		19.460	19.672	19.460	19.672
Total do ativo não circulante		494.180	467.026	502.413	443.689	Ações em tesouraria		(174)	(174)	(174)	(174)
						Reservas de lucros		168.745	155.807	168.745	155.807 [°]
						Outros resultados abrangentes		(7.491)	(3.443)	(7.491)	(3.443)
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas não minoritários		514.791	506.113	514.791	506.113
						Participações acionistas minoritários		-	-	17	16
						Total do patrimônio líquido		514.791	506.113	514.808	506.129
TOTAL DO ATIVO		695.094	694.937	897.864	833.632	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		695.094	694.937	897.864	833.632
			As notas	explicativas s	são parte intec	grante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DO	RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 201	3
(1	n milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)	

	Nota	Controladora		Conso	lidado
	explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	22	507.665	508.525	978.154	957.301
Custos dos produtos vendidos	23	(370.995)	(372.752)	(593.879)	(575.877)
LUCRO BRUTO		136.670	135.773	384.275	381.424
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	23	(59.715)	(59.097)	(116.528)	(116.734)
Gerais e administrativas	23	(43.582)	(41.895)	(111.780)	(97.804)
Remuneração da Administração	23	(8.501)	(12.802)	(10.685)	(15.545)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(3.285)	3.293	(3.810)	(1.871)
Resultado da equivalência patrimonial	9	63.774	76.267	(13.676)	(6.223)
Total das receitas (despesas) operacionais		(51.309)	(34.234)	(256.479)	(238.177)
Despesas financeiras	25	(19.692)	(18.692)	(52.674)	(48.553)
Receitas financeiras	25	20.732	16.887	54.962	47.535
Resultado financeiro líquido		1.040	(1.805)	2.288	(1.018)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA					
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		86.401	99.734	130.084	142.229
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	20	(858)	472	(41.309)	(41.489)
Diferidos	20	(384)	2.048	(3.615)	1.516
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		85.159	102.254	85.160	102.256
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas não minoritários		85.159	102.254	85.159	102.254
Acionistas minoritários				1	2
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		85.159	102.254	85.160	102.256
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO, BÁSICO E DILUÍDO - R\$	18.c	0,48	1,14	0,48	1,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕE	ES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
	(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora 31/12/2014 31/12/2013		Consolidado 31/12/2014 31/12/20	
RECEITAS	<u>explicativa</u>	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	22	680.030	684.554	1.235.017	1.219.671
Outras receitas	22	19	316	49.689	47.128
Provisão para crédito de liquidação duvidosa			0.0	10.000	20
sobre as contas a receber		(655)	(402)	(1.444)	(945)
TOTAL		679.394	684.468	1.283.262	1.265.854
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços					
vendidos		(319.423)		(545.641)	(545.593)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(118.556)	(114.669)	(192.217)	(194.915)
Perda/recuperação de valores ativos		(7.474)		(7.959)	(7.541)
Outros descontos, abatimentos e doações		(4.426)			
VALOR ADIOIONADO DEUTO		<u>(449.879</u>)			
VALOR ADICIONADO BRUTO DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	11/12	229.515 (11.995)	217.053 (11.075)	528.905 (37.704)	513.043 (34.789)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA	11/12	(11.995)	(11.075)	(37.704)	(34.769)
COMPANHIA		217.520	205.978	491.201	478.254
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	Δ.	217.520	203.370	431.201	470.234
Resultado da equivalência patrimonial	9	63.774	76.267	(13.676)	(6.223)
Receitas financeiras	25	20.732	16.887	54.962	47.535
Outras		13.964	8.868	13.961	12.164
		98.470	102.022	55.247	53.476
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		315.990	308.000	546.448	531.730
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		64.190	55.689	130.539	115.990
Benefícios		24.098	31.376	49.828	57.793
FGTS		5.906	6.689	10.978	10.648
leses and a decision of a second side of		<u>94.194</u>	93.754	<u>191.345</u>	<u> 184.431</u>
Impostos, taxas e contribuições: Federais		72.281	60.318	131.618	125.006
Estaduais		35.604	23.532	59.790	46.460
Municipais		1.662	1.468	2.406	2.081
Mullicipals		109.547	85.318	193.814	173.547
Remuneração de capital de terceiros:		100.047		100.014	170.047
Juros		19.692	18.692	52.674	51.314
Aluguéis		7.398	7.982	23.456	20.184
•		27.090	26.674	76.130	71.498
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos	18	47.688	48.851	47.688	48.851
Juros sobre o capital próprio	18	23.889	22.726	23.889	22.726
Lucros retidos		13.582	30.677	13.582	30.677
		<u>85.159</u>	102.254	<u>85.159</u>	102.254
		<u>315.990</u>	308.000	<u>546.448</u>	<u>531.730</u>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora C		Conso	lidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	85.159	102.254	85.160	102.256
Outros resultados abrangentes				
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de beneficio definido	(3.283)	(5.866)	(6.132)	(5.219)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	1.116	1.995	2.084	1.776
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	(1.881)	428		
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	(4.048)	(3.443)	(4.048)	(3.443)
Resultado abrangente do exercício	81.111	98.811	81.112	98.813
Atribuível a:				
Acionistas não minoritários	81.111	98.811	81.111	98.811
Acionistas minoritários	-	-	1	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Contro		Conso	
ELUVOO DE CALVA DAG ATIMIDADES ODEDAGIONAIS	<u>explicativa</u>	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		86,401	99.734	130.084	142.229
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda		80.401	99.734	130.064	142.229
e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas					
atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	9	(63.774)	(76.267)	13.676	6.223
Depreciação e amortização	11/12	11.995	11.075	37.704	34.789
Resultado na baixa de ativos permanentes	24	(405)	(65)	(1.078)	(145)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as					
contas a receber	6	655	402	1.444	985
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	2.912 1.869	2.458 6.387	7.079	3.711 7.660
Reversão (provisão) para perdas diversas Encargos financeiros, variação monetária e variação cam	hial	1.574	2.397	(5.606) 43	1.069
Rendimento de aplicações financeiras	biai	(2.194)	(2.220)	(4.861)	(4.495)
Variação líquida despesas antecipadas		1.561	1.609	1.750	2.248
Tanaşao nqaraa aooposao amoorpaaao		40.594	45.510	180.235	194.274
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	(1.776)	8.878	(15.956)	16.215
Partes relacionadas a receber	10 a.	7.697	(9.800)	7.353	(11.798)
Estoques	7	14.990	(4.325)	(7.035)	(14.801)
Impostos a recuperar		11.616	(7.764)	10.164	(7.539)
Depósitos judiciais		(1.685)	(2.179)	(1.572)	(2.489)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos Outros ativos		76.981	79.343	(0.457)	559
Aumento (redução) nos passivos operacionais		(1.958)	(1.735)	(2.457)	559
Fornecedores	13	193	(7.864)	2.604	(9.560)
Partes relacionadas a pagar	10	429	(1.038)		(0.000)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	(83)	(1.996)	4.728	(1.563)
Provisões e encargos sociais	15	(242)	(4.330)	648	(6.930)
Outros passivos		(2.137)	2.412	(2.649)	1.807
Juros pagos		(492)	(452)	(1.507)	(621)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(3.342)	_	(48.218)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		144.127	91.318	131.905	109.336
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENT		(40.574)	(0.500)	4 000	
Mútuo com empresas ligada a receber	10 24	(19.574)	(2.509)	1.293	470
Recebimento pela venda de imobilizado Adições ao ativo imobilizado e intangível	11/12	577 (25.608)	354 (39.802)	1.488 (104.216)	(64.348)
Aporte de capital em controladas	9	(28.480)	(29.426)	(11.982)	(29.226)
Aplicações financeiras de curto prazo	J	(146.820)	(115.783)	(330.977)	(292.141)
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		143.185	156.718	336.475	339.905
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(76.720)	(30.448)	(107.919)	(45.340)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAME	NTO				
Captação de empréstimos e financiamentos	14	7.177	15.972	220.938	182.624
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(8.676)	(1.608)	(175.607)	(180.738)
Mútuo com empresa ligada	10	(468)	(327)	(00.045)	(00.040)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(69.245)	(69.243)	(69.245)	(69.243)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(71.212)	(55.206)	(23.914)	(67.357)
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	•	(3.805)	5.664	72	(3.361)
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES	1	(3.803)	3.004		(3.301)
DE CAIXA	•				
No início do exercício	4	9.516	3.852	13.295	16.656
No fim do exercício	4	5.711	9.516	13.367	13.295
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES	;				
DE CAIXA		(3.805)	5.664	72	(3.361)
As notas explicativas são parte i	integrante das	demonstraçõe	es financeiras	3.	

As notas explicativas sao parte integrante das demonstraçoes financeiras.			As notas explicativas sao parte integrante das demonstraçoes financeiras.										
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$)													
		-	Reservas d			Res	servas de lucro	os		Outros		Dautiainaa **	Takal da
	Nota explicativa	Capital social	Subvenção para investimentos	Ágio na Aquisições de Ações	Ações em tesouraria	<u>Estatutária</u>	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos não con- troladores	Total do patrimônio <u>líquido</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2013		334.251	19.365	23	(174)	21.873	25.513	78.669	-	-	479.520	14	479.534
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	102.254	-	102.254	2	102.256
Constituição de reservas		-	754	-	-	5.113	5.113	19.697	(30.677)	-	-	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de													
benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.443)	(3.443)	-	(3.443)
Reversão reserva subvenção Investimento		-	(470)	-	-	4	4	(179)	-	-	(641)	-	(641)
Destinação do lucro líquido:													
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,254													
por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(22.726)	-	(22.726)	-	(22.726)
Dividendos - R\$ 0,5467 por ação em circulação	18 _								<u>(48.851</u>)		<u>(48.851</u>)		(48.851)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	_	334.251	19.649	23	(174)	26.990	30.630	98.187		(3.443)	506.113	16	506.129
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	85.159	-	85.159	1	85.160
Constituição de reservas	18	-	-	-	-	4.258	4.258	5.066	(13.582)	-	-	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de													
benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(4.048)	(4.048)	-	(4.048)
Reversão de correção monetária de capital		-	(212)	-	-	3	3	(650)	-	-	(856)	-	(856)
Destinação do lucro líquido:													
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,134 por													
ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(23.889)	-	(23.889)	-	(23.889)
Dividendos - R\$ 0,267 por ação em circulação	18 _								(47.688)		(47.688)		(47.688)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	_	334.251	19.437	23	(174)	31.251	34.891	102.603		(7.491)	514.791	17	514.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa $n^{\rm o}$ 18).

A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Conta atualmente com 14 unidades industriais no Brasil. com filiais nas principais cidades brasileiras. O Grupo está constituído da seguinte forma:

Empresas	(%) Partici- pação	(%) Capital votante	Localização da sede	Atividade principal
SAMA S.A.	99,99%	99,99%	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do mineral crisotila.
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	99,99%	99,99%	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda.	99,99%	99,99%	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreen- dimentos e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Engedis Distribuição Ltda.	99,94%	99,94%	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Wagner Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Wagner da Amazônia Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	99,99%	99,99%	Manaus/AM	Pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção. Não iniciou as suas operações até o fechamento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	60,00%	60,00%	Caucaia/CE	Importação, industrialização, comercialização, exportação, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo, assim como as informações correlacionadas à informação por segmento estão descritos na nota explicativa nº 26.

para banheiro em geral

Eventos operacionais relevantes

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibiam a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e

nº 2.396 respectivamente, por invadirem a esfera de competência da União. As atuais leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do despesa de juros pelo respectivo período. Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propuseram a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI n° 3.357 em face da Lei estadual $n^{\rm e}$ 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI $n^{\rm e}$ 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurelio - votou pela inconstitucionalidade das leis respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2015 e 11 de março de 2015, respectivamente, para divulgação em 12 de março de 2015.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas

Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério.

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n° 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos

2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa n^{ϱ} 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. - CSC, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como empreendimento controlado em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais aiustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

 Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.

Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável

2.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.5. Instrumentos financeiros

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Contratos de Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse

fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Outros passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua

Em 31 de dezembro 2014, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

2.6. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição no exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's. Esta demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações

2.7. Normas, alterações e interpretações de normas A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações

e emendas que estão em vigor mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Companhia e entrarão em vigor em ou

s 1 de janeiro de 2015: Impacto nas demonstrações						
rma	Requerimento	financeiras				
RS 9 - trumentos	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros:					
anceiros	Reconhecimento e Mensuração. As principais mudancas previstas são: (i) todos	IFRS 9 provoque				

os ativos financeiros devem ser, inicialmente, em suas reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a demonstrações norma divide todos os ativos financeiros, financeiras que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo: (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. Vigência a partir de 01/01/2018. IFRS 15 -Receitas de

contratos com

A norma substituirá o IAS 11 - Contratos O Grupo não de construção e IAS 18 - Receitas e espera que correspondentes interpretações; os principais o IFRS 15 objetivos são: (i) eliminar inconsistências provoque impacto nos padrões de reconhecimento de receita, relevante em suas fornecendo princípios claros para o registro demonstrações dos saldos contábeis; (ii) fornecer um financeiras modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade informação contábil-financeira; (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. Aplicarse-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros

e contratos de seguro. Vigência a partir de Alteração IFRS A norma estabelece que a entidade O Grupo não participante de uma joint venture (negócio espera que em Conjunto em conjunto) deve aplicar os princípios o IFRS 11 relevantes relacionados ao combination (combinação de negócios), relevante em suas inclusive preparando as divulgações demonstrações requeridas pela norma aplicável à operação. financeiras. Vigência a partir de 01/01/2016.

O objetivo publicação é estabelecer que não O Grupo não Alteração IAS 16 e IAS é apropriado definir a base de depreciação e espera que 38 - Métodos amortização como sendo o padrão esperado as alterações de consumo, por parte da entidade, dos do IAS 16 e futuros benefícios econômicos de um ativo. 38 provoquem $^{\circ}$ aceitáveis de depreciação e amortização Vigência a partir de 01/01/2016.

A alteração cria a possibilidade de adoção O Grupo não Alteração IAS 27 do método da equivalência patrimonial nos espera que a Equivalência investimentos detidos em controladas nas alteração do IAS demonstrações separadas. Vigência a partir patrimonial nas demonstrações de 01/01/2016. financeiras separadas

Alteração O objetivo da alteração é corrigir a IFRS 10 e IAS inconsistência entre os requisitos do 28 - Venda ou IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e o IAS 28 - Investimentos contribuição de ativos entre em Coligada, Controlada e Negócio em um investidor Conjunto, ao lidar com a perda de controle de uma subsidiária que é contribuída para e associado ou joint venture uma coligada, controlada ou negócio em conjunto. Vigência a partir de 01/01/2016. (negócio em

business provoque impacto

impacto relevante em suas financeiras

Apl 27 provoque impacto relevante em suas demonstrações financeiras. O Grupo não

espera que as alterações do IFRS 10 e IAS 28 provoquem impacto relevante demonstrações financeiras

<u>Norma</u> Requerimento A emissão esclarece (i) àqueles que atendem Alteração IFRS a definição de entidade de investimento como 10, IFRS 12 e IAS 28 consolidar seus investimentos e relaciona às exceções à regra; e (ii) permite que outras Entidade de investimento exceções à regra de

IFRS 7

Instrumentos

(Divulgação)

Aplicabilidade

de offset às

financeiras

IFRS 7 -

IAS 34 -

Demonstração

Intermediária -

Divulgação de

. demonstrações

intermediárias'

Benefícios a

Empregados -

informações

"em outras

partes das

financeiras

IAS 19 -

desconto

IFRS 5 -

condensadas

financeiros

do IFRS 10, entidades mantenham, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do 28 provoquem valor justo por meio do resultado utilizada impacto relevante pelos seus investimentos (coligada ou em suas negócio em conjunto) e não prossiga demonstrações com a consolidação. Vigência a partir de financeiras. 01/01/2016. Alteração IAS 1

Tem o objetivo de rever os conceitos O Grupo não anteriormente estabelecidos, tais como a relevância. A intenção do Comitê foi alteração do reafirmar o compromisso com a qualidade da IAS 1 provoque informação contábil-financeira, que deve ser impacto relevante objetiva e de fácil compreensão. Vigência a em suas partir de 01/01/2016. demonstrações financeiras O Grupo não

Impacto nas

demonstrações

financeiras

O Grupo não

as alterações

espera que

do IFRS 7

em suas

financeiras.

O Grupo não

espera que a

alteração do IAS

demonstrações

IFRS 5 provoque

provoquem

as alterações

impacto relevante

demonstrações

A alteração suprime a expressão "e períodos intermediários dentro desses períodos anuais" do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações das divulgações financeiras condensadas. No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue "uma explicação dos eventos e transações demonstrações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual". Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente. espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida

Vigência a partir de 01/01/2016. Esclarece que um contrato de serviço que O Grupo não inclui taxa de administração pode caracterizar espera que a constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar IFRS 7 provoque a natureza da taxa e disposição contra a impacto relevante orientação para o envolvimento continuado nos parágrafos IFRS 7.B30 e IFRS 7.42C, a fim de avaliar se são necessárias as demonstrações

divulgações. Vigência a partir de 01/01/2016. Estabelece que as divulgações intermediárias necessárias devem ser incluídas ou nas demonstrações financeiras intermediárias alteração do IAS ou incorporadas por referência entre as 34 provoque demonstrações financeiras intermediárias e impacto relevante onde quer que esteiam incluídas dentro das em suas informações intermediárias (por exemplo, no demonstrações comentário da administração ou do relatório de risco). Vigência a partir de 01/01/2016.

A alteração esclarece que títulos corporativos O Grupo não de alta qualidade de mercado devem ser espera que a avaliados com base na moeda em que é denominada a obrigação, ao invés do país 19 provoque em que a obrigação se encontra. Quando impacto relevante não existe mercado de títulos corporativos de alta qualidade em dada moeda, taxas de títulos de dívida pública deve ser utilizadas. Vigência a partir de 01/01/2016.

Esclarece-se, através da emissão de O Grupo não Reclassificação guidance, as circunstâncias em que uma espera que a de ativo não entidade reclassifica ativos mantidos alteração do para venda para ativos mantidos para circulante mantido para distribuição aos sócios/acionistas (e vicevenda e mantido versa) e os casos em que ativos mantidos em suas para distribuição aos sócios/acionistas não para distribuição aos sócios/ atendem mais o critério para manterem esta acionistas classificação. Vigência a partir de 01/01/2016.

demonstrações O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas novas revisadas, apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS **ESTIMATIVAS** Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer

possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no resultado ou no

julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras s da incerte demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

3.1. Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário

fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Não houve redução do valor recuperável do ágio.

3.2. Vida útil dos bens do imobilizado

patrimônio líquido divulgado pelo Grupo

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos

3.3. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em

termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais o Grupo não

detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância. 3.4. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

3.5. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Controladora

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	5.711	9.516	11.690	11.100
Aplicações em certificados de depósito bancários				
compromissados			1.677	2.195
	5.711	9.516	13.367	13.295

Em 31 de dezembro de 2014 as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103% em 31 de dezembro de 2013), tendo basicamente em sua carteira, aplicações compromissadas. Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

3	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Fundos de investimentos	15.726	9.897	35.023	35.661	

Os fundos de investimentos, em sua majoria, são aplicados em renda fixa, operações compromissadas, remunerados pelas taxas médias de 102% da variação do CDI (103% em 31 de dezembro de 2013)

Consolidado



São aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de 9. INVESTIMENTOS carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade do Grupo.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Mercado interno	74.634	73.487	109.199	112.241	
Mercado externo	-	-	73.753	55.521	
(-) Ajuste a valor presente		(432)	(330)	(1.362)	
	74.634	73.055	182.622	166.400	
Provisão para crédito de					
liquidação duvidosa	(3.307)	(3.281)	(6.689)	(6.011)	
	71.327	69.774	175.933	160.389	
Composição do saldo de clientes por idade de vencimento					

				100.000			
Composição do saldo de clientes por idade de vencimento							
	Contro	ladora	Consolidado				
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013			
A vencer	69.637	65.939	166.787	146.010			
Valores vencidos:							
Até 30 dias	1.098	2.362	6.933	10.538			
Entre 30 e 60 dias	293	1.283	1.444	2.654			
Acima de 60 dias	299	190	769	1.187			
	71.327	69.774	175.933	160.389			

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as

contas a receber					
	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo inicial	(3.281)	(3.242)	(6.011)	(6.518)	
Adição	(734)	(782)	(1.531)	(1.482)	
Reversão	79	380	87	497	
Baixa	629	363	766	1.492	
Saldo final	<u>(3.307</u>)	<u>(3.281</u>)	<u>(6.689</u>)	<u>(6.011</u>)	

7. ESTOQUES Política contábil

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Produtos acabados	36.060	41.554	88.370	72.551	
Produtos semi-acabados	-	-	2.444	2.116	
Revenda	7.749	9.751	12.343	14.698	
Matérias-primas	21.793	29.854	21.503	31.142	
Materiais auxiliares	5.658	5.091	25.671	22.789	
(-) Provisão para perdas (*)	(1.865)	(417)	(2.238)	(1.352)	
	69.395	85.833	148.093	141.944	

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está assim representada:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo inicial	(417)	-	(1.352)	(935)	
Provisão	(1.865)	(443)	(2.009)	(443)	
Reversão	417	26	1.123	26	
Saldo final	<u>(1.865</u>)	<u>(417</u>)	(2.238)	(1.352)	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram consumidos o equivalente a R\$ 257.513 (R\$ 259.318 em dezembro de 2013) em matérias-primas registrado como custo na Controladora e R\$ 409.669 (R\$ 395.647 em dezembro de 2013) no Consolidado, conforme mencionado na nota explicativa 23.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

0. mm 00.000 x 1.12001 2.		oladora	Consolidado			
	<u>31/12/2014</u>	31/12/2013	31/12/2014	<u>31/12/2013</u>		
Circulante:						
Imposto sobre circulação						
de mercadoria e serviço						
ICMS	1.760	1.005	3.803	2.131		
Imposto de renda retido na	a					
fonte - IRRF	204	191	401	413		
Imposto de renda sobre						
pessoa jurídica - IRPJ	602	8.285	1.051	8.690		
Contribuição social sobre						
lucro líquido - CSLL	140	2.243	194	2.311		
Imposto de renda retido na						
fonte juros sobre capital	•					
próprio	996	3.400	996	3.400		
Fundo - FOMENTAR -	550	0.400	330	0.400		
ICMS (*)	1.661	1.197	1.661	1.197		
Contribuição para	1.001	1.137	1.001	1.137		
financiamento da						
seguridade social - COFINS e outros	670	001	2.267	1.500		
COFINS e outros	672	221		1.506		
N	6.035	<u>16.542</u>	10.373	<u>19.648</u>		
Não circulante:						
Imposto sobre circulação						
de mercadoria e serviço						
ICMS	1.164	1.218	2.705	4.021		
Imposto de renda retido na						
fonte - IRRF	13.841	13.363	13.841	13.363		
Imposto de renda sobre						
pessoa jurídica - IRPJ	7.910	7.638	7.910	7.638		
	22.915	22.219	24.456	25.022		
(*) Fundo de Participação	e Fomento	à Industrializa	rcão do Estad	o de Goiás -		
FOMENTAR, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás						

condições estabelecidas entre as partes.

aberto com partes relacionadas, e não existem provisões para redução de saldo de

contas a receber de partes relacionadas. b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Contro	oladora	Consolidado			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Salários, honorários e						
benefícios	4.599	5.082	5.559	6.014		
Encargos sociais	1.288	1.430	1.599	1.735		
Participação nos						
lucros - PLRE	1.797	3.642	2.372	4.316		
Bônus complementar	735	2.419	1.062	3.093		
Benefícios pós-emprego	82	229	93	387		
	8.501	12.802	10.685	15.545		

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas e da controlada em conjunto da Companhia

Resumo da composição dos inv	estimentos							
				Controla	idora			
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	csc	Tégula	Wagner	Total
Investimentos	11.685	23.985	7.830	90.385	34.338	67.134	4.164	239.521
Mais valia dos ativos líquidos	-	-	-	16.559	-	-	-	16.559
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.685	23.985	7.830	106.944	34.338	67.134	4.164	256.080
Em 01 de janeiro de 2013	-	17.578	7.821	107.183	13.029	72.246	4.059	221.916
Dividendos	-	(7.222)	(2.653)	(65.112)	-	-	-	(74.987)
Juros sobre o capital próprio	-	(829)	-	(4.492)	-	-	-	(5.321)
Resultado da equivalência patrimonial	(938)	10.694	2.890	70.304	(6.223)	(459)	(1)	76.267
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	428	-	-	-	428
Aporte de capital	200	-	-	-	29.226	-	-	29.426
Em 31 de dezembro de 2013	(738)	20.221	8.058	108.311	36.032	71.787	4.058	247.729
Dividendos		(7.121)	(2.803)	(65.691)				(75.615)
Juros sobre o capital próprio	-	(955)	-	(4.509)	-	-	-	(5.464)
Resultado da equivalência patrimonial	(4.075)	11.842	3.080	70.935	(13.676)	(4.455)	123	63.774
Reversão Correção Monetária Complementar - IFRS	-	(2)	(505)	(221)	-	(198)	(17)	(943)
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	(1.881)	-	-	-	(1.881)
Aporte de capital	16.498	-	-	-	11.982	-	-	28.480
Em 31 de dezembro de 2014	11.685	23.985	7.830	106.944	34.338	67.134	4.164	256.080

deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para O saldo de investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 34.338 (R\$ 36.032 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao investimento na controlada em conjunto com a CSC.

Demonstramos abaixo os saldos das empresas controladas e participação em joint venture em 31 de dezembro de 2014:

			Joint venture				
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner	Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.
Ativo circulante	4.947	23.230	4.059	166.231	32.799	3.956	65.074
Ativo não circulante	114.301	14.696	4.555	114.707	59.348	1.785	115.580
Passivo circulante	59.281	9.851	783	128.748	11.987	16	54.518
Passivo não circulante	48.281	4.089	-	57.161	13.020	1.554	68.907
Patrimônio líquido	11.686	23.986	7.831	95.029	67.141	4.171	57.229
Participação proporcional	99,9900%	99,9946%	99,9977%	99,9977%	99,9900%	99,8400%	60%
Valor contábil do investimento	11.685	23.985	7.830	95.027	67.134	4.164	34.338
Receita operacional líquida	-	77.869	-	407.789	79.049	-	39.491
Custo dos produtos vendidos	-	(54.208)	-	(206.966)	(55.799)	-	(33.315)
Lucro não realizado nos estoques	-	-	-	85	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) de operações em continuidade	(4.076)	11.842	3.080	70.935	(4.455)	123	(22.793)
Atribuível à:							
Participação da Companhia	(4.075)	11.842	3.080	70.933	(4.455)	123	(13.676)

10. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Ativo circulante				Ativo não	Ativo não circulante Passivo circulante						circulante		
							Outras contas			contas				
	Contas a	receber	Divide	Dividendos		Mútuo ativo		Fornecedores		a pagar		passivo		
	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13		
Eternit da Amazônia														
(ii) e (iii)	53	1.062	-	-	20.150	-	-	-	-	-	-	-		
Precon (i) e (ii)	980	488	1.964	7.926	-	-	-	-	8	-	-	-		
SAMA (ii) e (iii)	311	169	19.974	8.735	-	-	7.544	7.128	29	26	31.763	29.108		
Prel	-	-	654	2.653	-	-	-	-	91	88	-	-		
Tégula (i) e (ii)	127	96	706	706	8.421	7.705	-	-	-	1	-	-		
Companhia Sulamericana														
de Čerâmica (i) e (iii)	2.427	9.780	-	-	726	2.018	-	-	-	-	-	-		

(i) Existem compras e vendas entre partes relacionadas, portanto os saldos referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila) e/ou produtos acabados, eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O empreendimento controlado em conjunto, que possui consolidação por equivalência patrimonial, não é eliminado no consolidado.

(ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento pré-determinado.

(iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem os encargos IOF, IRRF e variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

				Contro	oladora			
	Ven	das	Com	pras	Des	pesa	Outras	receitas
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Precon	2.710	8.880	-	-	-	-	-	-
Tégula	464	385	-	-	-	-	-	-
CSC	1.706	-	-	-	-	-	-	-
SAMA	-	-	78.335	70.264	-	-	-	-
Descontos obtidos - SAMA	-	-	30	-	-	-	-	-
Despesas administrativas - Prel	-	-	1.056	500	-	-	-	-
Juros sobre mútuo - SAMA	-	-	-	-	3.124	2.183	-	-
Juros sobre mútuo - Tégula	-	-	-	-	-	-	844	578
JCP - SAMA	_		_	_	_	_	4.509	4.492

negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano,

regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02. O plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento A depreciação desses ativos inicia-se quando eles est baseado em ações (CPC 10 R1 - Pagamento Baseado em Ações), uma vez que pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. o executivo não recebe ações diretamente da Eternit, e sim, recebe o montante equivalente a 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a posição acionária da Diretoria era de 2.121.148 ações - ETER3 (995.283 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

11. IMOBILIZADO Política contábil

JCP - Precon

Imobilizado

mediante corretora de valores externa.

recebido em ações da Companhia. Esse bônus complementar será proporcional ao registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os

As transações de compras e vendas entre partes relacionadas são efetuadas em valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existem garantias em e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição para concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais do desligamento/aposentadoria do diretor. Os diretores devem também respeitar as custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método

linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo

o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor

de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo concede bônus complementar, a O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao título de PLRE, aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida

					Control	adora				
		Edifícios e	Máquinas e	Ferramentas			Móveis e	Equipamentos	Imobilizações	
Custo	Terrenos	benfeitorias	<u>equipamentos</u>	<u>e moldes</u>	<u>Instalações</u>	<u>Veículos</u>	utensílios	de informática	em andamento	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	701	32.165	94.939	12.877	77.109	3.578	5.109	3.372	12.717	242.567
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	36.913	36.913
Baixas	-	-	(381)	-	(272)	(791)	(36)	(103)	-	(1.583)
Transferências	_	639	7.093	78	2.251		670	735	<u>(11.466</u>)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	701	32.804	101.651	12.955	79.088	2.787	5.743	4.004	38.164	277.897
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	22.863	22.863
Baixas	(553)	(16)	(664)	(4)	(178)	(1.221)	(73)	(196)	(14.473)	(17.378)
Transferências	1.873	697	9.027	131	4.836	93	374	543	(17.574)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.021	33.485	110.014	13.082	83.746	1.659	6.044	4.351	28.980	283.382
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	15%	10%	20%	10%	20%	-	-
Depreciação acumulada										
Saldos em 01 de janeiro de 2013	-	(18.631)	(44.152)	(8.651)	(40.643)	(2.531)	(2.310)	(2.589)	-	(119.507)
Adições	-	(722)	(1.852)	(1.087)	(5.542)	(259)	(452)	(342)	-	(10.256)
Baixas	_		358		72	734	26	101		1.291
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(19.353)	(45.646)	(9.738)	(46.113)	(2.056)	(2.736)	(2.830)	-	(128.472)
Adições	-	(742)	(2.934)	(928)	(5.509)	(120)	(477)	(393)	-	(11.103)
Baixas	-	16	273	2	173	1.140	54	194	-	1.852
Transferências	<u> </u>		29		(30)		1			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	_	(20.079)	(48.278)	(10.664)	(51.47 <u>9</u>)	(1.036)	(3.158)	(3.029)		<u>(137.723</u>)
Valor residual										
Em 01 de janeiro de 2013	701	13.534	50.787	4.226	36.466	1.047	2.799	783	12.717	123.060
Em 31 de dezembro de 2013	701	13.451	56.005	3.217	32.975	731	3.007	1.174	38.164	149.425
Em 31 de dezembro de 2014	2.021	13.406	61.736	2.418	32.267	623	2.886	1.322	28.980	145.659
_					Consolidado					

							Conso	lidado						
			Máquinas		Ferra-			Veículos		Equipa-			lmobili-	
		Edifícios e	e equipa-	Máquinas	mentas			fora de	Móveis e	mentos de	Remonte	Recursos	zações em	
Custo	Terrenos	<u>benfeitorias</u>	mentos	de extração	e moldes	<u>Instalações</u>	<u>Veículos</u>	estrada	utensílios	informática	<u>da mina</u>	minerais	andamento	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	4.084	80.585	181.492	24.610	26.479	208.398	25.051	4.280	15.366	7.514	5.778	13.387	16.070	613.094
Adições	-	283	3.472	-	64	133	161	-	844	129	-	-	55.041	60.127
Baixas	-	-	(786)	-	(215)	(324)	(968)	-	(553)	(317)	-	-	-	(3.163)
Transferências		672	11.595	2.960	395	8.187	461	259	1.671	1.127			(27.327)	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.084	81.540	195.773	27.570	26.723	216.394	24.705	4.539	17.328	8.453	5.778	13.387	43.784	670.058
Adições	-	25	627	-	7	92	855	-	52	119	-	-	98.676	100.453
Baixas	(553)	(906)	(1.461)	(7)	(6)	(178)	(2.435)	(2.763)	(194)	(309)	-	-	-	(8.812)
Transferências	1.873	1.360	12.865	2.495	131	13.860	550		1.052	1.052			(35.238)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.404	82.019	207.804	30.058	26.855	230.168	23.675	1.776	18.238	9.315	5.778	13.387	107.222	761.699
Taxas médias de depreciação		4%	8,6%	28,4%	15%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%		

828



	Consolidado													
			Máquinas		Ferra-			Veículos		Equipa-			Imobili-	
		Edifícios e	e equipa-	Máquinas	mentas			fora de	Móveis e	mentos de	Remonte	Recursos	zações em	
Depreciação acumulada	Terrenos	benfeitorias	mentos	de extração	e moldes	<u>Instalações</u>	Veículos	estrada	utensílios	informática	da mina	minerais	andamento	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	-	(46.226)	(101.538)	(15.034)	(17.535)	(147.493)	(11.861)	(3.856)	(7.550)	(5.840)	(825)	(2.879)	-	(360.637)
Adições	-	(1.755)	(4.424)	(4.028)	(2.645)	(11.046)	(5.731)	(185)	(1.515)	(685)	(494)	(696)	-	(33.204)
Baixas	-	-	762	-	207	124	912	-	535	307	-	-	-	2.847
Transferências			29						(29)				- _	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(47.981)	(105.171)	(19.062)	(19.973)	(158.415)	(16.680)	(4.041)	(8.559)	(6.218)	(1.319)	(3.575)	-	(390.994)
Adições	-	(1.752)	(6.311)	(4.491)	(2.369)	(11.925)	(5.561)	(180)	(1.575)	(796)	(231)	(696)	-	(35.887)
Baixas	-	565	703	7	4	173	2.334	2.617	161	302	-	-	-	6.866
Transferências			28			(30)			(2)	4				
Saldos em 31 de dezembro de 2014		(49.168)	(110.751)	(23.546)	(22.338)	(170.197)	(19.907)	(1.604)	(9.975)	(6.708)	(1.550)	(4.271)		(420.015)
Valor residual														
Em 01 de janeiro de 2013	4.084	34.359	79.954	9.576	8.944	60.905	13.190	424	7.816	1.674	4.953	10.508	16.070	252.457
Em 31 de dezembro de 2013	4.084	33.559	90.602	8.508	6.750	57.979	8.025	498	8.769	2.235	4.459	9.812	43.784	279.064
Em 31 de dezembro de 2014	5.404	32.851	97.053	6.512	4.517	59.971	3.768	172	8.263	2.607	4.228	9.116	107.222	341.684
Em razão de processos judiciais, a controlada	a SAMA oferece	u como garantia	a bens do ativo	imobilizado (m	áquinas e equ	ipamentos) no	valor residual c	le R\$ 1.172 (R	\$ 1.272 em 31	de dezembro d	e 2013).			

12. INTANGÍVEL Política contábil Intangível Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados

no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Ágio O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data

da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma

caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio. Consulte a nota explicativa número 11.

•		Contro	ladora	
		Software		
		em		
Custo	Software	<u>andamento</u>	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro				
de 2013	7.185	-	11	7.196
Adições	<u>45</u>	2.844		2.889
Saldo em 31 de dezembro				
de 2013	7.230	2.844	11	10.085
Adições	133	2.612	-	2.745
Transferências	3.756	(3.756)	-	-
Saldo em 31 de				
dezembro de 2014	11.119	1.700	11	12.830
Vida útil (em anos)	5			
Amortização	Ü			
Saldo em 01 de janeiro				
de 2013	(4.682)	_	_	(4.682
Adicões	(819)	_	_	(819
Saldo em 31 de dezembro	(0.10)			
de 2013	(5.501)	_	_	(5.501
Adições	(892)			(892
Saldo em 31 de	(002)			(002
dezembro de 2014	(6.393)	_	_	(6.393
Valor residual	(0.030)			(0.030
Saldo em 01 de janeiro				
de 2013	2.503	_	11	2.514
Saldo em 31 de dezembro	2.505	_	'''	2.514
de 2013	1.729	2.844	11	4.584
Saldo em 31 de	1.729	2.044		4.364
dezembro de 2014	4 706	1 700	44	6 407
dezembro de 2014	4.726	1.700	11	6.437
		Consolida		
		_	oftware	
		Marcas e	em	
O C-4	Á!.		damaa	unn Total

				Software			
			Marcas e	em			
Custo	Software	<u>Ágio</u>	patentes	<u>andamento</u>	<u>Outros</u>	Total	
Saldo em 01 de							
janeiro de 2013	13.143	19.995	1.156	-	75	34.369	
Adições	325	-	260	3.636	-	4.221	
Transferências	792			(792)			
Saldo em 31 de							
dezembro de 2013		19.995	1.416	2.844	75	38.590	
Adições	552	-	-	3.211	-	3.763	
Transferências	4.355			(4.355)			
Saldo em 31 de							
dezembro de 2014	<u>19.167</u>	<u> 19.995</u>	1.416	1.700	75	42.353	
Vida útil (em anos)	5	-	-	-	-	-	
Amortização							
Saldo em 01 de							
janeiro de 2013	(8.328)	-	-	-	(1)	(8.329)	
Adições	(1.585)					(1.585)	
Saldo em 31 de	, , , , , ,					,	
dezembro de 2013	(9.913)	-	-	-	(1)	(9.914)	
Adições	(1.817)					(1.817)	
Saldo em 31 de							
dezembro de 2014	(11.730)				(1)	<u>(11.731</u>)	
Valor residual							
Saldo em 01 de							
janeiro de 2013	4.815	19.995	1.156	-	74	26.040	
Saldo em 31 de							
dezembro 2013	4.347	<u>19.995</u>	1.416	2.844	74	28.676	
Saldo em 31 de							
dezembro de 2014	7.437	<u> 19.995</u>	<u>1.416</u>	1.700	74	30.622	
13. FORNECEDORE	2						
13. I OTHINE OLD OTHE	.5	Contro	ladora	Co	nsolidad	lo	
	31/1	2/2014	31/12/201			12/2013	
Mercado interno		20.528	15.7			31.977	
Mercado externo		2.330	6.94		743	7.570	
(-) Ajuste valor prese	nte		0.0				
(mercado interno/ex		-	(22	21)	-	(254)	
,	,	22.858	22.44		51	39.293	
						00.200	

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política contábil Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e Controladora Consolidado Conso juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que

No exercício de 2014 o Grupo efetuou capitalização de custos com empréstimos de imobilizados em andamento, totalizando o montante de R\$ 7.766 (R\$ 2.737 em 2013)

	Taxa				,
	de juros e	Contro	ladora	Conso	lidado
Circulante:	comissões - %	2014	2013	2014	2013
Moeda nacional para	De 1,14% a				
aquisição de máquinas	10% a.a.				
e equipamentos	+ TJLP	1.225	628	6.595	6.072
Moeda estrangeira para					
aquisição de máquinas	De 1,03% a				
e equipamentos	3,56% a.a.	1.841	8.316	13.255	10.854
Moeda nacional (leasing					
financeiro) para aquisição					
de veículo	1,23% a.a.	-	-	363	-
Moeda nacional para capita					
de giro	100% CDI	-	-	10.391	-
Moeda estrangeira para					
capital de giro (ACE -					
Adiantamento de Contrato					
de Exportação)	1,68% a.a.			58.342	39.955
N		3.066	8.944	88.946	56.881
Não circulante:	5 4 4 4 6 7				
Moeda nacional para	De 1,14% a				
aquisição de máquinas	10% a.a.		. ===		
e equipamentos	+ TJLP	3.409	1.750	8.254	11.566
Moeda estrangeira para	D = 4.000/				
aquisição de máquinas	De 1,03% a	4 700	10.010	00.404	44.000
e equipamentos	3,56% a.a.	1.720	12.618	30.491	14.233
Moeda nacional (leasing					
financeiro) para aquisição de veículo				000	
de vercuro	1,23% a.a.	5.129	14.368	233	25 700
		5.129	14.300	<u>38.978</u>	25.799

	Contro	ladora	Consolidado				
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	es		
Fluxo de pagamento do					be		
não circulante:							
2015	-	11.328	-	17.663			
2016	2.084	2.336	13.470	6.161	De		
2017	2.067	490	11.429	1.210	1		
2018	924	214	9.641	562	Er		
2019	54		4.438	203	Er		
	5.129	14.368	38.978	25.799	Ap		
O Grupo possui contratos	de empréstim	os os quais p	ossuem cláusi	ılas restritivas			

não financeiras pelos quais estão em conformidade em 31 de dezembro de 2014.

15. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Contro	oladora	Cons	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Férias	7.843	6.760	15.077	12.980		
Participação nos lucros e						
resultados (a)	2.381	3.704	8.671	10.145		
Fundo de garantia por						
tempo de serviço - FGTS	555	593	1.011	1.008		
Instituto nacional do seguro)					
social - INSS	1.951	1.848	3.476	3.367		
Outros	8	<u>75</u>	422	509		
	12.738	12.980	28.657	28.009		
(a) O Grupo concede parti	cipação nos	lucros e result	ados a seus	colaboradores.		

sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com as empresas do Grupo. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Participa lucros e re	3
	31/12/2014	31/12/2013
Controladora	4.269	5.785
Consolidado	11.117	13.168
16 IMPOSTOS TAYAS E CONTRIBUIÇÕES A I	RECOLHER	

i O. iivii	00100,	IAAAO	 ,0111		, O.Ş	OLO	~	
				Co	ntro	lado	ra	

	Controladora Consolidado							
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013				
Circulante:								
Tributos sobre o lucro								
Imposto de renda pessoa	a							
jurídica - IRPJ	-	863	8.923	12.242				
Contribuição social sobre)							
lucro líguido - CSLL	-	-	1.751	2.432				
Demais tributos								
Imposto sobre circulari-								
zação de mercadorias								
e serviços - ICMS	6.162	6.304	9.026	9.372				
Imposto sobre produtos								
Industrializados - IPI	2.345	1.824	2.686	2.107				
Contribuição para finan-								
ciamento da segurida-								
de social - COFINS	1.408	1.405	2.274	3.258				
Programa de integração								
social - PIS	280	281	467	683				
Impostos de renda retido								
na fonte - IRRF	1.394	1.331	2.128	1.943				
Contribuição financeira								
de compensação de								
recursos minerais	-	-	1.413	1.515				
Outros	277	218	<u>513</u>	<u>463</u>				
Total circulante	11.866	12.226	29.181	34.015				
Não circulante:								
Imposto sobre circulariza-								
ção de mercadorias e		7.007	40.005	0.400				
, , ,								
				Precon como				
também FUNDOPEM e	PRODUZIR n	a controlada T	egula.					
serviços - ICMS (*)	troladora e F	OMENTAR n	a controlada	9.432 PRODUZIR e Precon como				

17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS Política contábil

Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

I) Benefícios futuros de saúde

Ó Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior. independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde d) Dividendos (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os Os dividendos propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram cálculos são revisados em bases anuais.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor

	31/12/2014	31/12/2013				
Taxa anual de juro atuarial real	6,09%	6,32%				
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%				
Taxa anual de inflação projetada	6,49%	5,80%				
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000				
h) Passivo de plano de benefício futuro a ex-empregados						

Controladora

	Contro	nauora	Collabilidado			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Circulante	2.511	2.174	3.677	3.861		
Não circulante	27.730	23.710	41.654	34.527		
	30.241	25.884	45.331	38.388		
a) Decreas (guide com benefício em 2014 (recombosido no recultado)						

c) Despesa líquida com benefício em 2014 (reconhecida no resultado) Controladora

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Custo dos juros e serviços					
corrente	3.232	1.813	4.793	3.049	
Benefícios pagos	(2.452)	(2.209)	(4.377)	(4.209)	
Resultado líquido com					
benefício	780	(396)	416	(1.160)	

Controladora Consolidado

Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2014	22.747	31.285
Benefícios pagos	(2.452)	(4.377)
Custo dos juros e serviços corrente	3.232	4.793
31 de dezembro de 2013	21.967	30.869
Obrigações de benefícios definidos em		
Benefícios pagos	(2.209)	(4.209)
Custo dos juros e serviços corrente	1.813	3.049
01 de janeiro de 2013	22.363	32.029
Obrigações de beneticios definidos em		

31 de dezembro de 2014	22.747	31.285					
e) Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2014							
	Controladora	Consolidado					
01 de janeiro de 2014	25.884	38.388					
Custo dos juros e serviços corrente	3.232	4.793					
Benefícios pagos	(2.452)	(4.377)					
Ajuste de experiência	3.578	6.527					
31 de dezembro de 2014	30.241	45.331					
f) Análico de concibilidados							

Controladora Sensibilidade do crescimento Sensibilidade da taxa de juros sobre as de custos médios sobre obrigações calculadas as obrigações calculadas Aumento Redução Aumento Redução Real 1% 1% 1% 1% Impacto na obrigação com

benefício líquida /ariação	30.241	27.747 (8,25%)	32.999 9,12 %	30.241	32.889 8,76%	<u>27.934</u> <u>(7,63%)</u>	
			Consol	idado			
	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas			
mpacto na obrigação com	Real	Aumento 1%	Redução 1%	Real	Aumento 1%	Redução 1%	

benefício líquida 45.331 <u>41.599</u> <u>49.558</u> 45.331 <u>49.421</u> <u>41.810</u> <u>(8,23%</u>) <u>9,32%</u> <u>9,02%</u> <u>(7,77%</u>) A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações

g) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de enefício definido:

	Contro	pladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Dentro dos próximos					
12 meses	2.511	2.174	3.677	3.224	
Entre 2 e 5 anos	9.472	7.543	14.458	11.188	
Entre 5 e 10 anos	9.213	7.519	13.499	11.152	
Após 10 anos	9.045	8.648	13.697	12.824	
	30.241	25.884	45.331	38.388	

II) Plano de suplementação de aposentadoria

Ó Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não há provisão registrada em dezembro de 2014.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Contribuições efetuadas					
no exercício findo em:	1.444	3.017	4.081	3.864	

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 334.251.

Em 24 de setembro de 2014 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária e foi deliberado o desdobramento das ações ordinárias da Companhia. Em 25 de setembro de 2014 cada 1 (uma) ação emitida pela Companhia passou a ser representada por 2 (duas) ações da mesma espécie e sem modificação do capital social. As 89.500.000 ações passaram a ser representadas por 179.000.000 acões ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, e era distribuído como segue na data de 31 de dezembro de 2014:

	31/12/2014		31/12	/2013	
Composição acionária	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações	
Pessoas físicas	9.012	116.445.329	7.866	54.545.407	
Pessoas jurídicas	94	3.102.086	97	1.619.554	
Pessoas residentes no					
exterior	137	18.680.383	146	11.422.700	
Clubes, fundos e fundaçõe	s 114	40.713.470	131	21.882.973	
	9.357	178.941.268	8.240	89.470.634	
Ações em tesouraria		58.732		29.366	
	9.357	179.000.000	8.240	89.500.000	

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 95 (R\$ 257 em 31 de dezembro de 2013).

c) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação. Controladora

_	31/12/2014	31/12/2013
Efeito da diluição Lucro líquido do período atribuível aos minoritários	85.159	102.254
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias		
das ações ordinárias em tesouraria	178.941	89.471
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,48	1.14
Não existe penhum efeito dilutivo que deva ser cons	siderado no cálc	ulo anterior

os seguintes: Valor por Início de

Evento	pagamento	Valor total	ação - R\$
RCA (*) de 07 de maio de 2014	28/05/2014	11.900	0,133
RCA (*) de 06 de agosto de 2014	27/08/2014	11.899	0,133
RCA (*) de 05 de novembro de 2014	27/11/2014	11.900	0,067
RCA (*) de 11 de março de 2015	31/03/2015	11.989	0,067
		47.688	
(*) RCA - Reunião do Conselho de A	Administração.		

e) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio propostos para o exercício findo em 31 de dezembro Início de

	illicio de		valui pui
Evento	pagamento	Valor total	ação - R\$
RCA (*) de 07 de maio de 2014	28/05/2014	5.994	0,067
RCA (*) de 06 de agosto de 2014	27/08/2014	5.995	0,067
RCA (*) de 05 de novembro de 2014	27/11/2014	5.995	0,034
RCA (*) de 19 de dezembro de 2014	31/03/2015	5.905	0,033
		23.889	
(*) RCA - Reunião do Conselho de A	Administração.		

Dividendos e iuros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de

dezembro de 2014, representa: Controladora e Consolidado 31/12/2014 31/12/2013

Juros sobre capital próprio	5.204	4.639
Dividendos	11.989	12.436
Proventos de exercícios anteriores	703	806
	17.897	17.881
f) Destinação do resultado do exercício		
,	Controladora e	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	85.159	102.254
Constituição de Reservas		
Legal	(4.258)	(5.113)
Estatutária (i)	(4.258)	(5.113)
Subvenção de Investimento		(754)
Retenção de lucros	(5.066)	(19.697)
Lucro disponível	71.577	71.577
Dividendos propostos e pagos	47.688	48.851

Valor dos dividendos mínimos obrigatórios (i) Conforme disposto no Estatuto Social, a reserva estatutária será destinada à manutenção do capital de giro da sociedade, até atingir 10% do capital social.

23.889

22.726

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, consequentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção do lucro líquido remanescente do exercício de 2014, no montante de R\$ 5.066, totalizando em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 102.603 na rubrica "Reserva de retenção de lucros".

g) Orçamento de capital - aplicação de recursos

Juros sobre capital próprio propostos e pagos

Projetos - 2015

 Manutenção e atualização do parque industrial 29.557 Instalação de unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção 4.625 5.608 39.790

19. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

Política contábil

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas



durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição

custos que as subvenções pretendem compensar. Tégula - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento

industrial de Goiás - Produzir A empresa Tégula Soluções para Telhados possui beneficio fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no munícipio de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 6.875 com um prazo para obter o beneficio até 31/12/2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o valor do benefício totalizou R\$ 971 (R\$ 898 em 31 de dezembro de 2013). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da

Precon - Subvenção para investimento - Agência de Fomento Goiás S.A. empresa do Estado de Goiás - FOMENTAR

A Precon Goiás Industrial Ltda. possui o beneficio fiscal de redução de 70% sobre o i) Na área trabalhista os principais processos contemplam: ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 31.880, com um prazo para obter o beneficio até 31/12/2020.

No exercício de 2014 o valor do benefício totalizou R\$ 3.457 (R\$ 2.439 em 31 de dezembro de 2013. O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Companhia se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade. Eternit - Subvenção para investimento - Superintendência do Desenvolvimento

do Nordeste (SUDENE) A Companhia possui o benefício de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não Restituíveis com base no Lucro da Exploração em favor da Eternit

S.A. O prazo do benefício expira no ano calendário 2020. O histórico das leis e concessão do benefício fiscal relacionados a cada um dos programas mencionados nesta nota explicativa foram divulgados pela administração nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferencas temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

-	Controladora		Consolidado	
3	1/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de				
renda e da contribuição				
social	86.401	99.734	130.084	142.229
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuiç	ção			
social, a alíquotas nominais	(29.376)	(33.910)	(44.228)	(48.357)
Efeito do IRPJ e da CSLL				
sobre as diferenças				
permanentes:				
Resultado de equivalência				
patrimonial	21.683	25.930	(4.650)	(2.116)
Juros sobre o capital próprio		5.918	8.122	7.727
Doações e brindes	(485)	(158)	(2.048)	(904)
Tributos e multas indedutíve	(/	(28)	(98)	(152)
Incentivo fiscal	32	51	692	714
Outras (adições) exclusões				
sobre diferenças	607	4 747	(0.745)	0.445
permanentes _	687	<u>4.717</u>	<u>(2.715</u>)	<u>3.115</u>
Imposto de renda e				
contribuição social no	(1.040)	0.500	(44.024)	(20.072)
resultado =	<u>(1.242</u>)	2.520	(44.924)	(39.973)
Taxa Efetiva	-1,4%	2,5%	-34,5%	-28,1%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contri- buição social corrente Imposto de renda e contri-	(858)	472	(41.309)	(41.489)
buição social diferidos	(384) (1.242)	2.048 2.520	(3.615) (44.924)	1.516 (39.973)
	~			

A Administração optou por não antecipar os efeitos do novo regime tributário em 2014 visto que entende que não há impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa,

conforme segue:				
_	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de				
contribuição social	5.108	5.483	14.779	15.154
Benefícios futuros a ex-empregados	10.282	8.800	15.413	13.052
Provisão para riscos		0.000		
tributários, cíveis e	0.050	7.000	40.770	45 405
trabalhistas	8.059	7.682	16.773	15.485
Lucros não realizados nos				
estoques	-	-	2.392	2.348
Provisão para perdas no				
recebimento de créditos	-	-	703	610
Provisão para participação				
nos lucros e resultados	810	1.259	1.972	2.811
Provisão para perda do				
imobilizado	1.750	1.750	1.750	1.750
Mercadorias não embarcado	as -	-	-	2.271
Outras provisões	(1.259)	(937)	(483)	1.631
	24.750	24.037	53.299	55.112

Expectativa de realização dos créditos tributários

i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

e base negativa encontra-se demonstrada a segu	ir:	
	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2014
2015	552	1.456
2016	331	897
2017	659	1.56 7
2018	659	1.689
2019 a 2024	2.907	9.170
	5 100	1/1 770

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro de 2014, tinha saldo de prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 32.582 e saldo de base negativa de contribuição social de R\$ 32.733, para os quais não foram constituídos impostos diferidos, em virtude de não haver, até 31 de dezembro de 2014, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

ii) Diferencas temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos de renda e contribuições sociais diferidas decorrentes das diferenças temporárias, será

realizado conforme a seguir:		
<u>-</u>	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2014
2015	3.862	5.606
2016	1.768	4.334
2017	1.768	3.819
2018	1.768	5.323
2019 a 2024	10.476	19.438
	19.642	38.520

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante 2 social sobre o lucro.

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária

que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais. A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado

_	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Processos trabalhistas (i)	20.258	19.780	29.225	29.219
Processos cíveis	-	-	4.930	4.397
Processos tributários (ii)	5.968	5.335	25.394	21.043
	26.226	25.115	59.549	54.659

Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno: (iii) adicional de insalubridade e periculosidade: (iv) verbas rescisórias entre outras.

ii) Na área tributária os principais processos englobam: Diferença de valores recolhidos a título de ICMS; e

• Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS.

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

Provisões

Trabalhistas

Controladora

Tributárias

Total

Saldo em 01 de janeir	o de 2013	17.214	5.443	22.657
Adições		3.678	1.918	5.596
Reversões	_	(1.112)	(2.026)	(3.138)
Saldo em 31 de dezer	nbro de 2013 _	19.780	5.335	25.115
Adições		3.973	1.266	5.239
Baixas		(1.801)	-	(1.801)
Reversões	_	(1.694)	(633)	(2.327)
Saldo em 31 de deze	mbro de 2014_	20.258	5.968	26.226
		Con	solidado	
	Provisõe	s Provisões	Provisões	
	trabalhista	as cíveis	tributárias	Total
Saldo em 01 de				

	trabalhistas	<u>cíveis</u>	tributárias	Total
Saldo em 01 de				
janeiro de 2013	26.321	4.346	20.449	51.116
Adições	5.546	508	3.650	9.704
Pagamentos	(168)	-	-	(168)
Reversões	(2.480)	(457)	(3.056)	(5.993)
Saldo em 31 de				
dezembro de 2013	29.219	4.397	21.043	54.659
Adições	5.557	533	8.353	14.443
Baixas	(1.801)	-	(388)	(2.189)
Reversões	(3.750)	-	(3.614)	(7.364)
Saldo em 31 de				
dezembro de 2014	29.225	4.930	25.394	59.549
iii) Ações cuia probabi	lidade de perda	é possível		

Em 31 de dezembro de 2014, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 10.863 (R\$ 9.714 em 31 de dezembro de 2013), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e os valores não são mensuráveis até a presente data:

- Acões civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas.
- Ações civis públicas consumeristas nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.
- Ação de Improbidade Administrativa relacionada à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.
- Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.
- Em 2013 e 2014, duas ações civis publicadas contra a Companhia foram ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) no Estado de São Paulo e Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional. Nos pedidos de cada ação, inclui o pleito ao pagamento de R\$ 1 bilhão a título de danos morais coletivos a ser depositado a entidades ou projetos a serem indicados pelo Ministério Público do Trabalho ou destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Paralelamente a estas ações a ABREA também ingressou com duas ações distribuídas por dependência perante a Vara do Trabalho de São Paulo e Vara do Trabalho do Rio de Janeiro por tratar dos mesmos fatos questionados na ação acima. A defesa foi apresentada e aguarda julgamento de

O Grupo efetua depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos:
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Impostos sobre vendas

IV

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Receita bruta de vendas	680.030	684.554	1.235.017	1.219.671	
Descontos e abatimentos incondicionais Impostos incidentes sobre	(2.992)	(3.438)	(3.178)	(3.602)	
as vendas Receita operacional líquida	(169.373) 507.665	(172.591) 508.525	(253.685) 978.154	(258.768) 957.301	

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS						
	Contro	ladora	Consc	lidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Custo dos produtos e						
mercadorias vendidas	(370.995)	(372.752)	(593.879)	(575.877)		
Despesas com vendas	(59.715)	(59.097)	(116.528)	(116.734)		
Despesas gerais,						
administrativas e						
remuneração da						
Administração	(52.083)	(54.697)	(122.465)	(113.349)		
=	(482.793)	<u>(486.546</u>)	<u>(832.872</u>)	<u>(805.960</u>)		
Matéria-prima consumida	(257.513)	(259.318)	(409.669)	(395.647)		
(-) Ajuste a valor presente	1.341	2.244	1.952	2.670		
Despesas com pessoal e	(10= 000)	(100.050)	(101001)	(10= 100)		
encargos	(105.668)	(108.252)	(164.861)	(165.186)		
Materiais, energia elétrica	(20.014)	(41.704)	(AE COO)	(EC 000)		
e serviços Aluquel de bens móveis	(32.814) (7.134)	(41.784)	(45.683) (11.810)	(56.933)		
Despesas de vendas	(7.134)	(7.768)	(11.810)	(9.790)		
variáveis	(10.294)	(9.018)	(38.671)	(38.110)		
Depreciação e amortização	(11.995)	(11.075)	(37.704)	(34.789)		
Despesas com viagens	(5.159)	(6.177)	(8.727)	(10.459)		
Despesas com materiais	(3.133)	(0.177)	(0.727)	(10.400)		
e serviços informática	(3.923)	(3.707)	(6.669)	(6.328)		
Serviços de terceiros	(20.528)	(16.049)	(52.644)	(44.051)		
Comissões sobre vendas	(12.000)	(11.094)	(21.085)	(19.886)		
Contribuição para entidades	, ,	, ,	, ,	,		
de classe	(3.558)	(1.918)	(14.800)	(7.897)		
Propaganda e publicidade	(9.359)	(7.932)	(12.266)	(9.898)		
Impostos e taxas	(1.918)	(2.005)	(3.977)	(3.305)		
Despesa provisão para						
crédito liquidação duvidosa		(407)	(1.444)	(945)		
Outras _	(1.616)	(2.286)	(4.814)	(5.406)		
=	(482.793)	<u>(486.546</u>)	<u>(832.872</u>)	<u>(805.960</u>)		
			(

24. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS						
	Contro	ladora	Consolidado			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Outras receitas						
operacionais:						
Vendas bens de						
imobilizado	577	354	1.488	470		
Receitas eventuais	328	2.324	669	5.179		
Aluguéis	-	-	3.017	3.042		
Créditos Extemporâneos	3.759	6.758	3.759	6.758		
Fundo FI - Previdência						
Privada (i)	1.446	4.153	1.446	4.153		
Outras	354	182	1.250	183		
	6.464	13.771	11.629	19.785		
Outras despesas						
operacionais:						
Provisão para riscos						
tributários cíveis e						
trabalhistas	(914)	(3.038)	(2.080)	(3.038)		
Provisão para benefícios						
futuros a ex-empregados	(3.249)	(2.530)	(4.672)	(4.254)		
Impostos sobre outras						
vendas	(256)	(427)	(938)	(1.150)		
Garantia de qualidade	(515)	(615)	(768)	(776)		
Substituição de produto						
avariado	(685)	(434)	(685)	(434)		
Gastos com indenizações						
trabalhistas e cíveis	(1.203)	(1.173)	(1.679)	(1.518)		
Custo da baixa do						
imobilizado	(172)	(289)	(410)	(325)		
Outras	(2.755)	(1.972)	(4.207)	(10.161)		
	(9.749)	(10.478)	(15.439)	(21.656)		
Total	(3.285)	3.293	<u>(3.810</u>)	(1.871)		
(i) Crédito compensado de	previdência p	rivada parte ei	npresa em fun	ndo inominado		

constituído no desligamento de colaboradores conforme políticas da Companhia.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS **Política**

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

m		Contro	oladora	Consolidado			
0	31	/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
u e	Receitas financeiras:						
s	Rendimentos aplicação						
	financeiras - incluindo						
е	certificados de depósitos						
	bancários .	2.194	2.241	5.027	4.719		
S	Descontos obtidos	110	395	188	524		
	Juros ativos	6.748	6.855	10.526	10.355		
	Variações monetárias ativas	2.886	726	2.961	759		
	Variações cambiais ativas	8.794	6.670	36.166	31.075		
	Outras receitas						
	financeiras			95	103		
r,	_	20.732	16.887	54.962	47.535		
u	Despesas financeiras:						
е	Juros sobre financiamentos	(320)	(288)	(854)	(722)		
	Juros sobre mútuo	(3.123)	(2.183)	-	-		
S	Juros passivos	(1.810)	(2.442)	(4.267)	(5.656)		
	Despesas bancárias	(1.096)	(986)	(1.351)	(1.255)		
S	Descontos concedidos	(879)	(931)	(2.045)	(2.234)		
е	IOF	(437)	(322)	(1.045)	(539)		
	PIS e COFINS - Juros sobre						
	capital próprio	(378)	(491)	(383)	(491)		
er	Variações cambiais passivas	(9.119)	(8.818)	(36.744)	(32.348)		
	Variações monetárias	(2.197)	(1.956)	(5.266)	(4.674)		
	Outras	(331)	(275)	(719)	(634)		
S		(19.692)	<u>(18.692</u>)	<u>(52.674</u>)	<u>(48.553</u>)		
а	Resultado financeiro						
3,	líquido	1.040	<u>(1.805</u>)	2.288	<u>(1.018</u>)		
\circ							

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO A Administração definiu como segmentos operacionais Fibrocimento, Mineral Crisotila

e Telhas de Concreto, assim como área geográfica de atuação. As informações apresentadas nas colunas outros referem-se a gastos não diretamente atribuíveis aos segmentos de Fibrocimento, Mineral Crisolita e Telhas de Concreto como, por exemplo, revenda de louças, mármore sintético, aquecedor solar, entre outros.

Os segmentos operacionais definidos pela alta Administração estão demonstrados a seguir:

1		Controladora e Consolidado
	Descrição	Área geográfica
2)	Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste
	Mineral crisotila	Mercados local e externo
8)	Telhas de concreto	Mercado local
1	Outros	Mercado local
_		

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são as seguintes:

		31/12/2014							
						Lucro			
						(prejuízo)			
				Receita	Lucro	antes dos	Depreciação	Resultado	
		Ativo total	Passivo	<u>líquida</u>	bruto	impostos	e amortização	financeiro	IRPJ/CSLL
Fibrocimento e cimento de fio sintético									
	Sudeste	236.354	41.232	95.102	25.428	5.890	2.768	258	(812)
	Sul	42.586	50.117	144.017	38.869	9.283	4.832	392	(1.229)
	Centro-Oeste	70.436	59.972	219.122	62.391	17.227	3.124	596	(1.870)
	Norte e Nordeste	24.519	33.852	95.878	25.793	6.097	1.891	261	(818)
		373.896	185.173	554.119	152.481	38.497	12.615	1.507	(4.728)
Mineral crisotila									, ,
	Mercado local	280.938	92.180	141.996	123.866	82.555	19.245	888	(16.859)
	Mercado externo			174.750	76.828	25.987		1.093	(20.748)
		280.938	92.180	316.746	200.694	108.542	19.245	1.980	(37.606)
Telhas de concreto	Mercado local	92.153	25.008	67.184	23.250	(2.817)	4.996	(2.016)	(1.638)
Outros (*)	Mercado local	150.877	80.695	40.105	7.850	(14.138)	848	816	(951)
Total		897 864	383 056	978 154	384 275	130 084	37 704	2 288	(44 924)

			31/12/2013 Lucro (prejuízo)						
		Ativo total	Passivo	Receita Iíguida	Lucro bruto	antes dos impostos	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
Fibrocimento e cimento de fio sintético									
	Sudeste	246.494	40.269	96.077	25.322	5.971	2.438	(247)	(188)
	Sul	59.274	47.950	127.387	33.987	8.329	4.020	(328)	(249)
	Centro-Oeste	74.053	61.234	185.361	54.729	17.395	2.284	(477)	(363)
	Norte e Nordeste	28.377	31.706	85.367	22.707	5.512	1.673	(219)	(167)
		408.198	181.159	494.192	136.745	37.207	10.415	(1.271)	(967)
Mineral crisotila									
	Mercado local	252.140	89.294	157.479	129.395	82.484	17.913	905	(19.079)
	Mercado externo			146.972	68.525	24.745		844	(17.806)
		252.140	89.294	304.451	197.920	107.229	17.913	1.749	(36.885)
Telhas de concreto	Mercado local	96.713	25.124	73.130	26.515	993	4.594	(1.830)	(1.445)
Outros (*)	Mercado local	76.581	31.926	85.528	20.244	(3.200)	1.867	334	(676)
Total		833.632	327.503	957.301	381.424	142.229	34.789	(1.018)	(39.973)

lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas (*) Contemplado o investimento no segmento de louças, consolidado via equivalência patrimonial. Vide nota 9 - Investimentos.



27. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros contratados pelo Grupo, sob a orientação de seus consultores de seguros, em 31 de dezembro de 2014, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir

Valor da Modalidade Bens cobertos cobertura Riscos de engenharia, operacionais e Edifícios, instalações, R\$ 358.100 de responsabilidade civil geral e lucros equipamentos e outros cessantes

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas informações contábeis:

Mensurados ao	Contro	oladora	Consolidado			
valor justo	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de						
caixa	5.711	9.516	13.367	13.295		
Aplicações financeiras	15.726	9.897	35.023	35.661		
Contas a receber						
mercado externo			73.753	55.521		
	21.437	19.413	122.143	104.477		
Mensurados ao	Contro	oladora	Consolidado			
custo amortizado	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Passivos Financeiros						
Fornecedores	22.858	22.444	42.151	39.293		
Empréstimos e						
financiamentos	8.195	23.312	127.924	82.680		
	31.053	45.756	170.075	121.973		
b) Hierarquia do valor justo						

Saldos (moeda estrangeira)

Fornecedores mercado externo

financeiras são corrigidas pelo CDI.

Aplicações financeiras de curto prazo

Total da exposição à taxa de juros

Aplicações financeiras -

Aplicações financeiras

Aplicações financeiras

(Equivalentes de caixa)

matéria-prima e insumos

"greenfield" para instalar:

produção competitivos.

(Investimentos de curto prazo)

Consolidado

CDI

Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)

Clientes mercado externo

- Consolidado

Financiamentos

Financiamentos

Total das exposições

USD

ACE

EUR

a1) Análise de sensibilidade

câmbio vigente em 31 de dezembro de 2014, conforme abaixo

(*) As taxas do dólar e do euro foram retiradas do site do BACEN.

forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir

Indexador

c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de

de negócios, usando a estrutura do próprio Grupo ou a capacidade de terceiros.

terceiros. Nesta mesma vertente de crescimento, a Companhia iniciou dois projetos

CDI

CDI

A Companhia adotou a premissa de que caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber não possuem diferenças entre valor contábil e o valor

Risco

USD

USD

USD

USD

EUR

28.2. Gestão de risco financeiro

No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2014 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

com cotação em mercado, sem ajuste

e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de para as operações. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6. de liquidez.

I) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos precos de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso do Grupo: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos e d) Riscos associados ao crescimento.

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de

Posição

em 31/12/2014

73.753

(2.743)

(58.342)

(42.808)

(31.078)

Controladora

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações

A Administração do Grupo entende como baixo o risco de variações elevadas no CDI nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política

monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa

Cenário

Provável

11.65%

1.872

39.103

(938)

Taxa (*)

2,66

2,66

2,66

2,66

3,23

31/12/2014

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros.

Posição em

31/12/2014

1.677

35.023

15.726

15.726

a) Riscos de câmbio O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às suas atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo).

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Consol	idado	31/12/2014 (US\$/€ 1,00 =
	31/12/2014	31/12/2013	R\$ 1,00)
Clientes no mercado externo	73.753	55.521	2,66
ornecedores no mercado externo	(2.743)	(7.570)	2,66
CE	(58.342)	(39.955)	2,66
inanciamentos (USD)	(42.808)	(24.020)	2,66
inanciamentos (EUR)	(938)	(1.067)	3,23
otal da evnosição cambial	(31.078)	(17.091)	

Apreciação da taxa

Cenário IV

(+50%)

110.630

(4.115)

(87.513)

(64.212)

4,85

(1.408)

(46.618)

31/12/2013

Cenário IV

(+50%)

17,48%

1.970

41.145

2.195

35.661

37.856

Cenário III

(+25%)

3,33

92.330

(73.037)

(53.590)

4,04

(1.173)

Consolidado

Risco de aumento

(38.904)

(3.434)

Depreciação da taxa

Cenário I

(-50%)

1,33

36.877

(1.372)

(29.171)

(21.404)

(15.540)

31/12/2013

Cenário I

(-50%)

5.83%

1.775

37.065

9.897

9.897

Risco de redução

1,62

(470)

			31/12/2014
	Consoli	idado	(US\$/€ 1,00 =
	31/12/2014	31/12/2013	R\$ 1,00)
Clientes no mercado externo	73.753	55.521	2,66
Fornecedores no mercado externo	(2.743)	(7.570)	2,66
ACE	(58.342)	(39.955)	2,66
Financiamentos (USD)	(42.808)	(24.020)	2,66
Financiamentos (EUR)	(938)	(1.067)	3,23
Total da exposição cambial	(31.078)	(17.091)	

Cenário II

(-25%)

1,99

55.176

(2.052)

(43.647)

(32.026)

(23.252)

2,42

(703)

31/12/2014

1.677

35.023

36.700

Cenário III

(+25%)

14.56%

1.921

40.122

justo ("valor de mercado"). A mensuração desses ativos financeiros são consideradas Para os fornecedores em que a Eternit compra louças, assentos e metais sanitários "Nível 1", no qual a mensuração é feita com cálculos baseados em ativos/passivos e revende no mercado brasileiro, a Companhia pode enfrentar dificuldades de encontrar novos parceiros caso haja uma dissolução no contrato de fornecimento.

II) Risco de crédito

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo Grupo diariamente, e é entendimento Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande clientes, depósitos a vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas ao risco de crédito está refletido na rubrica "Provisão para crédito de liquidação Nenhum cliente do Grupo representa mais de 5% dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2014 (5% em 31 de dezembro de 2013).

Depósitos à vista e aplicações financeiras

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração do Grupo considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

III) Risco de liquidez

suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

IV) Gestão do capital

Para o período findo em 31 de dezembro de 2014, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2013. O Grupo inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa

	Contro	ladora	Consolidado			
	Alavan	cagem	Alavancagem			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Empréstimos e						
financiamentos	8.195	23.312	127.924	82.680		
(-) Caixa e equivalentes						
de caixa	(5.711)	(9.516)	(13.367)	(13.295)		
Dívida líquida	2.484	13.796	114.557	69.385		
Patrimônio líquido	514.791	506.113	514.808	506.129		
Dívida líquida e						
patrimônio líquido	512.307	492.317	400.251	436.744		

29. COMPROMISSOS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo possuía as seguintes garantias:

- Garantia do contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a controlada SAMA e a Companhia de fornecimento Tractebel, no montante de R\$ 3.989, junto ao banco Safra, com vencimento para março de 2016;
- Garantia do pagamento de execução fiscal DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no montante de R\$ 1.440, junto ao banco Bradesco, com vencimento indeterminado;
- (iii) Garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás no montante de R\$ 4.371, junto ao banco Bradesco, com vencimento em fevereiro de 2015;
- Garantia de R\$ 40.909 (60%) do Financiamento firmado entre a Companhia Sulamericana de Cerâmica e o BNB, Banco do Nordeste, para a instalação da fábrica de louças sanitárias, junto ao banco Bradesco com vencimento em janeiro de 2015.
- (v) Garantia do contrato de financiamento para importação de equipamentos junto ao banco Bradesco S.A. no montante de € 593 (R\$ 1.915 em 31 de dezembro de 2014).
- (vi) Em 23 de dezembro de 2014, a Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.000, referente à cédula de crédito bancário junto ao Banco da Amazônia para implementar sua fábrica de pesquisa e desenvolvimento em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro - RJ, tendo seu valor de mercado no montante de R\$ 62.500.

30. PROVISÃO PARA REMONTE DA MINA

A controlada SAMA registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

Ambiente

No caso da joint-venture os riscos seriam com relação à saída da Colceramica da sociedade, onde a Eternit poderá encontrar dificuldades para produzir louças A controlada SAMA registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

		2014 e 2013
Taxa de desconto Taxa de inflação de longo prazo		10% a.a. 5% a.a.
Valor presente dos desembolsos esperados	31/12/2014	31/12/2013
2032	4.028	3.655
2033	3.457	3.137
2034	1.791	1.625
2035 a 2039	1.442	1.309
Total	10.718	9.726

ocorrerá entre 2032 e 2039.

exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 992 (R\$ 1.525 em 31 de dezembro de 2013), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS TEREPINS (*) Presidente do Conselho de Administração

BENEDITO CARLOS DIAS DA SILVA (*) LÍRIO ALBINO PARISOTTO (*) LEONARDO DEEKE BOGUSZEWSKI (*) MARCELO GASPARINO DA SILVA (*) MARCELO MUNHOZ AURICCHIO (*)

(*) Conselheiro independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA

Esta vertente de crescimento é pautada na diversificação do portfólio, por meio do sanitárias por ainda não ter o know-how de produção. desenvolvimento, lançamento de novos produtos e na entrada em novos segmentos Os riscos associados à implantação dos projetos acima dizem respeito à obtenção

Projeção receitas financeiras - um ano

Cenário II

(-25%)

8.74%

1.824

38.084

de licenças ambientais e operacionais para instalação e operação, obtenção de Dentro deste conceito encontram-se as soluções construtivas (placas cimentícias e o financiamento adicional para implementar sua estratégia de expansão para o projeto. Painel Wall), telhas metálicas, louças, assentos e metais sanitários. Com exceção das Caso as obtenções não ocorram no "timing" desejado poderá haver atrasos e os soluções construtivas e louças, nos outros segmentos são utilizadas capacidades de resultados não serem satisfatórios.

d) Risco associado ao crescimento

O Grupo não tem controle sobre algumas matérias-primas, assim como o cimento, • Fábrica multiprodutos no Distrito Industrial do Porto de Pecém no Ceará, calcário, areia, celulose reciclada e bobinas de aço, desta forma um aumento *joint-venture* com a multinacional colombiana "Colceramica" empresa das significativo nos preços ou redução nos prazos para pagamento pode impactar Organizações Corona. A participação societária é de 60% da Eternit que substancialmente no custo de produção.

reúne o know-how de conhecimento do mercado brasileiro e logística eficiente Para a produção de fibrocimento com fibra alternativa, a Companhia pode enfrentar e Colceramica com 40% com o know-how de manufatura com custos de dificuldade de obter a fibra sintética em larga escala, devido à disponibilidade de Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina fibras mundial ser inferior a necessidade brasileira. Além disso, aumentos no preço Instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos dessas e de outras matérias-primas, incluindo aumentos decorrentes de escassez. O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no e materiais de construção - 13ª unidade do Grupo Eternit - na cidade de impostos, restrições ou flutuações de taxas de câmbio, podem aumentar o custo de produção e afetar adversamente os negócios da Companhia.

DIRETORIA

NELSON PAZIKAS Presidente e Diretor de Relações com Investidores

> FLAVIO GRISI MARCELO FERREIRA VINHOLA **RODRIGO LOPES DA LUZ RUBENS RELA FILHO** WELNEY DE SOUZA PAIVA

CONSELHO FISCAL

ANDRÉ EDUARDO DANTAS Coordenador EDSON CARVALHO DE OLIVEIRA FILHO PAULO HENRIQUE ZUKANOVICH FUNCHAL

CONTADOR

RICARDO BENATTI CRC 1SP186493/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eternit S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório de Auditoria emitido, sem ressalvas, dos auditores independentes EY Auditores Independentes S.S., datado em 10 de março de 2015, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do período, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 10 de março de 2015.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Eternit S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naguela data, de acordo com as anceiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei Estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado e da ADI nº 3937 em face da Lei Estadual nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações tipos de amianto ou asbesto; bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa

de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração Chamamos a atenção para a nota explicativa 21iii.e) às demonstrações financeiras e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para individuais e consolidadas que descreve as ações civis ajuizadas pelos Ministérios planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, Públicos do Trabalho dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro; e, pela ABREAs mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles de São Paulo e do Rio de Janeiro contra a Companhia, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional. A probabilidade de perda foi considerada pelos consultores jurídicos da Companhia como possível. Portanto, não foi reconhecida provisão para perda relacionada a essas ações civis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado

(DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto



Clinton L. Fernandes Contador CRC-1SP205541/O-2 Gustavo de S. Lima Contador CRC-1SP303352/O-0

São Paulo, 10 de março de 2015.

CRC-2SP015199/O-6







Indice de **ITAG** Ações com Tag Along **ITAG** Diferenciado

Indice de IGC

BM&FBOVESPA_

:::abrasca

Senhores Acionistas

A Administração da Eternit S.A. ("Eternit" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da ETERNIT S.A., acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

Em decorrência de a Companhia exercer o controle em conjunto da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (CSC) com a Companhia Colombiana de Cerâmica S.A. - empresa do Grupo Corona (multinacional colombiana), o resultado da CSC é considerado nas informações contábeis consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

1. PERFIL CORPORATIVO

A Eternit, fundada em 1940, é a maior e mais diversificada indústria de coberturas do País, com atuação nos segmentos de telhas de fibrocimento, concreto e metálica, mineração do crisotila, louças e metais sanitários, soluções construtivas, entre outros produtos.

A Companhia, com mais de 3.000 colaboradores diretos e indiretos, opera em todo o Brasil, com sede administrativa e showroom em São Paulo e 4 fábricas instaladas nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Também conta com suas filiais de venda e três empresas controladas: SAMA S.A. Minerações Associadas, terceira maior mineradora de crisotila do mundo; Precon Goiás Industrial Ltda., que produz telhas de fibrocimento, com uma fábrica no Centro-Oeste; e Tégula Soluções para Telhados Ltda., empresa líder no segmento de telhas de concreto com seis fábricas localizadas nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste; além da joint-venture Companhia Sulamericana de Cerâmica, localizada na cidade de Caucaia (CE), que produz louças sanitárias. Com a localização estratégica de suas fábricas, a eficiência logística e um amplo canal de distribuição, os produtos da Eternit estão disponíveis em mais de 16 mil pontos de revenda espalhados por todo o Brasil, de grandes revendedores e home centers a lojas de pequeno porte, o que a torna presente nos principais polos consumidores do País.

Companhia de capital aberto, com registro em Bolsa desde 1948, está listada no Novo Mercado desde 2006, nível máximo de governança corporativa da BM&FBOVESPA e, desde 2010, tem um programa de American Depositary Receipts (ADR) nível 1, permitindo a negociação das ações no mercado secundário ou de balção nos Estados Unidos.

2. O ANO DE 2014

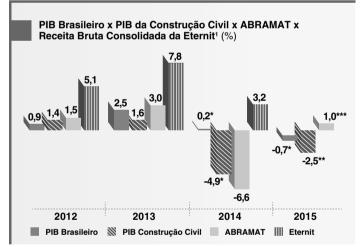
CONJUNTURA E MERCADO

A atividade econômica brasileira no ano de 2014 foi marcada pelo fraco desempenho da economia, desaceleração dos investimentos, do mercado de crédito e do Em 2014, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 978,2 milhões, 2,2% superior consumo, entre outros fatores. De acordo com este cenário, as projeções sobre o desempenho da economia foram periodicamente revisadas e, no que se refere à projeção do PIB, em comparação com o ano de 2013, o mesmo deverá fechar em do início de janeiro de 2015 e relatório de Inflação de dezembro de 2014 do Banco Central (BACEN), respectivamente.

Em 2014, as vendas de materiais de construção no mercado doméstico, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT), apresentaram queda de 6,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, muito abaixo da previsão no início de 2014 de crescimento de 4,5%. O mercado foi muito afetado pelo pessimismo com relação à economia, redução de dias úteis em função do evento da Copa do Mundo e feriados, além do aumento nas importações.

Importante destacar também que, no segmento de varejo, o qual representa cerca de 50% das vendas de materiais de construção no País, de acordo com a ABRAMAT, variáveis como emprego, renda e crédito impactam o setor. No ano de 2014, o setor de varejo encontrou dificuldade em obter empréstimos junto aos bancos, além do aumento da taxa de juros, ocasionados por um período de incertezas sobre o futuro da economia que gera certa insegurança ao consumidor.

Comparativamente, o crescimento da receita bruta consolidada da Eternit¹ de 3,2%, em 2014, foi bem superior ao do seu setor. A Companhia operou em capacidade máxima na mineração do crisotila e na linha de produtos acabados, a produção de fibrocimento e telhas de concreto acompanhou a demanda do mercado durante o ano de 2014.



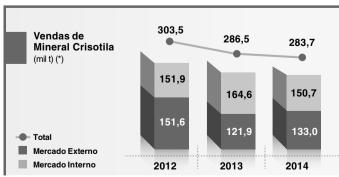
- BACEN projeção do PIB brasileiro para 2014 e 2015; e da construção Fonte: * civil para 2014.
 - BACEN projeção do PIB da construção civil até o terceiro trimestre de
 - ABRAMAT previsão das vendas internas deflacionadas de materiais de construção no ano de 2015.
 - ETERNIT o crescimento da receita bruta consolidada da Eternit é comparando o período acumulado de janeiro a dezembro de 2014 versus o mesmo período acumulado de 2013, já deflacionado pelo

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mineral Crisotila

Em 2014 as vendas totalizaram 283,7 mil toneladas, praticamente estável (menor em 1,0%) frente ao ano de 2013. No mesmo período comparativo, o destaque fica para o mercado externo com crescimento de 9,1% decorrente da retomada gradual do mercado asiático que compensaram, parcialmente, a retração de 8,5%, ocorrida no mercado interno, em função de menor consumo do mineral, principalmente na região Sul.

Com uma capacidade anual de 300 mil toneladas, a SAMA manteve sua participação como a terceira maior mineradora no mercado mundial de produção do crisotila, no ano de 2014.



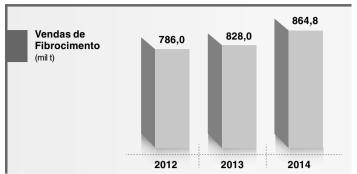
(*) O volume apresentado do mineral crisotila contempla as vendas intercompany. que representaram 41,8% do volume vendido para o mercado interno no ano de 2014.

Fibrocimento

No acumulado do ano de 2014, as vendas de fibrocimento, incluindo soluções construtivas, atingiram 864,8 mil toneladas, 4,4% superior ao mesmo período do ano anterior, em função, principalmente, do reposicionamento dos estoques do varejo de material de construção decorrente de demanda reprimida após o alto número de feriados no primeiro semestre, além de ser sazonalmente um período de maiores demandas para a Companhia.

Com uma capacidade anual teórica de um milhão de toneladas, a Eternit manteve a liderança no mercado brasileiro de fibrocimento em 2014 com participação de 32%, aumento de um ponto percentual em relação ao ano anterior.

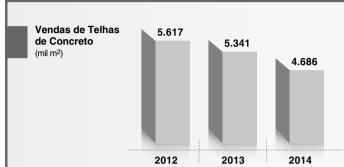




Telhas de Concreto

No ano de 2014 o volume vendido foi de 4.686 mil metros quadrados (equivalente I a 41.477 mil peças), 12,3% menor em relação a 2013, decorrente de menores demandas no segmento de coberturas de alto padrão, principalmente, no segmento B2C (business-to-customer).

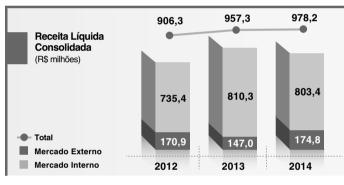
e atingiu 31%, mantendo sua liderança no mercado brasileiro de telhas de concreto em 2014

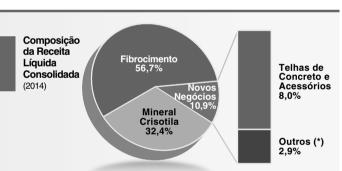


3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

em relação ao mesmo período de 2013. Este desempenho é resultado de maiores volumes vendidos de crisotila no mercado externo, além da valorização de 9,1% do dólar frente ao real (comparação entre PTAX médio do período). As vendas internas 2014 em 0,15% e o PIB da construção civil em -4,9%, segundo relatório FOCUS totalizaram R\$ 803,4 milhões, praticamente estáveis (redução de 0,9%) frente a 2013, em função de menores volumes de venda do mineral crisotila e telhas de concreto, neutralizado, parcialmente, pelo aumento no volume do fibrocimento.





soluções construtivas, dentre outros,

Custos de Mineração, Produção e dos Produtos Vendidos

Composição dos Custos de Produção (2014)

e outros (13%).

1) Matérias-primas:

explosivos,

Materiais: combustível

embalagens, entre

cimento (54%), areia

(29%) e outros (17%).

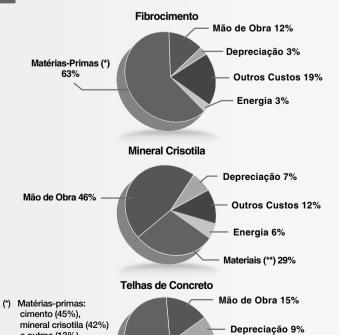
No ano de 2014, o custo dos produtos vendidos consolidado totalizou R\$ 593,9 milhões, 3,1% superior ao valor registrado em 2013, decorrente da elevação nos custos de mineração e produção. Como consequência do aumento do custo dos produtos vendidos consolidados ser maior do que o aumento na receita líquida consolidada em 2014, a margem bruta retraiu 1 p.p., em relação ao mesmo período do ano anterior, encerrando em 39%.

As principais variações dos custos de mineração e produção são apresentadas

Mineração do crisotila: aumento de 10% em função de majores custos com mão de obra e serviços de terceiros relacionados a maiores movimentações de rochas (relação estéril minério)

Fibrocimento: acréscimo de 9% devido ao aumento no preço das matérias-primas (principalmente, mineral crisotila e celulose) e ao reajuste da energia elétrica.

Telhas de concreto: aumento de 5% decorrente da elevação no preco das matériasprimas (principalmente, cimento cinza e branco), do reajuste no preço da energia elétrica e ao maior consumo de combustível e embalagens.



Outros Custos 23%

Matérias-Primas (***) 49%

Energia 4%

DESPESAS OPERACIONAIS

No ano de 2014, as despesas operacionais totalizaram R\$ 242,8 milhões, 4,79 superior em relação a 2013, devido ao acréscimo das despesas administrativas, principalmente, em função de maiores gastos com despesas de implantação da unidade de pesquisa e desenvolvimento na cidade de Manaus (AM) e com a defesa da atividade do mineral crisotila, e na linha outras (despesas) receitas operacionais, a variação foi decorrente de créditos previdenciários e créditos extemporâneos de PIS e COFINS em exercícios anteriores

Em R\$ mil	2012	2013	2014	Variação % 2014 x 2013
Despesas com vendas	(113.263)	(116.734)	(116.528)	(0,2)
Despesas gerais e administrativas	(119.144)	(113.349)	(122.465)	8,0
Outras (despesas) receitas operacionais	(8.223)	(1.871)	(3.810)	103,6
Total das despesas operacionais	(240.630)	(231.954)	(242.803)	4,7
Percentual da Receita Líquida	27%	24%	25%	1 p.p.

RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Com uma capacidade anual de 10 milhões de metros quadrados (equivalente a O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado proporcional 105.000 mil peças), a Tégula aumentou em um ponto percentual sua participação da fábrica de louças sanitárias no Estado do Ceará, joint-venture Companhia Sulamericana de Cerâmica. Em 2014 atingiu um valor negativo de R\$ 13,7 milhões contra um resultado negativo de R\$ 6,2 milhões apresentado em 2013, por se tratar

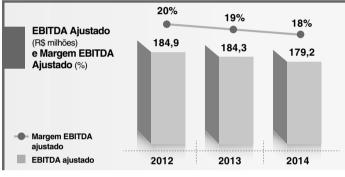
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Em 2014, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 2,3 milhões contra um resultado negativo de R\$ 1,0 milhão de 2013, decorrente, principalmente, dos efeitos de variação cambial das operações financeiras do Grupo Eternit.

				Variação %
Em R\$ mil	2012	2013	2014	2014 x 2013
Despesas financeiras	(36.757)	(48.553)	(52.674)	8,5
Receitas financeiras	39.006	47.535	54.962	15,6
Resultado financeiro				
líquido	2.249	(1.018)	2.288	-

EBITDA AJUSTADO

Em 2014, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 179,2 milhões, redução de 2,8% com margem de 18%, retração de 1 ponto percentual em relação a 2013, decorrente, principalmente, do aumento do custo dos produtos vendidos e das despesas operacionais, conforme mencionado mais acima.



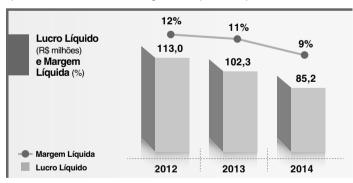
-			
Reconciliação do EBITDA			
Consolidado (R\$ mil)	2012	2013	2014
Lucro líquido	113.004	102.256	85.160
Contribuição social e imposto			
de renda	44.798	39.973	44.924
Resultado líquido financeiro	(2.249)	1.018	(2.288)
Depreciação e amortização	28.773	34.789	37.704
EBITDA ¹	184.326	178.036	165.500
Resultado da equivalência			
patrimonial	531	6.223	13.676
EBITDA ajustado sobre			
equivalência patrimonial ²	184.857	184.259	179.176

O cálculo do EBITDA¹ está em linha com a instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527 de 04 de outubro de 2012. Com o início das operações da CSC, o EBITDA consolidado contempla o seu resultado de acordo com o método da equivalência patrimonial

O EBITDA ajustado² é um indicador utilizado pela Administração da Companhia para analisar o desempenho econômico operacional da Companhia, o qual é calculado como sendo o lucro líquido do exercício, imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, e equivalência patrimonial e, devido a Companhia Sulamericana de Cerâmica ser uma joint-venture, os seus dados não são consolidados.

LUCRO LÍQUIDO

(*) Outros: metais sanitários, telhas metálicas, caixas d'água de polietileno e A Eternit registrou lucro líquido de R\$ 85,2 milhões em 2014, 16,7% menor em relação a 2013. A margem líquida retraiu 2 pontos percentuais e encerrou o período em 9%, devido ao aumento do custo dos produtos vendidos e das despesas operacionais, além do resultado negativo de equivalência patrimonial.

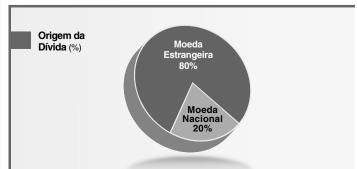


ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou 2014 com uma dívida líquida de R\$ 79,5 milhões. Em 2014, a dívida bruta da Eternit e de suas controladas somava R\$ 127,9 milhões, principalmente, em função (i) das Antecipações dos Contratos de Exportações (ACE) para capital de giro; e (ii) de financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos.

O caixa e equivalentes de caixa mais aplicações financeiras de curto prazo totalizavam R\$ 48,4 milhões, sendo que as aplicações financeiras são remuneradas com taxas médias de 102% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Endividamento (R\$ mil)	2012	2013	2014
Dívida Bruta - Curto prazo	55.839	56.881	88.946
Dívida Bruta - Longo prazo	24.107	25.799	38.978
Caixa e equivalentes de caixa	(16.656)	(13.295)	(13.367)
Aplicações financeiras de curto			
prazo	(78.930)	(35.661)	(35.023)
Dívida Líquida	(15.640)	33.724	79.534
EBITDA	184.326	178.036	165.500
Dívida Líquida/EBITDA x EBITDA ajustado sobre	(0,08)	0,19	0,48
equivalência patrimonial	184.857	184.259	179.176
Dívida Líquida/EBITDA			
ajustado x	(0,08)	0,18	0,44
Dívida Líquida/PL	-	6,7%	15,4%



Fluxo de Amortização 13,5 11,4 9.6 4,4

Faz-se necessário ressaltar que a Companhia não possui operações com derivativos de qualquer espécie que possam significar posições especulativas

2016

2017

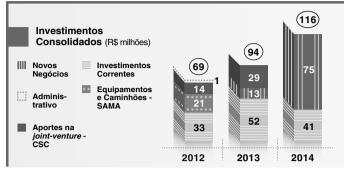
2018

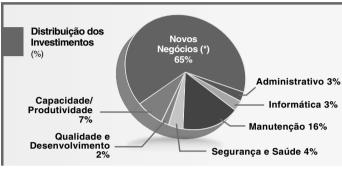
2019

2015

INVESTIMENTOS

No ano de 2014, os investimentos somaram R\$ 116,2 milhões, aumento de 24,2% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, sendo (i) R\$ 75,2 milhões à instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção e (ii) R\$ 41,0 milhões à manutenção e atualização do parque industrial do Grupo.





unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de

A previsão de investimentos para o ano de 2015 é cerca de R\$ 39.8 milhões, sendo R\$ 29,6 milhões para manutenção e atualização do parque industrial, R\$ 4,6 milhões para a instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção na cidade de Manaus e R\$ 5.6 milhões referentes a investimentos estratégicos.

VALOR ADICIONADO

O valor adicionado do ano totalizou R\$ 546.5 milhões. 2.8% maior em relação a 2013. Deste montante, foram destinados 35,0% aos colaboradores, 35,5% aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições. Para os acionistas foram destinados 15,6% do valor adicionado gerado e 13,9% para a remuneração de capital de terceiro.

2012	2013	2014
528.619	531.730	546.448
175.636	184.431	191.345
172.130	173.547	193.814
67.849	71.498	76.130
113.004	102.254	85.159
528.619	531.730	546.448
	528.619 175.636 172.130 67.849 113.004	528.619 531.730 175.636 184.431 172.130 173.547 67.849 71.498 113.004 102.254

4. GESTÃO TRANSPARENTE

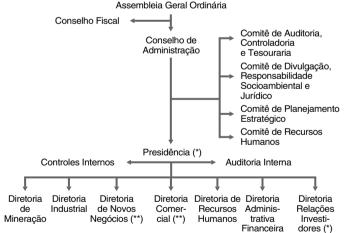
GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em busca constante pela transparência e equidade no relacionamento com todas as partes relacionadas (stakeholders), o modelo de governança corporativa adotado pela Eternit está baseado nas melhores práticas do mercado. O principal objetivo deste modelo é viabilizar a atuação da Companhia de maneira responsável e sustentável em todas as comunidades em que está inserida, de forma a gerar valor para acionistas, mercado de capitais e todos os demais públicos, com respeito integral à Legislação Societária Brasileira, com o cumprimento de todos os dispositivos constantes do Regulamento de Listagem no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Com o objetivo de aumentar sua transparência em linha com as melhores práticas de governança corporativa, a Eternit utiliza, desde 2010, a ferramenta Assembleia na Web (www.assembleianaweb.com.br), que facilita a participação e votação nas Assembleias de qualquer parte do Brasil ou do exterior.

A estrutura de governança corporativa da Eternit é composta pelo Conselho Fiscal, Conselho de Administração e seus Comitês, Diretoria e as áreas de Controles Internos e Auditoria Interna. A Eternit também conta com Auditoria Externa, realizada por auditoria independente, substituída no máximo a cada cinco anos, conforme determinação da Instrução CVM nº 308/99.

Veja abaixo o organograma da Administração da Companhia vigente em 31/12/2014



(*) Acumula função (**) Acumula função

PRÁTICAS DE GESTÃO

Ética e conduta

A Eternit possui um Código de Ética estabelecido desde 2004, divulgado e fornecido a todos seus colaboradores, e disponibilizado para consulta no site da Companhia. Além disso, estabeleceu em 2006 o Programa de Excelência em Gestão (atual Política do Sistema Integrado), cuja política é baseada em diretrizes de gestão ambiental e saúde e segurança, buscando a sustentabilidade do negócio.

Política do Sistema Integrado

A Política do Sistema Integrado (PSI) promove a sinergia entre as ferramentas de gestão da Eternit e sua controlada Precon Goiás, e orienta as atividades na busca por melhoria contínua nos âmbitos de saúde, segurança e meio ambiente. A SAMA mantém sistemas de gestão que atuam de forma integrada e abrangem qualidade, meio ambiente, segurança e saúde ocupacional, que têm como compromisso garantir o uso seguro do mineral crisotila.

Relacionamento com o mercado

Especialmente no âmbito do mercado de capitais, em cumprimento à Instrução CVM nº 358/02, a Eternit estabeleceu em junho de 2002 uma política de divulgação de informação e negociação de ações, consolidadas no "Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Eternit S.A.". O documento estabelece as melhores práticas relacionadas à divulgação e ao uso de informações privilegiadas e à negociação das ações da Companhia.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações ordinárias da Eternit são negociadas no Novo Mercado sob o código ETER3. A Companhia também possui um programa de ADR nível 1 (American Depositary Receipts), desde maio de 2010, permitindo a negociação das ações no mercado secundário ou de balcão nos Estados Unidos, sob o código ETNTY. Cada ADR da Eternit representa uma ação ordinária da Eternit, ou seja, uma relação de 1:1.

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a base acionária da Companhia manteve alta concentração de acionistas pessoas físicas, sendo composta, em 31/12/2014, por 65,1% de pessoas físicas, 10,4% investidores estrangeiros e 24,5% pessoas jurídicas, clubes, fundos de investimentos e fundações.

Em 2014, apenas três acionistas detinham mais de 5% de participação, totalizando 35,4% do total de ações, e a Diretoria da Companhia detinha 1,2% das ações.

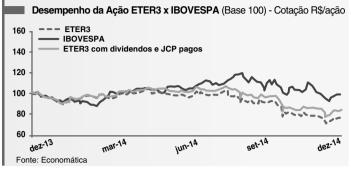
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2014

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado da Eternit era de R\$ 581,8 milhões. Considerando o pagamento de dividendos e juros sobre capital, a desvalorização neste período foi de 17,8%.

Em 2014 o número de acionistas atingiu 9.357, aumento de aproximadamente 14.0% da base acionária, em comparação com o ano de 2013, apesar da desvalorização das ações da Companhia, conforme comentado mais acima Mercado de Capitais

_	4113	1114	2114	3114	4114
Cotação de Fechamento					
(R\$/ação) - Sem proventos (*)	4,37	4,18	4,25	3,94	3,25
Volume Médio Diário					
(Quantidade)	129.846	105.502	119.013	122.972	139.600
Volume Médio Diário (R\$)	598.194	437.625	516.649	513.042	492.597
ETER3 - Variação trimestral (%)) -	(4,5)	1,7	(7,2)	(17,5)
ETER3 - Variação nos					
últimos 12 meses (%)	-	(6,3)	(10,2)	(17,2)	(25,6)
IBOVESPA - Variação					
trimestral (%)	-	(2,1)	5,5	1,8	(7,6)
IBOVESPA - Variação nos					
últimos 12 meses (%)	-	(10,5)	12,0	3,4	(2,9)
Valor de Mercado (R\$ milhões)	782,2	747,3	759,9	705,3	581,8
(*) Cotações ajustadas após o	doedobrar	monto do o	oõos aprov	ndo om 24	/00/14

(*) Cotações ajustadas após o desdobramento de ações aprovado em 24/09/14



DESDOBRAMENTO DE AÇÕES

Na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 24 de setembro de 2014, foi aprovada a proposta, do Conselho de Administração, de desdobramento das ações ordinárias, sem valor nominal, emitidas pela Companhia, para que cada 1 (uma) ação atual passasse a ser representada por 2 (duas) ações da mesma espécie e sem modificação do capital social, o qual passou a ser representado por 179.000.000 (cento e setenta e nove milhões) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Os direitos das ações ordinárias provenientes do desdobramento, incluindo detentores de American Depositary Receipts, nível 1, de emissão da Companhia ("ADRs"), permaneceram inalterados em relação à posição acionária anterior. A paridade existente entre as ações emitidas e os ADRs de 1:1 foi mantida, ou seja, cada ADR continuou sendo representado por uma ação ordinária da Companhia.

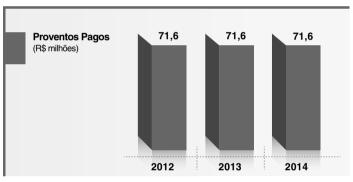
A posição acionária considerada para o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia teve como data base 25 de setembro de 2014. A partir de 26 de setembro de 2014, as ações passaram a ser negociadas sem direito ao desdobramento. O crédito das ações desdobradas foi realizado automaticamente pela instituição depositária, o Banco Itaú Unibanco S.A., na conta dos acionistas no dia 01 de outubro de 2014

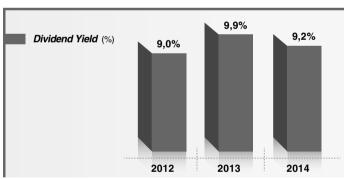
às ações emitidas pela Companhia, diversificar a base acionária e aumentar a

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Eternit continua sendo uma das empresas com maior índice de retorno aos seus acionistas, dentre as companhias de capital aberto no Brasil. Em 2014, o dividend yield foi 9,2% e os proventos pagos foram de R\$ 71,6 milhões.

O pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, historicamente, ocorre de forma trimestral. Devido a esta prática, há uma grande participação de per físicas na estrutura acionária da Eternit, conforme comentado anteriormente





RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Criada em 2004, a área de Relações com Investidores (RI) da Eternit tem como objetivo manter a transparência na prestação de contas e estabelecer um canal de diálogo entre a administração da Companhia, os acionistas e os demais agentes que

atuam no mercado de capitais. A Companhia realiza teleconferências com webcasting trimestrais, reuniões públicas, divulgação de releases e fact sheets, roadshows nacionais e encontros individuais. Em 2014, a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais de Minas Gerais (APIMEC-MG) reconheceu a reunião pública com analistas e investidores da Eternit, em Belo Horizonte, como a melhor reunião de 2013 realizada nesta regional.

5. GESTÃO SUSTENTÁVEL

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Com excelência, responsabilidade social e respeito ao meio ambiente, a Eternit, desde 1940, caminha lado a lado com o Brasil, oferecendo matérias-primas, produtos e soluções para a construção civil. A Eternit e suas controladas seguem rígidos padrões de segurança em suas unidades industriais e utilizam também equipamentos automáticos e enclausurados de alta tecnologia para a realização de suas atividades.

Dentro das diretrizes de gestão, a Eternit trabalha fortemente no sentido de reduzir os impactos negativos e maximizar os positivos.

As fábricas de fibrocimento e a mineradora são certificadas pela DNV Veritas da Noruega, com a ISO 9001 de gestão da qualidade, a ISO 14001 de gestão ambiental e a OHSAS 18001 de saúde e segurança no trabalho. A SAMA, inclusive, foi a primeira mineradora de crisotila no mundo a adequar-se às normas.

A Eternit é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2007 e, por isso, adota em suas práticas de negócios os dez princípios difundidos pela iniciativa. Além disso, a Companhia apoia as Metas do Milênio, também da ONU.

O Grupo preserva e mantém reservas ambientais nas unidades fabris de Colombo (PR), Simões Filho (BA) e Atibaia (SP), bem como na mineradora SAMA (GO). Utilizando como base as métricas adotadas pela FIFA (Federação Internacional de Futebol), o total de áreas verdes mantidas pela Eternit equivale a 4.469 campos de futebol.

Importante ressaltar também, entre outros, o projeto rejeito zero e de reutilização de água nas fábricas de fibrocimento e na mineradora, os quais visam a otimização do consumo de materiais por meio de diversas iniciativas alinhadas ao conceito dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e o reaproveitamento da água proveniente do processo produtivo, respectivamente.

CAPITAL HUMANO

O capital humano é fundamental para a implementação das estratégias de negócio e essa relevância é reconhecida pela Eternit e suas controladas em diversas iniciativas de gestão de pessoas. Por essa razão, busca investir em seus colaboradores e valorizá-los. O esforço nesse âmbito é reconhecido pelo mercado, a Eternit e a SAMA foram listadas nos principais rankings de gestão de pessoas em 2014, como exemplo: a Eternit, pela terceira vez consecutiva, foi eleita uma das Melhores Empresas para se Trabalhar pelo Guia 2014 da Revista Você S/A e a SAMA Minerações Associadas (SAMA), controlada da Eternit, também foi reconhecida, pela sétima vez consecutiva, ao conquistar o 1º lugar do setor Indústrias Diversas e Destaque em Desenvolvimento de Pessoas.

O respeito aos colaboradores é uma das diretrizes da Companhia para garantil sua sustentabilidade, o que pode ser traduzido como assegurar a perenidade de seu negócio com rentabilidade, competitividade e respeito ao meio ambiente e à responsabilidade social. Para garantir uma gestão efetiva e transparente, a Eternit adota diretrizes claras para a conduta de seus colaboradores nos negócios e no desde agosto de 2006.

A cotação de R\$ 3,25 das ações da Eternit (ETER3) em dezembro de 2014 resultou relacionamento com públicos de interesse, respeitando padrões profissionais, em uma desvalorização de 25,6% quando comparado a dezembro de 2013. No regulatórios e internos. Estas diretrizes estão expressas no Código de Ética da mesmo período o IBOVESPA fechou em 50.007 pontos, uma desvalorização de 2,9%. Companhia, divulgado e fornecido a todos os colaboradores, e disponibilizado para consulta no site da Companhia

Ao final do exercício, a Companhia contava com mais de 3.000 colaboradores diretos e indiretos, incluindo estagiários e aprendizes. A Eternit prioriza a contratação de $\mbox{m\~a}\mbox{o}$ de obra local, tendo 67% do seu quadro gerencial, incluindo a Diretoria, formado por colaboradores provenientes das comunidades do entorno.

Todos os colaboradores da Eternit, Precon e SAMA passam por avaliações formais anuais de desempenho, que servem de base para o Plano de Carreira na Companhia. O Programa de Avaliação de Lideranças utiliza o Modelo 360º. Nestas empresas, o colaborador se auto avalia e é avaliado em conjunto com o gestor da área. Na Tégula, gerentes e supervisores recebem anualmente a análise de desempenho. Importante destacar também o Programa GoLíder, o qual promove o desenvolvimento das lideranças alinhado às competências necessárias ao negócio, neste participam todos os encarregados, coordenadores, supervisores, chefes e gerentes de todas as empresas do Grupo Eternit.

A saúde e a segurança no trabalho e o meio ambiente são temas vitais para a Companhia. Por esta razão, a Companhia investe fortemente em medidas que superem as normas e diretrizes exigidas por Lei e órgãos públicos e setoriais, incluindo as pertinentes à utilização do mineral crisotila. A fiscalização ou contribuição para o cumprimento de todas as normas de saúde e segurança cabe a comitês e grupos especiais. As unidades de fibrocimento e mineração contam com um acordo para uso seguro do crisotila, acordo este que é assinado por representantes da indústria de fibrocimento, da mineração, trabalhadores, entidades de classe e depositado no Ministério do Trabalho e Emprego.

COMUNIDADE

Inserida nas comunidades de suas áreas de atuação, o Grupo Eternit dá suporte ao desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades do entorno por meio do apoio a iniciativas sociais. Além de promover campanhas para doação de produtos, alimentos, brinquedos e contratar colaboradores locais, a Companhia destina, em alguns casos, recursos em espécie. Em 2014, os investimentos em prol da sociedade totalizaram R\$ 3,4 milhões, praticamente estável em relação ao ano anterior. São patrocinados integralmente pela Eternit e suas controladas o Programa Portas Abertas e projeto Sambaíba.

A Eternit e suas controladas, por meio de parcerias com outras organizações, apoiam diversas iniciativas sociais. Conheça a seguir alguns dos projetos apoiados: Bienal de São Paulo e Concertos Gols pela Vida, de exposição de arte e música instrumental, respectivamente.

O Sambaíba - Programa de Responsabilidade Socioambiental da SAMA S.A. Minerações Associadas foi criado em 2004, com diferentes frentes de atividades incluindo um projeto de artesanato, desenvolvido com o objetivo de incluir socialmente cidadãos de Minaçu (GO) e profissionalizar pessoas de baixa renda e deficientes, oriundos da comunidade

Em novembro de 2004, a Eternit lançou o Programa Portas Abertas, com o objetivo de contribuir para o melhor entendimento da sociedade a respeito da extração e beneficiamento do mineral crisotila, da fabricação dos produtos de fibrocimento de forma sustentável e das práticas de saúde e segurança. O programa consiste na realização de visitas às cinco unidades de fibrocimento do Grupo - Anápolis (GO), Colombo (PR), Goiânia (GO), Rio de Janeiro (RJ) e Simões Filho (BA) e também à mineradora SAMA, localizada em Minaçu, norte do Estado de Goiás. Desde sua implantação, o programa, considerado um dos majores do mercado, já recebeu mais de 67 mil visitantes. Para agendar uma visita, verifique a unidade mais próxima e vie uma mensagem aos endereços eletrônicos disponíveis no site da Eternit

6. QUESTÃO JURÍDICA DO MINERAL CRISOTILA

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

A proposta do desdobramento teve como objetivos ampliar o acesso de investidores As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibia a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, por invadirem a esfera de competência da União.

> As atuais Leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (n $^{\circ}$ 3.579/2004), Rio Grande do Sul (n $^{\circ}$ 11.643/2001) e Pernambuco (n $^{\circ}$ 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Acões Diretas de Inconstitucionalidade, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

> Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propuseram a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995. Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

Ações Civis Públicas

Em 2013 e 2014, duas ações civis públicas contra a Companhia foram ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) no Estado de São Paulo e Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional. Nos pedidos de cada ação, inclui o pleito ao pagamento de R\$ 1 bilhão a título de danos morais coletivos a ser depositado a entidades ou projetos a serem indicados pelo Ministério Público do Trabalho ou destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Paralelamente a estas ações a ABREA também ingressou com duas ações distribuídas por dependência perante a Vara do Trabalho de São Paulo e Vara do Trabalho do Rio de Janeiro por tratar dos mesmos fatos questionados nas acões acima. As defesas foram apresentadas e aguardam julgamento de mérito.

A Companhia reforça sua crença na Justiça brasileira e espera que sejam consideradas as evidências técnicas e científicas no julgamento destas ações.

7. RECONHECIMENTOS

As diversas premiações colecionadas nas últimas sete décadas, desde a sua fundação, mostram que a Companhia leva a sério o que faz por todos os seus stakeholders. Durante 2014, as empresas do Grupo Eternit conquistaram diversos as areas Investidores, Recursos Humanos, Marketing e Produtos. Para conhecer os prêmios, acesse www.eternit.com.br, www.sama.com.br, www.eternit.com.br/ri.

8. PERSPECTIVAS

Para 2015, a estimativa do PIB é de -0,66% (relatório Focus 06/03/15), e incorpora a perspectiva de recuperação moderada da economia interna e ressalta que a intensificação deste processo depende, entre outros fatores, do fortalecimento da confiança de empresários e consumidores, assim como expansão moderada do mercado de crédito. Neste cenário, a projeção para o PIB da construção civil é de -2,5% (até o terceiro trimestre de 2015), segundo o BACEN.

O déficit habitacional no Brasil, estimado em 5,8 milhões de lares (resultados preliminares 2012 - Fundação João Pinheiro), é composto por famílias que são oneradas excessivamente com aluguel e pela coabitação familiar que representam mais de 70% do déficit, seguidos da habitação precária e adensamento excessivo em domicílios alugados. Embora o programa "Minha Casa Minha Vida" tenha impulsionado a redução do déficit, segundo estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2014, a estimativa é que em 2024, com o crescimento da população, o País terá aproximadamente 16,4 milhões de novas famílias, sendo 10 milhões com renda familiar de até três salários mínimos. O estudo também destaca que a equalização do déficit habitacional demandará investimentos de aproximadamente R\$ 760 bilhões em habitação popular ao longo de dez anos.

A geração de emprego, a melhora na distribuição de renda, o aumento dos financiamentos, dos investimentos em infraestrutura e das unidades habitacionais a serem construídas para o "Minha Casa Minha Vida", contribuirão para minimizar o problema das moradias a qual impactará positivamente os negócios da Companhia, pois haverá aumento da demanda por produtos de nosso portfólio destinados, principalmente, à construção autogerida.

dependerá da manutenção dos atuais incentivos do Governo ao setor da construção civil, manutenção do emprego e renda, expansão dos investimentos no programa "Minha Casa Minha Vida", além de projetos de infraestrutura e da melhoria do nível de atividade das construtoras, dentre outros fatores. Para 2015, a Anamaco espera um cenário mais positivo que o do ano anterior,

A ABRAMAT projeta um crescimento de 1,0% neste ano em relação a 2014, o que

apoiado no maior número de dias úteis, ajustes na economia sem que gere perda de emprego e renda, além da perspectiva do aumento de financiamentos ao consumidor de material de construção pelos bancos privados e dos financiamentos imobiliários. A Administração considera importante levar em consideração o atual quadro da

economia brasileira e os seguintes desafios para o País e setor na qual a Companhia está inserida: as condições de competitividade da indústria nacional frente aos gargalos de infraestrutura, aspectos tributários e valorização do câmbio, geração de empregos e distribuição de renda, políticas econômicas sustentáveis, além do aumento do nível de confiança dos empresários e consumidores.

A Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC) iniciou, em 2014, produções experimentais para testar seus equipamentos, obtendo cadência mínima esperada para uma produção inicial. Para 2015, a Administração espera elevar os níveis de produção, em linha com a evolução do projeto greenfield. A instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção em Manaus está em linha com o cronograma e a perspectiva de início dos testes dos equipamentos está prevista para 2015.

O ano de 2015 será de consolidação dos investimentos já realizados durante os últimos anos, utilizando-se da força de sua marca e da capilaridade de sua rede de mais de 16 mil pontos de revenda. A Eternit está bem posicionada para atender a demanda de materiais de construção e, se mantida as condições de mercado, maximizará as oportunidades do setor, aumentando a capacidade de produção da linha de fibrocimento, em linha com a estratégia do crescimento orgânico.

A Eternit, independentemente dos desafios citados acima, acredita na retomada do rescimento da economia brasileira e, principalmente, do setor em que atua.

CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social, a Companhia informa que está vinculada na Câmara de Arbitragem do Mercado

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2014

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES Ao longo do exercício de 2014, a Eternit utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. e da Sama S.A. para o exercício de 2014, e para as informações financeiras intermediárias referentes aos trimestres (ITR) de 30 de junho de 2014, 30 de setembro de 2014 e 31 de março de 2015 da Eternit S.A.

A Companhia contratou serviços de consultoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para o exercício de 2014 conforme descrito abaixo

- (i) Natureza do serviço: revisão de créditos extemporâneos. Data de contratação: novembro de 2014.
- Natureza do serviço: revisão de cadastro para classificação dos produtos. Data da contratação: dezembro de 2013.
- (iii) Natureza do servico: acompanhamento e apuração de informações referente aos processos necessários ao benefício da Lei do Bem. Data da contratação: Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM janeiro de 2014.
- (iv) Natureza do serviço: análise das informações que impactam no e-social. Data da contratação: novembro de 2013.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Data da contratação: novembro referentes às mesmas. de 2014.

O valor total dos serviços de consultoria foi de R\$ 953.069,58 (novecentos e INFORMAÇÕES ADICIONAIS 135% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

A Administração da Companhia informa que tem como política não contratar os RI ri@eternit.com.br. auditores independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A Administração, assim como seus auditores independentes, entendem que os serviços mencionados não geram conflito de interesse, e, portanto, não resentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

480/2009, a Diretoria da Eternit S.A. declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

(v) Natureza do serviço: revisão da evidenciação das divulgações das e com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes demonstrações financeiras de acordo com a Orientação Técnica OCPC 07 do Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 10 de março de 2015,

cinquenta e três mil, sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) e equivale a Para informações adicionais sobre a Companhia e seu mercado de atuação, acesse o site de Relações com Investidores $\underline{\text{www.eternit.com.br/ri}}$ e/ou contate a equipe de

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, órgãos reguladores, parceiros e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2014: confiando no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País

> São Paulo, 12 de março de 2015. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$)											
	Nota	Contro	ladora	Consc	olidado		Nota	Contro	ladora	Conso	lidado
ATIVOS	explicativa	31/12/2014	31/12/2013			PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.711	9.516	13.367	13.295	Fornecedores	13	22.858	22.444	42.151	39.293
Aplicações financeiras	5	15.726	9.897	35.023	35.661	Partes relacionadas	10	7.672	7.243	-	-
Contas a receber	6	71.327	69.774	175.933	160.389	Empréstimos e financiamentos	14	3.066	8.944	88.946	56.881
Estoques	7	69.395	85.833	148.093	141.944	Obrigações com pessoal	15	12.738	12.980	28.657	28.009
Impostos a recuperar	8	6.035	16.542	10.373	19.648	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.e	17.897	17.881	17.897	17.881
Partes relacionadas	10	27.196	31.615	2.427	9.780	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	2.511	2.174	3.677	3.861
Outros ativos circulantes		4.971	4.734	9.682	9.226	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	11.866	12.226	29.181	34.015
		200.361	227.911	394.898	389.943	Outros passivos circulantes		3.060	4.934	10.743	13.142
Ativo mantido para a venda		553		553		Total do passivo circulante		81.668	88.826	221.252	193.082
		553		553		NÃO CIRCULANTE					
Total do ativo circulante		200.914	227.911	395.451	389.943	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	27.730	23.710	41.654	34.527
						Empréstimos e financiamentos	14	5.129	14.368	38.978	25.799
NÃO CIRCULANTE						Partes relacionadas	10	31.763	29.108	-	-
Depósitos judiciais		8.703	8.819	15.307	15.536	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	26.226	25.115	59.549	54.659
Impostos a recuperar	8	22.915	22.219	24.456	25.022	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	7.787	7.697	10.605	9.432
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	24.750	24.037	53.299	55.112	Provisão para remonte da mina	30	-	-	10.718	9.726
Partes relacionadas	10	29.297	9.723	726	2.018	Outros passivos não circulantes				300	278
Investimentos	9	256.080	247.729	34.338	36.032	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		98.635	99.998	<u>161.804</u>	134.421
Imobilizado	11	145.659	149.425	341.684	279.064	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível	12	6.437	4.584	30.622	28.676	Capital social	18.a	334.251	334.251	334.251	334.251
Outros ativos não circulantes		339	490	1.981	2.229	Reserva de capital		19.460	19.672	19.460	19.672
Total do ativo não circulante		494.180	467.026	502.413	443.689	Ações em tesouraria		(174)	(174)	(174)	(174)
						Reservas de lucros		168.745	155.807	168.745	155.807
						Outros resultados abrangentes		(7.491)	(3.443)	(7.491)	(3.443)
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas não minoritários		514.791	506.113	514.791	506.113
						Participações acionistas minoritários				17	16
						Total do patrimônio líquido		514.791	506.113	<u>514.808</u>	506.129
TOTAL DO ATIVO		695.094	694.937	897.864	833.632	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		695.094	694.937	<u>897.864</u>	833.632
			As notas	explicativas :	são parte integ	grante das demonstrações financeiras.					
DEMONSTRAÇÃES DO DESULTADO. EVE	FROÍGIGA FINIDA	00 EM 04 DE	DEZEMBBO	DE 0014 E 0	010	DEMONSTRAÇÕES DO DESULTADO ARRANGENTE	EVERGÍGIG	S EINIDOO EA	4.04 DE DEZI	MBBO BE A	014 5 0010
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013											

Atribuível a:

Acionistas não minoritários

Acionistas minoritários

,	None	0		•	
	Nota	Contro		Conso	
	<u>explicativa</u>	31/12/2014	31/12/2013	<u>31/12/2014</u>	31/12/2013
Receita operacional líquida	22	507.665	508.525	978.154	957.301
Custos dos produtos vendidos	23	(370.995)	(372.752)	<u>(593.879</u>)	(575.877)
LUCRO BRUTO		136.670	135.773	384.275	381.424
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	23	(59.715)	(59.097)	(116.528)	(116.734)
Gerais e administrativas	23	(43.582)	(41.895)	(111.780)	(97.804)
Remuneração da Administração	23	(8.501)	(12.802)	(10.685)	(15.545)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(3.285)	3.293	(3.810)	(1.871)
Resultado da equivalência patrimonial	9	63.774	76.267	(13.676)	(6.223)
Total das receitas (despesas) operacionais		(51.309)	(34.234)	(256.479)	(238.177)
Despesas financeiras	25	(19.692)	(18.692)	(52.674)	(48.553)
Receitas financeiras	25	20.732	16.887	54.962	47.535
Resultado financeiro líquido		1.040	(1.805)	2.288	(1.018)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA					
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		86.401	99.734	130.084	142.229
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	20	(858)	472	(41.309)	(41.489)
Diferidos	20	(384)	2.048	(3.615)	1.516
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		85.159	102.254	85.160	102.256
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas não minoritários		85.159	102.254	85.159	102.254
Acionistas minoritários		-	-	1	2
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		85.159	102.254	85.160	102.256
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO, BÁSICO E DILUÍDO - R\$	18.c	0,48	1,14	0,48	1,14
As notes symbolised as a new to					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Controlado		ladora	Conso	lidado
	explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
RECEITAS					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	22	680.030	684.554	1.235.017	1.219.671
Outras receitas		19	316	49.689	47.128
Provisão para crédito de liquidação duvidosa					
sobre as contas a receber		<u>(655</u>)	(402)		(94 <u>5</u>)
TOTAL		679.394	<u>684.468</u>	1.283.262	<u>1.265.854</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços					
vendidos		(319.423)			(545.593)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(118.556)	(114.669)		(194.915)
Perda/recuperação de valores ativos		(7.474)	(7.541)		(7.541)
Outros descontos, abatimentos e doações		(4.426)	(3.632)		(4.762)
		<u>(449.879</u>)	<u>(467.415</u>)		<u>(752.811</u>)
VALOR ADICIONADO BRUTO		229.515	217.053	528.905	513.043
DEPRECIAÇÃO, AMORȚIZAÇÃO E EXAUSTÃO	11/12	<u>(11.995</u>)	<u>(11.075</u>)	<u>(37.704</u>)	(34.789)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA					
COMPANHIA		217.520	205.978	491.201	478.254
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado da equivalência patrimonial	9	63.774	76.267	(13.676)	(6.223)
Receitas financeiras	25	20.732	16.887	54.962	47.535
Outras		<u>13.964</u>	8.868	<u>13.961</u>	<u>12.164</u>
		98.470	102.022	55.247	53.476
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>315.990</u>	308.000	<u>546.448</u>	<u>531.730</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		64.190	55.689	130.539	115.990
Benefícios		24.098	31.376	49.828	57.793
FGTS		5.906	6.689	10.978	10.648
		<u>94.194</u>	<u>93.754</u>	<u>191.345</u>	<u> 184.431</u>
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		72.281	60.318	131.618	125.006
Estaduais		35.604	23.532	59.790	46.460
Municipais		1.662	1.468	2.406	2.081
		109.547	<u>85.318</u>	<u>193.814</u>	173.547
Remuneração de capital de terceiros:		40.000	10.000		=1.011
Juros		19.692	18.692	52.674	51.314
Aluguéis		7.398	7.982	23.456	20.184
		<u>27.090</u>	26.674	76.130	71.498
Remuneração de capitais próprios:		4= 0	40.0-:	4= 0	40.0-:
Dividendos	18	47.688	48.851	47.688	48.851
Juros sobre o capital próprio	18	23.889	22.726	23.889	22.726
Lucros retidos		13.582	30.677	13.582	30.677
		85.159	102.254	<u>85.159</u>	102.254

315.990 308.000 **546.448** 531.730 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 Controladora Consolidado 31/12/2014 31/12/2013 31/12/2014 31/12/2013 Lucro líquido do exercício 85.159 102.254 85.160 Outros resultados abrangentes Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de beneficio definido (3.283)(5.219)(5.866)(6.132)Efeito de imposto de renda e contribuição social 1.116 1.995 `2.084 Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes Outros resultados abrangentes líquidos de impostos (1.881)428 (4.048)(3.443)(4.048)(3.443)Resultado abrangente do exercício 98.811 81.111 98.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

81.111

98.811

81.111

98.811

	Nota explicativa	Contro 31/12/2014		Conso	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>Oxpirodii va</u>	01,12,2011	0171272010	0171272011	0171272010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		86.401	99.734	130.084	142.229
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda					
e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas					
atividades operacionais:		(00.774)	(70.007)	40.070	0.000
Resultado da equivalência patrimonial	9	(63.774)	(76.267)	13.676	6.223
Depreciação e amortização Resultado na baixa de ativos permanentes	11/12 24	11.995	11.075	37.704	34.789
Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as	24	(405)	(65)	(1.078)	(145)
contas a receber	6	655	402	1.444	985
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	2.912	2.458	7.079	3.711
Reversão (provisão) para perdas diversas		1.869	6.387	(5.606)	7.660
Encargos financeiros, variação monetária e variação camb	bial	1.574	2.397	43	1.069
Rendimento de aplicações financeiras		(2.194)	(2.220)	(4.861)	(4.495)
Variação líquida despesas antecipadas		1.561	1.609	1.750	2.248
		40.594	45.510	180.235	194.274
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	(1.776)	8.878	(15.956)	16.215
Partes relacionadas a receber	10 a.	7.697	(9.800)	7.353	(11.798)
Estoques	7	14.990	(4.325)	(7.035)	(14.801)
Impostos a recuperar		11.616	(7.764)	10.164	(7.539)
Depósitos judiciais		(1.685)	(2.179)	(1.572)	(2.489)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		76.981	79.343	(0.457)	-
Outros ativos		(1.958)	(1.735)	(2.457)	559
Aumento (redução) nos passivos operacionais Fornecedores	13	193	(7.864)	2.604	(9.560)
Partes relacionadas a pagar	10	429	(1.038)	2.004	(9.500)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	(83)	(1.996)	4.728	(1.563)
Provisões e encargos sociais	15	(242)	(4.330)	648	(6.930)
Outros passivos		(2.137)	2.412	(2.649)	1.807
Juros pagos		(492)	(452)	(1.507)	(621)
Imposto de renda e contribuição social pagos		`	(3.342)	(42.651)	(48.218)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		144.127	91.318	131.905	109.336
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENT	Ю				
Mútuo com empresas ligada a receber	10	(19.574)	(2.509)	1.293	-
Recebimento pela venda de imobilizado	24	577	354	1.488	470
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11/12	(25.608)	(39.802)	(104.216)	(64.348)
Aporte de capital em controladas	9	(28.480)	(29.426)	(11.982)	(29.226)
Aplicações financeiras de curto prazo		(146.820)	(115.783)	(330.977)	(292.141)
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		143.185	156.718	336.475	339.905
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	VITO.	(76.720)	(30.448)	(107.919)	(45.340)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMEI		7 177	15.070	000 000	100.004
Captação de empréstimos e financiamentos	14 14	7.177	15.972	220.938	182.624
Amortização de empréstimos e financiamentos Mútuo com empresa ligada	10	(8.676) (468)	(1.608) (327)	(175.607)	(180.738)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	10	(69.245)	(69.243)	(69.245)	(69.243)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(71.212)	(55.206)		(67.357)
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES		(71.212)	(33.200)	(23.314)	(07.007)
DE CAIXA		(3.805)	5.664	72	(3.361)
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES		(0.000)			(0.001)
DE CAIXA					
No início do exercício	4	9.516	3.852	13.295	16.656
No fim do exercício	4	5.711	9.516	13.367	13.295
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES					
DE CAIXA		(3.805)	5.664	72	(3.361)
As notas explicativas são parte i	ntegrante das	demonstraçõe	es financeiras	3.	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações ilhanceiras.				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Di	EMONSTRAÇÕE	S DAS MUTA	ÇÕES DO PATRI	IMÔNIO LÍQUIE	OO - EXERCÍCIO	S FINDOS EM 3	1 DE DEZEMB	RO DE 2014 E	2013 (Em milha	ares de reais - R	\$)		
			Reservas o			Res	servas de lucro	os					
	Nota explicativa	Capital social	Subvenção para investimentos	Ágio na Aquisições de Ações	Ações em tesouraria	Estatutária	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos não con- troladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2013		334.251	19.365	23	(174)	21.873	25.513	78.669		-	479.520	14	479.534
Lucro líquido do exercício		-	-	-	` -	-	-	-	102.254	-	102.254	2	102.256
Constituição de reservas		-	754	-	-	5.113	5.113	19.697	(30.677)	-	-	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de													
benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.443)	(3.443)	-	(3.443)
Reversão reserva subvenção Investimento		-	(470)	-	-	4	4	(179)	-	-	(641)	-	(641)
Destinação do lucro líquido: Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,254													
por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(22.726)	-	(22.726)	-	(22.726)
Dividendos - R\$ 0,5467 por ação em circulação	18 .								(48.851)		(48.851)		(48.851)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		334.251	19.649	23	(174)	26.990	30.630	98.187		(3.443)	506.113	16	506.129
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	85.159	-	85.159	1	85.160
Constituição de reservas	18	-	-	-	-	4.258	4.258	5.066	(13.582)	-	-	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de													
benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(4.048)	(4.048)	-	(4.048)
Reversão de correção monetária de capital		-	(212)	-	-	3	3	(650)	-	-	(856)	-	(856)
Destinação do lucro líquido: Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,134 por													
ação em circulação	18	_	_	-	_	_	_	_	(23.889)	_	(23.889)	_	(23.889)
Dividendos - R\$ 0,267 por ação em circulação	18	-	-	_	_	_	_	_	(47.688)	_	(47.688)	_	(47.688)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		334.251	19.437	23	(174)	31.251	34.891	102.603		(7.491)	514.791	17	514.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho. 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota

explicativa nº 18). A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construcão e respectivos acessórios. Conta atualmente com 14 unidades industriais no Brasil, com filiais nas principais cidades brasileiras.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

Empresas	(%) Partici- pação	(%) Capital votante	Localização da sede	Atividade principal
SAMA S.A.	99,99%	99,99%	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do mineral crisotila.
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	99,99%	99,99%	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda.	99,99%	99,99%	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreen- dimentos e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Engedis Distribuição Ltda.	99,94%	99,94%	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Wagner Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Wagner da Amazônia Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	99,99%	99,99%	Manaus/AM	Pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção. Não iniciou as suas operações até o fechamento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	60,00%	60,00%	Caucaia/CE	Importação, industrialização, comercialização, exportação, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo, assim como as informações correlacionadas à informação por segmento estão descritos

Eventos operacionais relevantes

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibiam a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396 respectivamente, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propuseram a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI nº 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurelio - votou pela inconstitucionalidade das leis respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

Aprovação das demonstrações financeiras

apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2015 e 11 de março de 2015, respectivamente, para divulgação em 12 de março de 2015.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas cativas específicas, relacionadas aos itens apresei ntados: aquelas aplicáv modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério.

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18. CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos

2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

. A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. - CSC, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como empreendimento controlado em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações

 Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.

Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão

incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável 2.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.5. Instrumentos financeiros

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Contratos de Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o serviços acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado Śão ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse

fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no mento da sua realização.

iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Outros passivos financeiros

Nor

IFRS 15 -

contratos com clientes

Alteração IFRS

11 - Negócios

em Coniunto

Alteração

contribuição

um investidor

joint venture

(negócio em

conjunto)

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

 $Em\,31$ de dezembro 2014, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa $n^2\,14$) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros

e nacionais (nota explicativa nº 13). 2.6. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição no exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's. Esta demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações

2.7. Normas, alterações e interpretações de normas

A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas que estão em vigor mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Companhia e entrarão em vigor em ou após 1 de janeiro de 2015:

rma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
S 9 -	Tem o objetivo, em última instância, de	
rumentos	substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros:	espera que o
anceiros	Reconhecimento e Mensuração. As	IFRS 9 provoque
	principais mudanças previstas são: (i) todos	impacto relevante
	os ativos financeiros devem ser, inicialmente,	
	reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a	
	norma divide todos os ativos financeiros,	
	17 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	

que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. Vigência

a partir de 01/01/2018. A norma substituirá o IAS 11 - Contratos O Grupo não de construção e IAS 18 - Receitas e espera que correspondentes interpretações; os principais o IFRS 15 objetivos são: (i) eliminar inconsistências provoque impacto nos padrões de reconhecimento de receita, relevante em suas fornecendo princípios claros para o registro demonstrações dos saldos contábeis; (ii) fornecer um financeiras. modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e

(iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. Aplicarse-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro. Vigência a partir de 01/01/2017. A norma estabelece que a entidade O Grupo não participante de uma *joint venture* (negócio espera que em conjunto) deve aplicar os princípios o IFRS 11 relevantes relacionados ao combination (combinação de negócios), relevante em suas inclusive preparando as divulgações

requeridas pela norma aplicável à operação. financeiras Vigência a partir de 01/01/2016. Alteração IAS 16 e IAS O objetivo publicação é estabelecer que não O Grupo não é apropriado definir a base de depreciação e espera que 38 - Métodos amortização como sendo o padrão esperado as alterações aceitáveis de de consumo, por parte da entidade, dos do IAS 16 e futuros benefícios econômicos de um ativo. depreciação e amortização Vigência a partir de 01/01/2016.

Alteração A alteração cria a possibilidade de adoção O Grupo não IAS 27 do método da equivalência patrimonial nos espera que a investimentos detidos em controladas nas alteração do IAS demonstrações separadas. Vigência a partir 27 provoque Equivalência patrimonial nas de 01/01/2016. demonstrações financeiras separadas

O objetivo da alteração é corrigir a IFRS 10 e IAS inconsistência entre os requisitos do 28 - Venda ou IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e o IAS 28 - Investimentos de ativos entre em Coligada, Controlada e Negócio em Conjunto, ao lidar com a perda de controle de uma subsidiária que é contribuída para e associado ou uma coligada, controlada ou negócio em conjunto. Vigência a partir de 01/01/2016.

business provoque impacto

38 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Αp impacto relevante em suas demonstrações financeiras O Grupo não

espera que as alterações do IFRS 10 e IAS 28 provoquem impacto relevante em suas demonstrações financeiras

Norma Requerimento Alteração IFRS A emissão esclarece (i) àqueles que atendem O Grupo não 10, IFRS 12 e IAS 28 -Entidade de

investimento

consolidação

Alteração IAS 1

à regra de

IFRS 7 -

IAS 34 -Demonstração

Intermediária ·

Divulgação de

. demonstrações

informações

"em outras

partes das

a definição de entidade de investimento como espera que consolidar seus investimentos e relaciona às as alterações exceções à regra; e (ii) permite que outras do IFRS 10, entidades mantenham, na aplicação da IFRS 12 e IA IFRS 12 e IAS equivalência patrimonial, a mensuração do 28 provoquem valor justo por meio do resultado utilizada impacto relevante pelos seus investimentos (coligada ou em suas negócio em conjunto) e não prossiga demonstrações com a consolidação. Vigência a partir de financeiras. 01/01/2016.

Tem o objetivo de rever os conceitos O Grupo não anteriormente estabelecidos, tais como espera que a alteração do a relevância. A intenção do Comitê foi reafirmar o compromisso com a qualidade da IAS 1 provoque informação contábil-financeira, que deve ser impacto relevante objetiva e de fácil compreensão. Vigência a em suas

demonstrações

financeiras.

O Grupo não

espera que

as alterações do IFRS 7

impacto relevante

demonstrações

alteração do IAS

34 provoque

espera que a

IFRS 5 provoque

impacto relevante

demonstrações

em suas

provoquem

em suas

financeiras

Impacto nas

demonstrações

financeiras

IFRS 7 A alteração suprime a expressão "e períodos Instrumentos intermediários dentro desses períodos anuais" do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do financeiros (Divulgação) Aplicabilidade IFRS 7 não são exigidas em demonstrações das divulgações financeiras condensadas. No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue de offset às demonstrações "uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do condensadas desempenho da entidade desde o final do último período anual". Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma incluída no relatório anual mais recente,

partir de 01/01/2016.

atualização significativa para a informação espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016. inclui taxa de administração pode caracterizar constituir envolvimento contínuo em um

demonstrações financeiras intermediárias

ou incorporadas por referência entre as

demonstrações financeiras intermediárias e impacto relevante

onde quer que estejam incluídas dentro das em suas informações intermediárias (por exemplo, no

comentário da administração ou do relatório financeiras.

Esclarece que um contrato de serviço que O Grupo não espera que a ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza da taxa e disposição contra a impacto relevante orientação para o envolvimento continuado em suas nos parágrafos IFRS 7.B30 e IFRS 7.42C, demonstrações a fim de avaliar se são necessárias as financeiras divulgações. Vigência a partir de 01/01/2016. Estabelece que as divulgações intermediárias O Grupo não necessárias devem ser incluídas ou nas espera que a

financeiras de risco). Vigência a partir de 01/01/2016. intermediárias IAS 19 -A alteração esclarece que títulos corporativos O Grupo não Benefícios a de alta qualidade de mercado devem ser Empregados · avaliados com base na moeda em que é denominada a obrigação, ao invés do país desconto em que a obrigação se encontra. Quando não existe mercado de títulos corporativos em suas de alta qualidade em dada moeda, taxas de títulos de dívida pública deve ser utilizadas.

alteração do IAS 19 provoque impacto relevante demonstrações financeiras Vigência a partir de 01/01/2016. Esclarece-se, através da emissão de O Grupo não

IFRS 5 guidance, as circunstâncias em que uma espera que a Reclassificação de ativo não reclassifica ativos mantidos circulante para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vicemantido para venda e mantido versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais o critério para manterem esta aos sócios/ classificação. Vigência a partir de 01/01/2016. acionistas

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas novas revisadas, manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no resultado ou no

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS **ESTIMATIVAS** Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer

iulgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras

principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada perío demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

3.1. Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário

fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Não houve redução do valor recuperável do ágio.

3.2. Vida útil dos bens do imobilizado

patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.3. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em

termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais o Grupo não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

3.4. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

3.5. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Controladora Consolidado

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
aixa e bancos	5.711	9.516	11.690	11.100
plicações em certificados de depósito bancários				
compromissados			1.677	2.195
	5.711	9.516	13.367	13.295

Em 31 de dezembro de 2014 as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103% em 31 de dezembro de 2013), tendo basicamente em sua carteira, aplicações compromissadas. Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Fundos de investimentos	15.726	9.897	35.023	35.661	

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, operações compromissadas, remunerados pelas taxas médias de 102% da variação do CDI (103% em 31 de dezembro de 2013)



São aplicações disponíveis para resqute (liquidez imediata), não havendo prazo de 9. INVESTIMENTOS carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade do Grupo.

6. CONTAS A RECEBER

Saldo inicial

Adição

	Contro	ladora	Consolidado					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013				
Mercado interno	74.634	73.487	109.199	112.241				
Mercado externo	-	-	73.753	55.521				
(-) Ajuste a valor presente		(432)	(330)	(1.362)				
	74.634	73.055	182.622	166.400				
Provisão para crédito de								
liquidação duvidosa	(3.307)	(3.281)	(6.689)	(6.011)				
	71.327	69.774	175.933	160.389				
Composição do saldo de clientes por idade de vencimento								

	Contro	ladora	Consolidado					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013				
A vencer	69.637	65.939	166.787	146.010				
Valores vencidos:								
Até 30 dias	1.098	2.362	6.933	10.538				
Entre 30 e 60 dias	293	1.283	1.444	2.654				
Acima de 60 dias	299	190	769	1.187				
	71.327	69.774	175.933	160.389				
Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber								
	Contro	ladora	Conso	lidado				

31/12/2013

(3.242)

Reversão 79 380 87 497 Baixa 629 363 766 1.492 Saldo final (3.281)(6.689)(6.011) (3.307)7. ESTOQUES Política contábil São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques,

deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para

(3.281)

(734)

31/12/2014 (6.011)

(1.531)

31/12/2013

(6.518)

realizar a venda.					
	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Produtos acabados	36.060	41.554	88.370	72.551	
Produtos semi-acabados	-	-	2.444	2.116	
Revenda	7.749	9.751	12.343	14.698	
Matérias-primas	21.793	29.854	21.503	31.142	
Materiais auxiliares	5.658	5.091	25.671	22.789	
(-) Provisão para perdas (*	(1.865)	(417)	(2.238)	(1.352)	
	69.395	85.833	148.093	141.944	

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está assim representada:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo inicial	(417)	-	(1.352)	(935)	
Provisão	(1.865)	(443)	(2.009)	(443)	
Reversão	417	26	1.123	26	
Saldo final	<u>(1.865</u>)	(417)	(2.238)	(1.352)	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram consumidos o equivalente a R\$ 257.513 (R\$ 259.318 em dezembro de 2013) em matérias-primas registrado como custo na Controladora e R\$ 409.669 (R\$ 395.647 em dezembro de 10. PARTES RELACIONADAS 2013) no Consolidado, conforme mencionado na nota explicativa 23.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR Controladora Consolidado 31/12/2014 31/12/2013 31/12/2014 31/12/2013

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante:				
Imposto sobre circulação				
de mercadoria e serviço	-			
ICMS	1.760	1.005	3.803	2.131
Imposto de renda retido n	а			
fonte - IRRF	204	191	401	413
Imposto de renda sobre				
pessoa jurídica - IRPJ	602	8.285	1.051	8.690
Contribuição social sobre	002	0.200		0.000
lucro líquido - CSLL	140	2.243	194	2.311
Imposto de renda retido n				
fonte juros sobre capital	ч			
próprio	996	3.400	996	3.400
Fundo - FOMENTAR -	000	0.100	000	0.100
ICMS (*)	1.661	1.197	1.661	1.197
Contribuição para		1.107		
financiamento da				
seguridade social -				
COFINS e outros	672	221	2.267	1.506
COI INS e outros	6.035	16.542	10.373	19.648
Não circulante:	0.035	16.542	10.373	19.046
Imposto sobre circulação				
de mercadoria e serviço ICMS		1.218	0.705	4.004
	1.164	1.218	2.705	4.021
Imposto de renda retido n		10.000	40.044	40.000
fonte - IRRF	13.841	13.363	13.841	13.363
Imposto de renda sobre	7.040	7.000	7.040	7.000
pessoa jurídica - IRPJ	7.910	7.638	7.910	7.638
	22.915	22.219	<u>24.456</u>	25.022
(*) Fundo de Participação	e Fomento	à Industrializa	cão do Estad	o de Goiás -

FOMENTAR, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás.

aberto com partes relacionadas, e não existem provisões para redução de saldo de

contas a receber de partes relacionadas. b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

condições estabelecidas entre as partes.

O Grupo pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e

remuneração variavei, con	torme segue:				
	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Salários, honorários e					
benefícios	4.599	5.082	5.559	6.014	
Encargos sociais	1.288	1.430	1.599	1.735	
Participação nos					
lucros - PLRE	1.797	3.642	2.372	4.316	
Bônus complementar	735	2.419	1.062	3.093	
Benefícios pós-emprego	82	229	93	387	
	8.501	12.802	10.685	15.545	

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo concede bônus complementar, a O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação título de PLRE, aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São seu valor recuperável. A per recebido em ações da Companhia. Esse bônus complementar será proporcional ao registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os imediatamente no resultado.

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas e da controlada em conjunto da Companhia:

Resumo da composição dos inve	estimentos							
				Controla	adora			
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	csc	Tégula	Wagner	Total
Investimentos	11.685	23.985	7.830	90.385	34.338	67.134	4.164	239.521
Mais valia dos ativos líquidos	-	-	-	16.559	-	-	-	16.559
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.685	23.985	7.830	106.944	34.338	67.134	4.164	256.080
Em 01 de janeiro de 2013	-	17.578	7.821	107.183	13.029	72.246	4.059	221.916
Dividendos	-	(7.222)	(2.653)	(65.112)	-	-	-	(74.987)
Juros sobre o capital próprio	-	(829)	-	(4.492)	-	-	-	(5.321)
Resultado da equivalência patrimonial	(938)	10.694	2.890	70.304	(6.223)	(459)	(1)	76.267
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	428	-	-	-	428
Aporte de capital	200	-	-	-	29.226	-	-	29.426
Em 31 de dezembro de 2013	(738)	20.221	8.058	108.311	36.032	71.787	4.058	247.729
Dividendos		(7.121)	(2.803)	(65.691)				(75.615)
Juros sobre o capital próprio	-	(955)	-	(4.509)	-	-	-	(5.464)
Resultado da equivalência patrimonial	(4.075)	11.842	3.080	70.935	(13.676)	(4.455)	123	63.774
Reversão Correção Monetária Complementar - IFRS	-	(2)	(505)	(221)	-	(198)	(17)	(943)
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	_	(1.881)	-	-	-	(1.881)
Aporte de capital	16.498	-	-	-	11.982	-	-	28.480
Em 31 de dezembro de 2014	11.685	23.985	7.830	106.944	34.338	67.134	4.164	256.080

O saldo de investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 34.338 (R\$ 36.032 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao investimento na controlada em conjunto com a CSC.

Demonstramos abaixo os saldos das empresas controladas e participação em joint venture em 31 de dezembro de 2014:

			Joint venture				
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner	Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.
Ativo circulante	4.947	23.230	4.059	166.231	32.799	3.956	65.074
Ativo não circulante	114.301	14.696	4.555	114.707	59.348	1.785	115.580
Passivo circulante	59.281	9.851	783	128.748	11.987	16	54.518
Passivo não circulante	48.281	4.089	-	57.161	13.020	1.554	68.907
Patrimônio líquido	11.686	23.986	7.831	95.029	67.141	4.171	57.229
Participação proporcional	99,9900%	99,9946%	99,9977%	99,9977%	99,9900%	99,8400%	60%
Valor contábil do investimento	11.685	23.985	7.830	95.027	67.134	4.164	34.338
Receita operacional líquida	-	77.869	-	407.789	79.049	-	39.491
Custo dos produtos vendidos	-	(54.208)	-	(206.966)	(55.799)	-	(33.315)
Lucro não realizado nos estoques	-	-	-	85	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) de operações em continuidade	(4.076)	11.842	3.080	70.935	(4.455)	123	(22.793)
Atribuível à:							
Participação da Companhia	(4.075)	11.842	3.080	70.933	(4.455)	123	(13.676)

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

		Ativo ci	rculante		Ativo não	circulante		Passivo d	circulante		circulante	
	Contas a	receber	Divid	endos	Mútuc	ativo	Fornec	edores	Outras a pa		Mútuo passivo	
	dezembro 2014											dezembro 2013
Eternit da Amazônia	2014		2014	2013							2014	2013
(ii) e (iii)	53	1.062	-		20.150	-	-		-	-	-	-
Precon (i) e (ii)	980	488	1.964	7.926	-	-	-	-	8	-	-	-
SAMA (ii) e (iii)	311	169	19.974	8.735	-	-	7.544	7.128	29	26	31.763	29.108
Prel	-	-	654	2.653	-	-	-	-	91	88	-	-
Tégula (i) e (ii)	127	96	706	706	8.421	7.705	-	-	-	1	-	-
Companhia Sulamericana												
de Cerâmica (i) e (iii)	2.427	9.780	-	-	726	2.018	-	-	-	-	-	-

(i) Existem compras e vendas entre partes relacionadas, portanto os saldos referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila) e/ou produtos acabados, eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O empreendimento controlado em conjunto, que possui consolidação por equivalência patrimonial, não é eliminado no consolidado.

(ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento pré-determinado.

(iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem os encargos IOF, IRRF e variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

	Controladora							
	Ven	das	Com	pras	Des	oesa	Outras	receitas
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Precon	2.710	8.880	-	-	-	-	-	-
Tégula	464	385	-	-	-	-	-	-
CSC	1.706	-	-	-	-	-	-	-
SAMA	-	-	78.335	70.264	-	-	-	-
Descontos obtidos - SAMA	-	-	30	-	-	-	-	-
Despesas administrativas - Prel	-	-	1.056	500	-	-	-	-
Juros sobre mútuo - SAMA	-	-	-	-	3.124	2.183	-	-
Juros sobre mútuo - Tégula	-	-	-	-	-	-	844	578
JCP - SAMA	-	-	-	-	-	-	4.509	4.492
JCP - Precon	-	-	-	-	-	-	955	828

As transações de compras e vendas entre partes relacionadas são efetuadas em valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existem garantias em e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição para concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, do desligamento/aposentadoria do diretor. Os diretores devem também respeitar as

regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02. O plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento baseado em ações (CPC 10 R1 - Pagamento Baseado em Ações), uma vez que o executivo não recebe ações diretamente da Eternit, e sim, recebe o montante equivalente a 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a posição acionária da Diretoria era de 2.121.148 ações - ETER3 (995.283 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

11. IMOBILIZADO Política contábil

Imobilizado

de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Passivo não

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método

linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida

					Controla	adora				
		Edifícios e	Máquinas e	Ferramentas			Móveis e	Equipamentos	Imobilizações	
Custo	Terrenos	benfeitorias	equipamentos	e moldes	Instalações	<u>Veículos</u>	utensílios	de informática	em andamento	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	701	32.165	94.939	12.877	77.109	3.578	5.109	3.372	12.717	242.567
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	36.913	36.913
Baixas	-	-	(381)	-	(272)	(791)	(36)	(103)	-	(1.583)
Transferências	_	639	7.093	78	2.251		670	735	(11.466)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	701	32.804	101.651	12.955	79.088	2.787	5.743	4.004	38.164	277.897
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	22.863	22.863
Baixas	(553)	(16)	(664)	(4)	(178)	(1.221)	(73)	(196)	(14.473)	(17.378)
Transferências	1.873	697	9.027	131	4.836	93	374	543	(17.574)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.021	33.485	110.014	13.082	<u>83.746</u>	1.659	6.044	4.351	28.980	283.382
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	15%	10%	20%	10%	20%	-	-
Depreciação acumulada										
Saldos em 01 de janeiro de 2013	-	(18.631)	(44.152)	(8.651)	(40.643)	(2.531)	(2.310)	(2.589)	-	(119.507)
Adições	-	(722)	(1.852)	(1.087)	(5.542)	(259)	(452)	(342)	-	(10.256)
Baixas	_		358		72	734	26	101		1.291
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(19.353)	(45.646)	(9.738)	(46.113)	(2.056)	(2.736)	(2.830)	-	(128.472)
Adições	-	(742)	(2.934)	(928)	(5.509)	(120)	(477)	(393)	-	(11.103)
Baixas	-	16	273	2	173	1.140	54	194	-	1.852
Transferências	_		29		(30)		1			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	_	(20.079)	(48.278)	(10.664)	(51.479)	(1.036)	(3.158)	(3.029)		(137.723)
Valor residual										
Em 01 de janeiro de 2013	701	13.534	50.787	4.226	36.466	1.047	2.799	783	12.717	123.060
Em 31 de dezembro de 2013	701	13.451	56.005	3.217	32.975	731	3.007	1.174	38.164	149.425
Em 31 de dezembro de 2014	2.021	13.406	61.736	2.418	32.267	623	2.886	1.322	28.980	145.659
					Consolidado					
		1 f	F		V-'		F		Loon of the 'I'	

							Conso	lidado						
			Máquinas		Ferra-			Veículos		Equipa-	_	_	Imobili-	
		Edifícios e	e equipa-	Máquinas	mentas			fora de	Móveis e	mentos de	Remonte	Recursos	zações em	
Custo	<u>Terrenos</u>	<u>benfeitorias</u>	mentos	<u>de extração</u>	<u>e moldes</u>	<u>Instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>estrada</u>	<u>utensílios</u>	informática	<u>da mina</u>	<u>minerais</u>	andamento	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	4.084	80.585	181.492	24.610	26.479	208.398	25.051	4.280	15.366	7.514	5.778	13.387	16.070	613.094
Adições	-	283	3.472	-	64	133	161	-	844	129	-	-	55.041	60.127
Baixas	-	-	(786)	-	(215)	(324)	(968)	-	(553)	(317)	-	-	-	(3.163)
Transferências		672	11.595	2.960	395	8.187	461	259	1.671	1.127			(27.327)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.084	81.540	195.773	27.570	26.723	216.394	24.705	4.539	17.328	8.453	5.778	13.387	43.784	670.058
Adições	-	25	627	-	7	92	855	-	52	119	-	-	98.676	100.453
Baixas	(553)	(906)	(1.461)	(7)	(6)	(178)	(2.435)	(2.763)	(194)	(309)	-	-	-	(8.812)
Transferências	1.873	1.360	12.865	2.495	131	13.860	550		1.052	1.052			(35.238)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.404	82.019	207.804	30.058	26.855	230.168	23.675	1.776	18.238	9.315	5.778	13.387	107.222	761.699
Taxas médias de depreciação		4%	8,6%	28,4%	15%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%		-

Eternit										Eternit	S.A. con	ıpanhia Abert	a - CNPJ nº 61.0	092.037/0001-
continuação	(PLICATIVAS ÀS	DEMONSTRAC	ÕES EINANCI	FIDAS - EVED	CÍCIO EINDO	EM 21 DE DEZ	EMBRO DE 2	014 (Em milhar	os do roois	P\$ exects quar	ada da autra fa	rma indicado)	_	
NOTAS EX	IFLICATIVAS AS	DEMONSTRAÇ	OLS FINANCI	LINAS - EXEN	CICIO FINDO	LINI 31 DE DEZ		`	es de leais -	nφ, excelo qual	ido de odira io	ima mulcado)		
			Máguinas		Ferra-		Consc	olidado Veículos		Equipa-			Imobili-	
		Edifícios e	e equipa-	Máquinas	mentas			fora de	Móveis e	mentos de	Remonte	Recursos	zações em	
Depreciação acumulada	Terrenos	<u>benfeitorias</u>	mentos	de extração	e moldes	<u>Instalações</u>	<u>Veículos</u>	estrada	utensílios	informática	da mina	minerais	andamento	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	-	(46.226)	(101.538)		(17.535)	(147.493)	(11.861)	(3.856)	(7.550)	(5.840)	(825)	(2.879)	-	(360.637)
Adições	-	(1.755)	(4.424)	(4.028)	(2.645)	(11.046)	(5.731)	(185)	(1.515)		(494)	(696)	-	(33.204)
Baixas	-	-	762	-	207	124	912	-	535	307	-	-	-	2.847
Transferências			29						(29)					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(47.981)	(105.171)	(19.062)	(19.973)	(158.415)	(16.680)	(4.041)	(8.559)	(6.218)	(1.319)	(3.575)	-	(390.994)
Adições	-	(1.752)	(6.311)	(4.491)	(2.369)	(11.925)	(5.561)	(180)	(1.575)		(231)	(696)	-	(35.887)
Baixas	-	565	703	7	4	173	2.334	2.617	161	302	-	-	-	6.866
Transferências			28			(30)			(2)	4				
Saldos em 31 de dezembro de 2014		(49.168)	(110.751)	(23.546)	(22.338)	(170.197)	(19.907)	(1.604)	(9.975)	(6.708)	(1.550)	(4.271)		(420.015)
Valor residual														
Em 01 de janeiro de 2013	4.084	34.359	79.954	9.576	8.944	60.905	13.190	424	7.816	1.674	4.953	10.508	16.070	252.457
Em 31 de dezembro de 2013	4.084	33.559	90.602	8.508	6.750	57.979	8.025	498	8.769	2.235	4.459	9.812	43.784	279.064
Em 31 de dezembro de 2014	5.404	32.851	97.053	6.512	4.517	59.971	3.768	172	8.263	2.607	4.228	9.116	107.222	341.684
Em razão de processos judiciais, a controla 12. INTANGÍVEL Política contábil		9		· · ·	31/12/2	Controladora 2014 31/12/20	C	onsolidado 014 31/12/20	g) Os 13 espera	pagamentos a	a seguir apr		epresentam as r da obrigação	
Intangível				de pagamento	do				benend	no definido:	0		0	!!
Ativos intangíveis com vida útil definida ad	quiridos separada	mente são regis		circulante:		- 11.0	200	- 17.6	60			ntroladora		solidado
ao custo, deduzido da amortização e das p					•						31/12/201	14 <u>31/12/20</u>	<u>13</u> <u>31/12/2014</u>	31/12/2013
acumuladas. A amortização é reconhecio							490 11.			dos próximos	0.5			
estimada dos ativos. A vida útil estimada e			isados 0010								2.5			
no fim de cada exercício, e o efeito de o	quaisquer mudanç	as nas estima	tivas é 2018			54				e 5 anos	9.47			
contabilizado prospectivamente. Ativos intar	ngíveis com vida út	til indefinida adq	uiridos 2019							e 10 anos	9.2			
separadamente são registrados ao custo, de	eduzido das perda	s por redução a	o valor			5 .129 14.0	368 <u>38.</u> 9	<u>978</u> <u>25.7</u>	<u>99</u> Após 10) anos	9.04			
recuperável acumuladas.						réstimos os qua					30.24	41 25.8	84 45.331	38.388
Ágio			não fir	nanceiras pelos	quais estão e	em conformidad	e em 31 de de	zembro de 201	^{4.} II) Plan	o de suplemen	tação de anos	sentadoria		
O ágio resultante de uma combinação de ne	egócios é demons	trado ao custo r	na data	DIO 4 OÕEO O	OM DECCO.								ncia complemen	ntar aberto con
da combinação do negócio, líquido da perd				BRIGAÇÕES C	OW PESSOA	L							te autorizada. A	
Para fins de teste de redução no valor recup						Controladora		onsolidado					dores na modali	
das unidades geradoras de caixa do Grup					<u>31/12/2</u>			<u>014</u> <u>31/12/20</u>					de contribuição d	
caixa) que irão se beneficiar das sinergias o	da combinação.	0	Férias	;	7	'.843 6.7	760 15. 0	077 12.9		o registrada em			ao oobaiqao e	
As unidades geradoras de caixa às qua		cado são subn		ipação nos lucr	os e								2014 e 2013, o	Gruno e seu
anualmente a teste de redução no valor				tados (a)	2	2. 381 3.7	704 8. 0	671 10.1					dos planos de	
quando houver indicação de que a unidad			o valor Fundo	de garantia po					montan	antes eletuaran tes a seguir:	. John bulções	s, para custer	, ada piarida de	bonenolos, 110
recuperável. Se o valor recuperável da unid			raue o temp	o de serviço - F		555	593 1. 0	011 1.0	08	too a beguii.	Cor	ntroladora	Cons	solidado
valor contábil, a perda por redução no valo			_{ilocada} Institu	to nacional do s									13 31/12/2014	
para reduzir o valor contábil de qualquer ág				ıl - INSS	1	.951 1.8	348 3. 4	476 3.3	67 Contrib	uições efetuada		31/12/20	31/12/2014	. <u>51/12/2013</u>
aos outros ativos da unidade, proporcional				S					09	uições eletuada: ercício findo em:	s 1.44	44 3.0	17 4.081	3.864
seus ativos. Qualquer perda por redução no					12	2.738 12.9	980 28.	657 28.0	<u>09</u>	noidio inido em:	1.44	3.0	4.081	3.004
diretemente ne recultado de evercício				Grupo concede	narticinação	nos lucros e r	esultados a se	eus colaborado	res 10 DAT	BIMÔNIO LÍOU	IIDO			

diretamente no	resultado do	exercício.		·	-	
Redução ao va	lor recuperá	vel de ativo	s tangíveis	e intangíveis,	excluindo	o ágio.

	canva man	nero 11.	Con	troladora		
	_		Software			
			em	,		
Custo	Sc	oftware	andament	o Outros		Total
Saldo em 01 de janei	iro —					
de 2013		7.185		-	11	7.196
Adições	_	45	2.84	4		2.889
Saldo em 31 de deze	embro					
de 2013		7.230	2.84	4	11	10.085
Adições		133	2.61	2	-	2.745
Transferências		3.756	(3.75	6)		
Saldo em 31 de						
dezembro de 2014		11.119	1.70	00	<u>11</u>	12.830
Vida útil (em anos)		5		-		
Amortização						
Saldo em 01 de janei	iro					
de 2013		(4.682)		-	-	(4.682
Adições	_	` (819)		<u>-</u>		` (819
Saldo em 31 de deze	embro					
de 2013		(5.501)		-	-	(5.501
Adições		(892)		-	-	(892
Saldo em 31 de						,
dezembro de 2014		(6.393)		-	-	(6.393
Valor residual						,
Saldo em 01 de janei	iro					
de 2013		2.503			11	2.514
Saldo em 31 de deze	embro					
de 2013		1.729	2.84	·4	11	4.584
Saldo em 31 de						
dezembro de 2014		4.726	1.70	10 ·	11	6.437
			Conso	Software		
			Marcas e	em		
Custo	Software	Ágio		andamento	Outros	Total
Saldo em 01 de			<u> parternite e</u>			
janeiro de 2013					75	34.369
IAUERO DE ZULS	13 143	19 995	1 156	_		
		19.995	1.156 260	3 636	75 -	
Adições	325	5 -	260	3.636 (792)	/5 - -	4.221
Ádições Transferências		5 -		3.636 (792)	-	
Ádições Transferências Saldo em 31 de	325 792	5 - 2	260 	(792)	-	4.221
Ádições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013	325 792 14.260	19.995	260	<u>(792)</u> 2.844	75 - - 75	38.590
Ádições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições	325 792 14.260 552	19.995	260 	2.844 3.211	75 -	38.590
Ádições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências	325 792 14.260	19.995	260 	<u>(792)</u> 2.844	75 -	38.590
Ádições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de	325 792 14.260 552 4.35 5	19.995 2 -	260 	2.844 3.211 (4.355)	75 -	38.590 3.763
Ádições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014	325 792 14.260 552 4.355 19.167	19.995 19.995 19.995	260 	2.844 3.211	75 -	38.590 3.763
Ádições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos)	325 792 14.260 552 4.35 5	19.995 19.995 19.995	260 	2.844 3.211 (4.355)	75 -	38.590 3.763
Ádições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização	325 792 14.260 552 4.355 19.167	19.995 19.995 19.995	260 	2.844 3.211 (4.355)	75 -	38.590 3.763
Ádições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de	325 792 14.260 552 4.355 19.167	19.995 19.995 19.995	260 	2.844 3.211 (4.355)	75 - - - 75	38.590 3.763
Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013	325 792 14.260 552 4.355 19.167	5 - 2	260 	2.844 3.211 (4.355)	75 -	4.221 38.590 3.763 42.353
Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições	325 792 14.260 552 4.355 19.167	5 - 2	260 	2.844 3.211 (4.355)	75 - - - 75	4.221 38.590 3.763 42.353
Ádições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de	325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328 (1.585	19.995 2	260 	2.844 3.211 (4.355)	75 - - - - - (1)	4.221 38.590 3.763 42.353 - (8.329 (1.585
Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013	325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.326 (1.585) (9.913	19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995	260 	2.844 3.211 (4.355)	75 - - - - - (1)	38.590 3.763 - 42.353 - (8.329 (1.585)
Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições	325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328 (1.585	19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995	260 	2.844 3.211 (4.355)	75 - - - - - (1)	38.590 3.763 42.353 (8.329 (1.585)
Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de	325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328 (1.585 (9.913 (1.817	19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995	260 	2.844 3.211 (4.355)	75 - - - - - (1)	4.221 38.590 3.763 42.353 (8.329 (1.585 (9.914 (1.817
Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2014	325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328 (1.585 (9.913 (1.817	19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995	260 	2.844 3.211 (4.355)	75 - - - - - (1)	4.221 38.590 3.763 42.353 (8.329 (1.585 (9.914 (1.817
Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2014	325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328 (1.585 (9.913 (1.817	19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995	260 	2.844 3.211 (4.355)	75 - - - - - (1)	4.221 38.590 3.763 42.353 (8.329 (1.585 (9.914 (1.817
Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2014 Valor residual Saldo em 01 de	325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328 (1.585 (9.913 (1.817	19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995	260 	2.844 3.211 (4.355)	75 - - - - - (1) - (1)	4.221 38.590 3.763 42.353 (8.329 (1.585 (9.914 (1.817
Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Saldo em 31 de dezembro de 2014 Valor residual	325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328 (1.585 (9.913 (1.817	19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995	260 	2.844 3.211 (4.355)	75 - - - - - (1) - (1)	4.221 38.590 3.763 - 42.353 - (8.329 (1.585 (9.914 (1.817
Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2014 Valor residual Saldo em 01 de	325 792 14.260 552 4.355 19.167 5 (8.328 (1.585 (9.913 (1.817	19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995	260 1.416 1.416 1.416	2.844 3.211 (4.355)	75 	4.221 38.590 3.763 - 42.353 - (8.329 (1.585 (9.914 (1.817
Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Transferências Saldo em 31 de dezembro de 2014 Vida útil (em anos) Amortização Saldo em 01 de janeiro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2014 Valor residual Saldo em 01 de janeiro de 2014 Saldo em 01 de	325 792 14.260 552 4.355 19.167 (8.328 (1.585 (9.913 (1.817 (11.730	19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995 19.995	260 1.416 1.416 1.416 1.156	2.844 3.211 (4.355) 1.700	75 	4.221 38.590 3.763 42.353 - (8.329 (1.585

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS Política contábil

dezembro de 2014

13. FORNECEDORES

(-) Ajuste valor presente (mercado interno/externo)

Mercado interno

Mercado externo

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

7.437 <u>19.995</u> <u>1.416</u>

31/12/2014

20.528

22.858

2.330

Controladora

31/12/2013

15.718

6.947

22.444

(221)

	Taxa					04 - - -
	de juros e	Contro	ladora	Consc	lidado	01 de janeiro de
Circulante:	comissões - %	2014	2013	2014	2013	Custo dos juros o Benefícios pagos
Moeda nacional para	De 1,14% a					Ajuste de experié
aquisição de máquinas	10% a.a.					31 de dezembro
e equipamentos	+ TJLP	1.225	628	6.595	6.072	f) Análise de se
Moeda estrangeira para						i) Allalise de Se
aquisição de máquinas	De 1,03% a					
e equipamentos	3,56% a.a.	1.841	8.316	13.255	10.854	
Moeda nacional (leasing						
financeiro) para aquisição						
de veículo	1,23% a.a.	-	-	363	-	
Moeda nacional para capita						Impacto na
de giro	100% CDI	-	-	10.391	-	obrigação com
Moeda estrangeira para						benefício líquid
capital de giro (ACE -						Variação
Adiantamento de Contrato						variação
de Exportação)	1,68% a.a.			<u>58.342</u>	<u>39.955</u>	
		3.066	8.944	88.946	56.881	
lão circulante:						
Moeda nacional para	De 1,14% a					
aquisição de máquinas	10% a.a.					
e equipamentos	+ TJLP	3.409	1.750	8.254	11.566	Impacto na
Moeda estrangeira para						obrigação com
aquisição de máquinas	De 1,03% a					benefício líquida
e equipamentos	3,56% a.a.	1.720	12.618	30.491	14.233	Variação
Moeda nacional (leasing						•
financeiro) para aquisição						A análise de
de veículo	1,23% a.a.			233		mais significativ
		5.129	14.368	<u>38.978</u>	<u>25.799</u>	das obrigações.

articipação nos lucros e				
resultados (a)	2.381	3.704	8.671	10.145
undo de garantia por				
tempo de serviço - FGTS	555	593	1.011	1.008
stituto nacional do seguro				
social - INSS	1.951	1.848	3.476	3.367
Outros	8	75	422	509
_	12.738	12.980	28.657	28.009
a) O Grupo concede partic	ipação nos luc	ros e resultad	los a seus col	aboradores,
sendo o valor destinado				
com as empresas do Gr	rupo. A seguir,	os valores re	gistrados de d	espesas de
participação nos lucros e	resultados:			

Participação nos lucros e resultados 31/12/2014 31/12/2013 Controladora 4.269 11.117 13.168 Consolidado

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇOES A RECOLHER								
	Contro	ladora	Conso	lidado				
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013				
Circulante:								
Tributos sobre o lucro								
Imposto de renda pesso	a							
jurídica - IRPJ	-	863	8.923	12.242				
Contribuição social sobre	Э							
lucro líquido - CSLL	-	-	1.751	2.432				
Demais tributos								
Imposto sobre circulari-								
zação de mercadorias								
e serviços - ICMS	6.162	6.304	9.026	9.372				
Imposto sobre produtos								
Industrializados - IPI	2.345	1.824	2.686	2.107				
Contribuição para finan-								
ciamento da segurida-								
de social - COFINS	1.408	1.405	2.274	3.258				
Programa de integração		004	40-	200				
social - PIS	280	281	467	683				
Impostos de renda retido		4 004	0.400	1 0 10				
na fonte - IRRF	1.394	1.331	2.128	1.943				
Contribuição financeira								
de compensação de			1.413	4 545				
recursos minerais Outros	-	010		1.515				
Total circulante	<u>277</u> 11.866	218 12.226	<u>513</u> 29.181	463 34.015				
Não circulante:	11.000	12.220	29.101	34.015				
Imposto sobre circulariza-								
ção de mercadorias e								
serviços - ICMS (*)	7.787	7.697	10.605	9.432				
(*) ICMS originado pelo				PRODUZIR e				
DESENVOLVE na cor								
também FUNDOPEM e				i lecoli collo				
rambem rondor Livi e	,	a controlada 1	oguia.					

17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS

Política contábil

Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

I) Benefícios futuros de saúde

74 30.622

31/12/2013 31.977

7.570

39.293

benefício

31 de dezembro de 2013

Consolidado

1.700

31/12/2014

39.408

2.743

42.151

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde d) Dividendos (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os Os dividendos propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram cálculos são revisados em bases anuais.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor benefícios

	31/12/2014	31/12/2013				
Taxa anual de juro atuarial real	6,09%	6,32%				
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%				
Taxa anual de inflação projetada	6,49%	5,80%				
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000				
b) Passivo de plano de benefício futuro a ex-empregados						

Controladora Consolidado 31/12/2013 31/12/2014 31/12/2014 Circulante 2.511 2.174 3.677

	30.241	25.884	45.331	38.388		
c) Despesa líquida com benefício em 2014 (reconhecida no resultado)						
	Controladora		Conso	lidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Custo dos juros e serviços						
corrente	3.232	1.813	4.793	3.049		
Benefícios pagos	(2.452)	(2.209)	(4.377)	(4.209)		
Resultado líquido com						

<u>23.710</u>

<u>(396</u>)

<u>416</u>

21.967

d) As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são: Controladora Consolidado Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2013 22 363 32 029 Custo dos juros e serviços corrente 1.813 3.049 Benefícios pagos (2.209)(4.209) Obrigações de benefícios definidos em

780

Custo dos juros e serviços corrente	3.232	4.793			
Benefícios pagos	(2.452)	(4.377)			
Obrigações de benefícios definidos em					
31 de dezembro de 2014	22.747	31.285			
e) Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2014					
	<u>Controladora</u>	Consolidado			
01 de janeiro de 2014	25.884	38.388			
Custo dos juros e servicos corrente	3,232	4.793			

Benefícios pagos (2.452)(4.377)Ajuste de experiência 3.578 6.527 31 de dezembro de 2014 <u>30.241</u> <u>45.331</u> f) Análise de sensibilidade: Controladora Sensibilidade da taxa Sensibilidade do crescimento

	de juros sobre as obrigações calculadas			de custos médios sobre as obrigações calculadas			
	_	Aumento	Redução		Aumento	Redução	
	Real	1%	1%	Real	1%	1%	
Impacto na obrigação com							
benefício líquida	30.241	27.747	32.999	30.241	32.889	27.934	
Variação		<u>(8,25%</u>)	9,12%		<u>8,76%</u>	<u>(7,63%</u>)	
		Cons					
	Sensibilidade da taxa			Sensibilidade do crescimento			
	de juros sobre as obrigações calculadas				itos médios gações cale		
		Aumento	Redução		Aumento	Redução	
	Real	1%	1%	Real_	1%	1%	
Impacto na obrigação com							
benefício líquida Variação	45.331	41.599 (8,23%)	49.558 9,32%	45.331	49.421 9,02 %	41.810 (7,77%)	
variação		<u>(0,23 /6)</u>	<u> </u>		<u> </u>	<u>(1,11/6</u>)	

	Contro	nauora	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Dentro dos próximos				
12 meses	2.511	2.174	3.677	3.224
Entre 2 e 5 anos	9.472	7.543	14.458	11.188
Entre 5 e 10 anos	9.213	7.519	13.499	11.152
Após 10 anos	9.045	8.648	13.697	12.824
	30.241	25.884	45.331	38.388

	Controladora		Consc	niuauu
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Contribuições efetuadas no exercício findo em:	1.444	3.017	4.081	3.864

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 334.251.

Em 24 de setembro de 2014 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária e foi deliberado o desdobramento das ações ordinárias da Companhia. Em 25 de setembro de 2014 cada 1 (uma) ação emitida pela Companhia passou a ser representada por 2 (duas) ações da mesma espécie e sem modificação do capital social. As 89.500.000 ações passaram a ser representadas por 179.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, e era distribuído como segue na data de 31 de dezembro de 2014:

	31/12/2014		31/12	<u>/2013 </u>
Composição acionária	Acionistas	Ações	<u>Acionistas</u>	Ações
Pessoas físicas	9.012	116.445.329	7.866	54.545.407
Pessoas jurídicas	94	3.102.086	97	1.619.554
Pessoas residentes no				
exterior	137	18.680.383	146	11.422.700
Clubes, fundos e fundaçõe	s114	40.713.470	131	21.882.973
	9.357	178.941.268	8.240	89.470.634
Ações em tesouraria		58.732		29.366
	9.357	<u>179.000.000</u>	8.240	89.500.000

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de $\ensuremath{\mathsf{R\$}}\xspace$ 1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

b) Ações em tesouraria Em 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado das ações em tesouraria era de

R\$ 95 (R\$ 257 em 31 de dezembro de 2013).

c) Resultado por ação A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o

lucro básico e diluído por ação. Controladora

		31/12/2014	31/12/2013
	Efeito da diluição Lucro líquido do período atribuível aos minoritários Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias	85.159	102.254
	das ações ordinárias em tesouraria	178.941	89.471
	Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,48	1.14
ı	Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser con	siderado no cálcu	llo anterior.

31/12/2013

3.861

<u>(1.160</u>)

30.869

os seguintes: Início de Valor por

Evento	pagamento	Valor total	ação - R\$
RCA (*) de 07 de maio de 2014	28/05/2014	11.900	0,133
RCA (*) de 06 de agosto de 2014	27/08/2014	11.899	0,133
RCA (*) de 05 de novembro de 2014	27/11/2014	11.900	0,067
RCA (*) de 11 de março de 2015	31/03/2015	11.989	0,067
		47.688	
(*) RCA - Reunião do Conselho de A			

e) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio propostos para o exercício findo em 31 de dezembro

de 2014 foram: Início de Valor por

Evento	pagamento	valor total	ação - na
RCA (*) de 07 de maio de 2014	28/05/2014	5.994	0,067
RCA (*) de 06 de agosto de 2014	27/08/2014	5.995	0,067
RCA (*) de 05 de novembro de 2014	4 27/11/2014	5.995	0,034
RCA (*) de 19 de dezembro de 2014	4 31/03/2015	5.905	0,033
		23.889	
*) RCA - Reunião do Conselho de A			

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2014, representa:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	
Juros sobre capital próprio	5.204	4.639	
Dividendos	11.989	12.436	
Proventos de exercícios anteriores	703	806	
	17.897	17.881	
f) Destinação do resultado do exercício			
,	Controladora e	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	
Lucro líquido do exercício	85.159	102.254	
Constituição de Reservas			
Legal	(4.258)	(5.113)	
Estatutária (i)	(4.258)	(5.113)	
Subvenção de Investimento	-	(754)	
Retenção de lucros	(5.066)	(19.697)	
Lucro disponível	71.577	71.577	
Dividendos propostos e pagos	47.688	48.851	
Juros sobre capital próprio propostos e pagos	23.889	22.726	

Valor dos dividendos mínimos obrigatórios 19.161 23.007 (i) Conforme disposto no Estatuto Social, a reserva estatutária será destinada à manutenção do capital de giro da sociedade, até atingir 10% do capital social.

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, consequentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção do lucro líquido remanescente do exercício de 2014, no montante de R\$ 5.066, totalizando em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 102.603 na rubrica "Reserva de retenção

g) Orçamento de capital - aplicação de recursos

rojetos - 2015	
Manutenção e atualização do parque industrial	29.557
Instalação de unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção	
de insumos para materiais de construção	4.625
Investimento estratégico	5.608
-	39.790

19. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

Política contábil A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo as premissas As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição

custos que as subvenções pretendem compensar Tégula - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir

A empresa Tégula Soluções para Telhados possui beneficio fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no munícipio de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 6.875 com um prazo para obter o beneficio até 31/12/2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o valor do benefício totalizou R\$ 971 (R\$ 898 em 31 de dezembro de 2013). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Precon - Subvenção para investimento - Agência de Fomento Goiás S.A. empresa do Estado de Goiás - FOMENTAR

A Precon Goiás Industrial Ltda. possui o beneficio fiscal de redução de 70% sobre o i) Na área trabalhista os principais processos contemplam: ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 31.880, com um prazo para obter o beneficio até 31/12/2020.

No exercício de 2014 o valor do benefício totalizou R\$ 3.457 (R\$ 2.439 em 31 de dezembro de 2013. O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Companhia se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade. Eternit - Subvenção para investimento - Superintendência do Desenvolvimento

do Nordeste (SUDENE) A Companhia possui o benefício de redução de 75% do Imposto de Renda e

adicionais não Restituíveis com base no Lucro da Exploração em favor da Eternit S.A. O prazo do benefício expira no ano calendário 2020.

O histórico das leis e concessão do benefício fiscal relacionados a cada um dos Saldo em 01 de janeiro de 2013 programas mencionados nesta nota explicativa foram divulgados pela administração nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada ndividualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacior com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

_	Contro	Controladora		olidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Lucro antes do imposto de						
renda e da contribuição						
social	86.401	99.734	130.084	142.229		
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%		
Imposto de renda e contribui	ção					
social, a alíquotas nominais	(29.376)	(33.910)	(44.228)	(48.357)		
Efeito do IRPJ e da CSLL						
sobre as diferenças						
permanentes:						
Resultado de equivalência						
patrimonial	21.683	25.930	(4.650)	(2.116)		
Juros sobre o capital própri		5.918	8.122	7.727		
Doações e brindes	(485)	(158)	(2.048)	(904)		
Tributos e multas indedutíve	,	(28)	(98)	(152)		
Incentivo fiscal	32	51	692	714		
Outras (adições) exclusões						
sobre diferenças						
permanentes _	687	4.717	<u>(2.715</u>)	<u>3.115</u>		
Imposto de renda e						
contribuição social no						
resultado ₌	<u>(1.242</u>)	2.520	<u>(44.924</u>)	<u>(39.973</u>)		
Taxa Efetiva	-1,4%	2,5%	-34,5%	-28,1%		
A composição da despesa o	om impoeto	da randa a con	tribuição eocia	l anrecentada		

nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 encontra-se resumida a seguir:

	Control	ladora	Conso	<u>lidado</u>
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contri- buição social corrente Imposto de renda e contri-	(858)	472	(41.309)	(41.489)
buição social diferidos	(384)	2.048	(3.615)	1.516
	(1.242)	2.520	(44.924)	(39.973)
A Administração optou por	não antecipa	r os efeitos do	novo regime	tributário em

2014 visto que entende que não há impacto relevante nas demonstrações financeiras

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	<u>Controladora</u> Consolida			olidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízos fiscais e base				
de cálculo negativa de				
contribuição social	5.108	5.483	14.779	15.154
Benefícios futuros a				
ex-empregados	10.282	8.800	15.413	13.052
Provisão para riscos				
tributários, cíveis e				
trabalhistas	8.059	7.682	16.773	15.485
Lucros não realizados nos				
estoques	-	-	2.392	2.348
Provisão para perdas no				
recebimento de créditos	-	-	703	610
Provisão para participação				
nos lucros e resultados	810	1.259	1.972	2.811
Provisão para perda do				
imobilizado	1.750	1.750	1.750	1.750
Mercadorias não embarcad		-	-	2.271
Outras provisões	<u>(1.259</u>)	<u>(937)</u>	(48 <u>3</u>)	<u> 1.631</u>
	<u>24.750</u>	24.037	53.299	55.112

Expectativa de realização dos créditos tributários i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

e base negativa encontra-se demonstrada a segui	r:	
	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2014
2015	552	1.456
2016	331	897
2017	659	1.56 7
2018	659	1.689
2019 a 2024	2.907	9.170
	5 108	1/1 770

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro de 2014, tinha saldo de prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 32.582 e saldo de base negativa de contribuição social de R\$ 32.733, para os quais não foram constituídos impostos diferidos, em virtude de não haver, até 31 de dezembro de 2014, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

ii) Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos de renda e contribuições sociais diferidas decorrentes das diferenças temporárias, será

realizado conforme a seguir:		
	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2014
2015	3.862	5.606
2016	1.768	4.334
2017	1.768	3.819
2018	1.768	5.323
2019 a 2024	10.476	19.438
	19.642	38.520

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante 23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

social sobre o lucro

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais. A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

· ·	Contro	oladora	Consc	olidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Processos trabalhistas (i)	20.258	19.780	29.225	29.219
Processos cíveis	-	-	4.930	4.397
Processos tributários (ii)	5.968	5.335	25.394	21.043
	26.226	25.115	59.549	54.659

Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias entre outras.

ii) Na área tributária os principais processos englobam:

Diferença de valores recolhidos a título de ICMS; e

Saldo em 31 de dezembro de 2013

Adições

Reversões

Saldo em 31 de

dezembro de 2014

Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

Provisões

Trabalhistas

3.678

(1.112)

19.780

Controladora

Provisões

Tributárias

1.918

(2.026)

5.335

(3.614)

25.394

22.657

5.596

(3.138)

25.115

59.549

	3.973	1.266	5.239
	(1.801)	-	(1.801)
	(1.694)	(633)	(2.327)
de 2014	20.258	5.968	26.226
	Conso	lidado	
Provisões	Provisões	Provisões	
trabalhistas	cíveis	tributárias	Total
26.321	4.346	20.449	51.116
5.546	508	3.650	9.704
(168)	-	-	(168)
(2.480)	(457)	(3.056)	(5.993)
29.219	4.397	21.043	54.659
5.557	533	8.353	14.443
(1.801)	-	(388)	(2.189)
	Provisões trabalhistas 26.321 5.546 (168) (2.480) 29.219 5.557	(1.801) (1.694) (1.694) (1.694) (1.694) (1.694) (1.694) (1.694) (1.694) (1.694) (1.694) (1.695) (1.695) (1.695) (1.695) (1.695) (1.695) (1.695)	(1.801) (-1.694) (633) (1.694) (633) (1.694) (633) (1.694)

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível

Em 31 de dezembro de 2014, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 10.863 (R\$ 9.714 em 31 de dezembro de 2013), portanto, não fo registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos

4.930

(3.750)

29.225

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e os valores não são mensuráveis até a presente data:

Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas.

Ações civis públicas consumeristas nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados. Ação de Improbidade Administrativa relacionada à Compensação Financeira

pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza. d) Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo

Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA. e) Em 2013 e 2014, duas acões civis publicadas contra a Companhia foram

ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) no Estado de São Paulo e Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional. Nos pedidos de cada ação, inclui o pleito ao pagamento de R\$ 1 bilhão a título de danos morais coletivos a ser depositado a entidades ou projetos a serem indicados pelo Ministério Público do Trabalho ou destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Paralelamente a estas acões a ABREA também ingressor com duas ações distribuídas por dependência perante a Vara do Trabalho de São Paulo e Vara do Trabalho do Rio de Janeiro por tratar dos mesmos fatos questionados na ação acima. A defesa foi apresentada e aguarda julgamento de

O Grupo efetua depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

 O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos

• O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade: e

• Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem se mensurados com confiabilidade.

Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou servicos não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	Contro	ladora	Consc	olidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta de vendas	680.030	684.554	1.235.017	1.219.671
Descontos e abatimentos incondicionais Impostos incidentes sobre	(2.992)	(3.438)	(3.178)	(3.602)
as vendas	(169.373)	(172.591)	(253.685)	(258.768)
Receita operacional líquida	507.665	508.525	<u>978.154</u>	<u>957.301</u>

	Contro	ladora	Consc	lidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos produtos e				
mercadorias vendidas	(370.995)	(372.752)	(593.879)	(575.877)
Despesas com vendas	(59.715)	(59.097)	(116.528)	(116.734)
Despesas gerais,				
administrativas e				
remuneração da				
Administração	(52.083)	(54.697)	(122.465)	(113.349)
_	(482.793)	(486.546)	(832.872)	(805.960)
Matéria-prima consumida	(257.513)	(259.318)	(409.669)	(395.647)
(-) Ajuste a valor presente	` 1.341 [´]	2.244	` 1.952 [´]	2.670
Despesas com pessoal e				
encargos	(105.668)	(108.252)	(164.861)	(165.186)
Materiais, energia elétrica				
e serviços	(32.814)	(41.784)	(45.683)	(56.933)
Aluguel de bens móveis	(7.134)	(7.768)	(11.810)	(9.790)
Despesas de vendas				
variáveis	(10.294)	(9.018)	(38.671)	(38.110)
Depreciação e amortização	(11.995)	(11.075)	(37.704)	(34.789)
Despesas com viagens	(5.159)	(6.177)	(8.727)	(10.459)
Despesas com materiais				
e serviços informática	(3.923)	(3.707)	(6.669)	(6.328)
Serviços de terceiros	(20.528)	(16.049)	(52.644)	(44.051)
Comissões sobre vendas	(12.000)	(11.094)	(21.085)	(19.886)
Contribuição para entidades				
de classe	(3.558)	(1.918)	(14.800)	(7.897)
Propaganda e publicidade	(9.359)	(7.932)	(12.266)	(9.898)
Impostos e taxas	(1.918)	(2.005)	(3.977)	(3.305)
Despesa provisão para	(055)	(407)	(4.444)	(0.45)
crédito liquidação duvidosa		(407)	(1.444)	(945)
Outras _	(1.616)	(2.286)	(4.814)	(5.406)
=	(482.793)	<u>(486.546</u>)	<u>(832.872</u>)	<u>(805.960</u>)
			(

24. OUTRAS RECEITAS/D	ESPESAS O	PERACIONAIS	S LÍQUIDAS	
	Contro	ladora	Consc	lidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Outras receitas				
operacionais:				
Vendas bens de				
imobilizado	577	354	1.488	470
Receitas eventuais	328	2.324	669	5.179
Aluguéis	-	-	3.017	3.042
Créditos Extemporâneos	3.759	6.758	3.759	6.758
Fundo FI - Previdência				
Privada (i)	1.446	4.153	1.446	4.153
Outras	354	182	1.250	183
	6.464	13.771	11.629	<u>19.785</u>
Outras despesas				
operacionais:				
Provisão para riscos				
tributários cíveis e	(014)	(0.000)	(0.000)	(0.000)
trabalhistas	(914)	(3.038)	(2.080)	(3.038)
Provisão para benefícios	(2.040)	(0.500)	(4.670)	(4.054)
futuros a ex-empregados	(3.249)	(2.530)	(4.672)	(4.254)
Impostos sobre outras vendas	(256)	(427)	(938)	(1.150)
Garantia de gualidade	(515)	(42 7) (615)	(936) (768)	(776)
Substituição de produto	(515)	(615)	(700)	(776)
avariado	(685)	(434)	(685)	(434)
Gastos com indenizações	(665)	(434)	(665)	(434)
trabalhistas e cíveis	(1.203)	(1.173)	(1.679)	(1.518)
Custo da baixa do	(1.203)	(1.173)	(1.079)	(1.516)
imobilizado	(172)	(289)	(410)	(325)
Outras	(2.755)	(1.972)	(4.207)	(10.161)
outras .	(9.749)	(10.478)	(15.439)	(21.656)
Total	(3.285)	3.293	(3.810)	(1.871)
(i) Crédito compensado de				
(i) Credito Compensado de				

constituído no desligamento de colaboradores conforme políticas da Companhia.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS **Política**

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo

m o		Contro	ladora	Consc	lidado
u	31	/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
le	Receitas financeiras:				
	Rendimentos aplicação				
s le	financeiras - incluindo				
е	certificados de depósitos				
	bancários	2.194	2.241	5.027	4.719
S	Descontos obtidos	110	395	188	524
	Juros ativos	6.748	6.855	10.526	10.355
	Variações monetárias ativas	2.886	726	2.961	759
	Variações cambiais ativas	8.794	6.670	36.166	31.075
	Outras receitas				
	financeiras			<u>95</u>	103
r,		20.732	16.887	54.962	47.535
u	Despesas financeiras:				
le	Juros sobre financiamentos	(320)	(288)	(854)	(722)
	Juros sobre mútuo	(3.123)	(2.183)	-	-
S	Juros passivos	(1.810)	(2.442)	(4.267)	(5.656)
	Despesas bancárias	(1.096)	(986)	(1.351)	(1.255)
S	Descontos concedidos	(879)	(931)	(2.045)	(2.234)
е	IOF	(437)	(322)	(1.045)	(539)
	PIS e COFINS - Juros sobre				
	capital próprio	(378)	(491)	(383)	(491)
er	Variações cambiais passivas	(9.119)	(8.818)	(36.744)	(32.348)
	Variações monetárias	(2.197)	(1.956)	(5.266)	(4.674)
	Outras	(331)	(275)	<u>(719</u>)	(634)
S		(19.692)	<u>(18.692</u>)	<u>(52.674</u>)	<u>(48.553</u>)
ıa	Resultado financeiro	4.046	(4.05=)		(4.0:-)
s,	líquido	1.040	(1.80 <u>5</u>)	2.288	(1.018)

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Administração definiu como segmentos operacionais Fibrocimento. Mineral Crisotila e Telhas de Concreto, assim como área geográfica de atuação. As informações apresentadas nas colunas outros referem-se a gastos não diretamente atribuíveis aos seamentos de Fibrocimento, Mineral Crisolita e Telhas de Concreto como, por exemplo, revenda de louças, mármore sintético, aquecedor solar, entre outros.

Os segmentos operacionais definidos pela alta Administração estão demonstrados

013 671	a seguir:	Controladora e Consolidado
	Descrição	Área geográfica
602)	Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste
	Mineral crisotila	Mercados local e externo
<u>768</u>)	Telhas de concreto	Mercado local
<u>301</u>	Outros	Mercado local

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são as seguintes:

					1/ 12/2017			
					Lucro (prejuízo)			
	Ativo total	Passivo	Receita líquida	Lucro bruto	antes dos impostos	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
			<u> </u>					
Sudeste	236.354	41.232	95.102	25.428	5.890	2.768	258	(812)
Sul	42.586	50.117	144.017	38.869	9.283	4.832	392	(1.229)
Centro-Oeste	70.436	59.972	219.122	62.391	17.227	3.124	596	(1.870)
Norte e Nordeste	24.519	33.852	95.878	25.793	6.097	1.891	261	(818)
	373.896	185.173	554.119	152.481	38.497	12.615	1.507	(4.728)
Mercado local	280.938	92.180	141.996	123.866	82.555	19.245	888	(16.859)
Mercado externo			<u>174.750</u>	76.828	25.987		1.093	(20.748)
	280.938	92.180	316.746	200.694	108.542	19.245	1.980	(37.606)
Mercado local	92.153	25.008	67.184	23.250	(2.817)	4.996	(2.016)	(1.638)
Mercado local	150.877	80.695	40.105	7.850	(14.138)	848	816	(951)
	897.864	383.056	978.154	384.275	130.084	37.704	2.288	(44.924)
	Sul Centro-Oeste Norte e Nordeste Mercado local Mercado externo Mercado local	Sudeste 236.354 Sul 42.586 Centro-Oeste 70.436 Norte e Nordeste 24.519 373.896 Mercado local 280.938 Mercado externo 280.938 Mercado local 92.153 Mercado local 150.877	Sudeste 236.354 41.232 Sul 42.586 50.117 Centro-Oeste 70.436 59.972 Norte e Nordeste 24.519 33.852 373.896 185.173 Mercado local 280.938 92.180 Mercado externo 280.938 92.180 Mercado local 92.153 25.008 Mercado local 150.877 80.695	Ativo total Passivo líquida Sudeste 236.354 41.232 95.102 Sul 42.586 50.117 144.017 Centro-Oeste 70.436 59.972 219.122 Norte e Nordeste 24.519 33.852 95.878 373.896 185.173 554.119 Mercado local 280.938 92.180 141.996 Mercado externo - - 174.750 Mercado local 92.153 25.008 67.184 Mercado local 150.877 80.695 40.105	Ativo total Passivo Iíquida bruto Sudeste 236.354 41.232 95.102 25.428 Sul 42.586 50.117 144.017 38.869 Centro-Oeste 70.436 59.972 219.122 62.391 Norte e Nordeste 24.519 33.852 95.878 25.793 373.896 185.173 554.119 152.481 Mercado local 280.938 92.180 141.996 123.866 Mercado externo - - 174.750 76.828 Mercado local 92.153 25.008 67.184 20.694 Mercado local 92.153 25.008 67.184 23.250 Mercado local 150.877 80.695 40.105 7.850	Ativo total Passivo Receita líquida Lucro bruto (prejuízo) antes dos impostos Sudeste 236.354 41.232 95.102 25.428 5.890 Sul 42.586 50.117 144.017 38.869 9.283 Centro-Oeste 70.436 59.972 219.122 62.391 17.227 Norte e Nordeste 24.519 33.852 95.878 25.793 6.097 373.896 185.173 554.119 152.481 38.497 Mercado local 280.938 92.180 141.996 123.866 82.555 Mercado externo - - 174.750 76.828 25.987 Mercado local 92.153 25.008 67.184 23.250 (2.817) Mercado local 150.877 80.695 40.105 7.850 (14.138)	Sudeste 236.354 41.232 95.102 25.428 5.890 2.768 Sul 42.586 50.117 144.017 38.869 9.283 4.832 Centro-Oeste 70.436 59.972 219.122 62.391 17.227 3.124 Norte e Nordeste 24.519 33.852 95.878 25.793 6.097 1.891 Mercado local 280.938 92.180 141.996 123.866 82.555 19.245 Mercado local 280.938 92.180 316.746 200.694 108.542 19.245 Mercado local 92.153 25.008 67.184 23.250 (2.817) 4.996 Mercado local 150.877 80.695 40.105 7.850 (14.138) 848	Sudeste 236.354 41.232 95.102 25.428 5.890 2.768 258 Sul 42.586 50.117 144.017 38.869 9.283 4.832 392 Centro-Oeste 70.436 59.972 219.122 62.391 17.227 3.124 596 Norte e Nordeste 24.519 33.852 95.878 25.793 6.097 1.891 261 373.896 185.173 554.119 152.481 38.497 12.615 1.507 Mercado local 280.938 92.180 141.996 123.866 82.555 19.245 888 Mercado externo - - 174.750 76.828 25.987 - 1.093 Mercado local 92.153 25.008 67.184 23.250 (2.817) 4.996 (2.016) Mercado local 150.877 80.695 40.105 7.850 (14.138) 848 8416

Contemplado o investimento no segmento de loucas, consolidado via equivalência patrimonial. Vide nota 9 - Investimentos

		31/12/2013							
		Ativo total	Passivo	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
Fibrocimento e cimento de fio sintético									
	Sudeste	246.494	40.269	96.077	25.322	5.971	2.438	(247)	(188)
	Sul	59.274	47.950	127.387	33.987	8.329	4.020	(328)	(249)
	Centro-Oeste	74.053	61.234	185.361	54.729	17.395	2.284	(477)	(363)
	Norte e Nordeste	28.377	31.706	85.367	22.707	5.512	1.673	(219)	(167)
		408.198	181.159	494.192	136.745	37.207	10.415	(1.271)	(967)
Mineral crisotila								, ,	` ,
	Mercado local	252.140	89.294	157.479	129.395	82.484	17.913	905	(19.079)
	Mercado externo			146.972	68.525	24.745		844	(17.806)
		252.140	89.294	304.451	197.920	107.229	17.913	1.749	(36.885)
Telhas de concreto	Mercado local	96.713	25.124	73.130	26.515	993	4.594	(1.830)	(1.445)
Outros (*)	Mercado local	76.581	31.926	85.528	20.244	(3.200)	1.867	334	(676)
Total		833.632	327.503	957.301	381.424	142.229	34.789	(1.018)	(39.973)

lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas (*) Contemplado o investimento no segmento de louças, consolidado via equivalência patrimonial. Vide nota 9 - Investimentos.

27. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros contratados pelo Grupo, sob a orientação de seus consultores de seguros, em 31 de dezembro de 2014, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Bens cobertos Modalidade cobertura Edifícios, instalações, Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros equipamentos e outros cessantes

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas informações contábeis:

Mensurados ao	Controladora		Consc	olidado
valor justo	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de				
caixa	5.711	9.516	13.367	13.295
Aplicações financeiras	15.726	9.897	35.023	35.661
Contas a receber				
mercado externo			73.753	55.521
	21.437	19.413	122.143	104.477
Mensurados ao	Contro	oladora	Consc	olidado
custo amortizado	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivos Financeiros				
Fornecedores	22.858	22.444	42.151	39.293
Empréstimos e				
financiamentos	8.195	23.312	127.924	82.680
	31.053	45.756	170.075	121.973
b) Hierarquia do valor ju	sto			

A Companhia adotou a premissa de que caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber não possuem diferenças entre valor contábil e o valor

com cotação em mercado, sem ajuste

No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2014 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

28.2. Gestão de risco financeiro

de liquidez.

I) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de Depósitos à vista e aplicações financeiras um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso do Grupo: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos e d) Riscos associados ao crescimento.

a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. às suas atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo).

moeda diferente da sua moeda funcional:

	Consoli	idado	Cotação em 31/12/2014 (US\$/€ 1,00 =	
	31/12/2014	31/12/2013	R\$ 1,00)	
Clientes no mercado externo	73.753	55.521	2,66	
Fornecedores no mercado externo	(2.743)	(7.570)	2,66	
ACE	(58.342)	(39.955)	2,66	
Financiamentos (USD)	(42.808)	(24.020)	2,66	
Financiamentos (EUR)	(938)	(1.067)	3,23	
Total da exposição cambial	(31.078)	(17 091)		

			31/12/2014	
	Consoli	(US\$/€ 1,00 =		
	31/12/2014	31/12/2013	R\$ 1,00)	
Clientes no mercado externo	73.753	55.521	2,66	
Fornecedores no mercado externo	(2.743)	(7.570)	2,66	
ACE	(58.342)	(39.955)	2,66	
Financiamentos (USD)	(42.808)	(24.020)	2,66	
Financiamentos (EUR)	(938)	(1.067)	3,23	
Total da exposição cambial	(31.078)	(17.091)		

a1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2014, conforme abaixo.

				Depreciaça	o da taxa	Apreciaça	o da taxa
Saldos (moeda estrangeira) - Consolidado	Risco	Taxa (*)	Posição em 31/12/2014	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD	111300	Taxa ()	<u>em 61/12/2014</u>	1,33	1,99	3,33	3,99
Clientes mercado externo	USD	2.66	73.753	36.877	55.176	92.330	110.630
Fornecedores mercado externo	USD	2,66	(2.743)	(1.372)	(2.052)	(3.434)	(4.115)
ACE	USD	2,66	(58.342)	(29.171)	(43.647)	(73.037)	(87.513)
Financiamentos	USD	2,66	(42.808)	(21.404)	(32.026)	(53.590)	(64.212)
EUR				1,62	2,42	4,04	4,85
Financiamentos	EUR	3,23	(938)	(470)	(703)	(1.173)	(1.408)
Total das exposições			(31.078)	(15.540)	(23.252)	(38.904)	(46.618)

(*) As taxas do dólar e do euro foram retiradas do site do BACEN.

b) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Control	adora	Consol	idado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	-	-	1.677	2.195
Aplicações financeiras de curto prazo	15.726	9.897	35.023	35.661
Total da exposição à taxa de juros	15.726	9.897	36.700	37.856

A Administração do Grupo entende como baixo o risco de variações elevadas no CDI nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política (vi) Em 23 de dezembro de 2014, a Eternit da Amazônia firmou compromisso na monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma. não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros.

LÍRIO ALBINO PARISOTTO (*)

				Risco de	redução	Risco de	aumento
Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2014	Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			11,65%	5,83%	8,74%	14,56%	17,48%
Aplicações financeiras							
(Equivalentes de caixa)	CDI	1.677	1.872	1.775	1.824	1.921	1.970
Aplicações financeiras							
(Investimentos de curto prazo)	CDI	35.023	39.103	37.065	38.084	40.122	41.145

matéria-prima e insumos

Esta vertente de crescimento é pautada na diversificação do portfólio, por meio do sanitárias por ainda não ter o know-how de produção. desenvolvimento, lançamento de novos produtos e na entrada em novos segmentos Os riscos associados à implantação dos projetos acima dizem respeito à obtenção de negócios, usando a estrutura do próprio Grupo ou a capacidade de terceiros. de licenças ambientais e operacionais para instalação e operação, obtenção de Dentro deste conceito encontram-se as soluções construtivas (placas cimentícias e o financiamento adicional para implementar sua estratégia de expansão para o projeto. Painel Wall), telhas metálicas, louças, assentos e metais sanitários. Com exceção das Caso as obtenções não ocorram no "timing" desejado poderá haver atrasos e os soluções construtivas e louças, nos outros segmentos são utilizadas capacidades de resultados não serem satisfatórios. terceiros. Nesta mesma vertente de crescimento, a Companhia iniciou dois projetos d) Risco associado ao crescimento "greenfield" para instalar:

- Organizações Corona. A participação societária é de 60% da Eternit que substancialmente no custo de produção. produção competitivos.
- Manaus, Amazonas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS TEREPINS (*)

Presidente do Conselho de Administração

LEONARDO DEEKE BOGUSZEWSKI (*) MARCELO GASPARINO DA SILVA (*)

MARCELO MUNHOZ AURICCHIO (*)

(*) Conselheiro independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da

c) Risco de prejuízo na produção devido a escassez de fornecimento de No caso da joint-venture os riscos seriam com relação à saída da Colceramica Ambiente da sociedade, onde a Eternit poderá encontrar dificuldades para produzir louças A controlada SAMA registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com

Projeção receitas financeiras - um ano

O Grupo não tem controle sobre algumas matérias-primas, assim como o cimento, • Fábrica multiprodutos no Distrito Industrial do Porto de Pecém no Ceará, calcário, areia, celulose reciclada e bobinas de aço, desta forma um aumento joint-venture com a multinacional colombiana "Colceramica" empresa das significativo nos preços ou redução nos prazos para pagamento pode impactar

reúne o know-how de conhecimento do mercado brasileiro e logística eficiente Para a produção de fibrocimento com fibra alternativa, a Companhia pode enfrentar e Colceramica com 40% com o know-how de manufatura com custos de dificuldade de obter a fibra sintética em larga escala, devido à disponibilidade de fibras mundial ser inferior a necessidade brasileira. Além disso, aumentos no preco ocorrerá entre 2032 e 2039. Instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos dessas e de outras matérias-primas, incluindo aumentos decorrentes de escassez. O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no e materiais de construção - 13ª unidade do Grupo Eternit - na cidade de impostos, restrições ou flutuações de taxas de câmbio, podem aumentar o custo de produção e afetar adversamente os negócios da Companhia.

NELSON PAZIKAS

FLAVIO GRISI MARCELO FERREIRA VINHOLA RODRIGO LOPES DA LUZ **RUBENS RELA FILHO**

DIRETORIA

Presidente e Diretor de Relações com Investidores

WELNEY DE SOUZA PAIVA

justo ("valor de mercado"). A mensuração desses ativos financeiros são consideradas Para os fornecedores em que a Eternit compra louças, assentos e metais sanitários "Nível 1", no qual a mensuração é feita com cálculos baseados em ativos/passivos e revende no mercado brasileiro, a Companhia pode enfrentar dificuldades de encontrar novos parceiros caso haja uma dissolução no contrato de fornecimento.

II) Risco de crédito

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo Grupo diariamente, e é entendimento Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de para as operações. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima clientes, depósitos a vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas ao risco de crédito está refletido na rubrica "Provisão para crédito de liquidação operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6. Nenhum cliente do Grupo representa mais de 5% dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2014 (5% em 31 de dezembro de 2013).

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração do Grupo considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

III) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo possuía as seguintes exposições a uma caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

IV) Gestão do capital

Para o período findo em 31 de dezembro de 2014, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2013. O Grupo inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Contro	ladora	Consolidado			
	Alavan	cagem	Alavancagem			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
Empréstimos e						
financiamentos	8.195	23.312	127.924	82.680		
(-) Caixa e equivalentes						
de caixa	(5.711)	(9.516)	(13.367)	(13.295)		
Dívida líquida	2.484	13.796	114.557	69.385		
Patrimônio líquido	514.791	506.113	514.808	506.129		
Dívida líquida e						
patrimônio líquido	512.307	492.317	400.251	436.744		

29. COMPROMISSOS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo possuía as seguintes garantias:

- (i) Garantia do contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a controlada SAMA e a Companhia de fornecimento Tractebel, no montante de R\$ 3.989, junto ao banco Safra, com vencimento para março de 2016;
- (ii) Garantia do pagamento de execução fiscal DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no montante de R\$ 1.440, junto ao banco Bradesco, com vencimento indeterminado;
- (iii) Garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás no montante de R\$ 4.371, junto ao banco Bradesco, com vencimento em fevereiro de 2015;
- (iv) Garantia de R\$ 40.909 (60%) do Financiamento firmado entre a Companhia Sulamericana de Cerâmica e o BNB, Banco do Nordeste, para a instalação da fábrica de louças sanitárias, junto ao banco Bradesco com vencimento em janeiro de 2015.
- (v) Garantia do contrato de financiamento para importação de equipamentos junto ao banco Bradesco S.A. no montante de € 593 (R\$ 1.915 em 31 de dezembro
- ordem de R\$ 37.000, referente à cédula de crédito bancário junto ao Banco da Amazônia para implementar sua fábrica de pesquisa e desenvolvimento em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro - RJ, tendo seu valor de mercado no montante de R\$ 62.500.

30. PROVISÃO PARA REMONTE DA MINA

A controlada SAMA registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

o seu valor justo, conforme os critérios a seguir: 2014 e 2013

Taxa de desconto Taxa de inflação de longo prazo		10% a.a. 5% a.a.
Valor presente dos desembolsos esperados	31/12/2014	31/12/2013
2032	4.028	3.655
2033	3.457	3.137
2034	1.791	1.625
2035 a 2039	1.442	1.309
Total	10.718	9.726

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina

exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 992 (R\$ 1.525 em 31 de dezembro de 2013), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

CONSELHO FISCAL ANDRÉ EDUARDO DANTAS

Coordenador EDSON CARVALHO DE OLIVEIRA FILHO PAULO HENRIQUE ZUKANOVICH FUNCHAL

CONTADOR

RICARDO BENATTI CRC 1SP186493/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eternit S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social

Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório de Auditoria emitido, sem ressalvas, dos auditores independentes EY Auditores Independentes S.S., datado em 10 de março de 2015, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do período, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária

São Paulo, 10 de marco de 2015.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas. Conselheiros e Administradores da Eternit S.A.

BENEDITO CARLOS DIAS DA SILVA (*)

BM&FBOVESPA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para

fundamentar nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eternit S.A. em 31 de dezembro respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naguela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei Estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado e da ADI nº 3937 em face da Lei Estadual nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações tipos de amianto ou asbesto; bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa

de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração. Chamamos a atenção para a nota explicativa 21iii.e) às demonstrações financeiras e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para individuais e consolidadas que descreve as ações civis ajuizadas pelos Ministérios planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, Públicos do Trabalho dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro; e, pela ABREAs mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles de São Paulo e do Rio de Janeiro contra a Companhia, nas quais são discutidos internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional. A probabilidade de perda foi considerada pelos consultores jurídicos da Companhia como possível. Portanto, não foi reconhecida provisão para perda relacionada a essas ações civis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado

(DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de março de 2015.



CRC-2SP015199/O-6

Clinton L. Fernandes Contador CRC-1SP205541/O-2 Gustavo de S. Lima Contador CRC-1SP303352/O-0